

CAMINHOS POSSÍVEIS

PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

ORGANIZADORES:
Jaqueline Patrícia Silveira
Luis Pedro Hillesheim
Sandro Rogério Giacomelli

*Caminhos possíveis para o
desenvolvimento da agricultura familiar*



Universidade Regional Integrada do Alto
Uruguai e das Missões

Reitor

Luiz Mario Silveira Spinelli

Pró-Reitora de Ensino

Rosane Vontobel Rodrigues

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-
Graduação

Giovani Palma Bastos

Pró-Reitor de Administração

Nestor Henrique de Cesaro

Câmpus de Frederico Westphalen

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Clóvis Quadros Hempel

Câmpus de Erechim

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretora Acadêmica

Elisabete Maria Zanin

Diretor Administrativo

Paulo Roberto Giollo

Câmpus de Santo Ângelo

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

Câmpus de Santiago

Diretor Geral

Francisco de Assis Górski

Diretora Acadêmica

Michele Noal Beltrão

Diretor Administrativo

Jorge Padilha Santos

Câmpus de São Luiz Gonzaga

Diretora Geral

Sonia Regina Bressan Vieira

Câmpus de Cerro Largo

Diretor Geral

Edson Bolzan



CONSELHO EDITORIAL DA URI

Presidente

Denise Almeida Silva (URI)

CONSELHO EDITORIAL

Acir Dias da Silva (UNIOESTE/ UNESPAR)

Alessandro Augusto de Azevedo (UFRN)

Alexandre Marino Costa (UFSC)

Antonio Carlos Moreira (URI/FW)

Cláudia Ribeiro Bellochio (UFMS)

Edite Maria Sudbrack (URI/FW)

Elton Luiz Nardi (UNOESC)

José Alberto Correa (Universidade do Porto,
Portugal/UNESP)

Leonel Piovezana (Unochapeco)

Liliana Locatelli (URI/FW)

Lisiane Ilha Librelotto (UFSC)

Lizandro Carlos Calegari (UFMS)

Lourdes Kaminski Alves (UNIOESTE)

Luiz Fernando Framil Fernandes (FEEVALE)

Mauro José Gaglietti (URI/Santo Ângelo/
ANHANGUERA)

Miguel Ângelo Silva da Costa
(UNOCHAPECO)

Noemi Boer (URI/Santo Ângelo)

Paulo Vanderlei Vargas Groff (UERGS)

Rosângela Angelin (URI/Santo Ângelo)

Tania Maria Esperon Porto (UFPEL)

Vicente de Paula Almeida Junior (UFFS)

Walter Frantz (UNIJUI)

CONSULTORES

Attico Inacio Chassot (Centro Universitário
Metodista)

Júlio Cesar Godoy Bertolin (UPF)

Barbara Estevão Clasen (UERGS)

Breno Antonio Sponchiado (URI/FW)

Claudia Battestin (URI/FW)

Cledimar Rogério Lourenzi (UFSC)

Daniel Pulcherio Fensterseifer (URI/FW)

Gelson Pelegrini (URI/FW)

Gustavo Brunetto (UFMS)

Luis Pedro Hillesheim (URI/FW)

Rosa Maria Locatelli Kalil (UPF)

Sibila Luft (URI/Santiago)

Jaqueline Patrícia Silveira
Luis Pedro Hillesheim
Sandro Rogério Giacomelli
(Orgs.)

*Caminhos possíveis para o desenvolvimento
da agricultura familiar*



Frederico Westphalen
2016



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Jaqueline Patrícia Silveira, Luis Pedro Hillesheim, Sandro Rogério Giacomelli

Revisão Linguística: Wilson Cadoná

Revisão metodológica: Tani Gobbi dos Reis

Capa/Arte: Silvana Kliszc

Projeto gráfico: Tani Gobbi dos Reis

**O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).
Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.**

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

C191 Caminhos possíveis para o desenvolvimento da agricultura familiar [recurso eletrônico] / Organizadores: Jaqueline Patrícia Silveira, Luis Pedro Hillesheim, Sandro Rogério Giacomelli. Frederico Westphalen : URI – Frederico Westph, 2016. 169 p.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <www.fw.uri.br/site/publicacoes>

ISBN 978-85-7796-176-4

1. Agricultura familiar. 2. Região do Médio Alto Uruguai. I. Silveira, Jaqueline Patrícia. II. Hillesheim, Luis Pedro. III. Giacomelli, Sandro Rogério. IV. Título

CDU 631.115.11

Bibliotecária Gabriela de Oliveira Vieira



URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 9

Câmpus de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 – Fax: 55 3744-9265
E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Lista de figuras

FIGURA 01 - LOGOMARCA DO FÓRUM REGIONAL DO COOPERATIVISMO DOS COREDES MÉDIO ALTO URUGUAI E RIO DA VÁRZEA

FIGURA 02 - DIMENSÕES PROJETOS AGROPECUÁRIOS DE BASE FAMILIAR

FIGURA 03 - TRÊS FASES NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO AGROPECUÁRIO DE BASE FAMILIAR

FIGURA 04 - ACRÓSTICO MARTE

FIGURA 05 - QUESTIONÁRIO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL E DE VIDA

FIGURA 06 - ELEMENTOS DO PRÉ-PROJETO

FIGURA 07 - METODOLOGIA DA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO PRÁTICA DE PROJETOS

FIGURA 08 - FLUXOGRAMA DE PRODUÇÃO

Lista de gráficos

GRÁFICO 01: NÚMERO DE COOPERADOS POR COOPERATIVA

GRÁFICO 02: ANO DE FUNDAÇÃO DAS COOPERATIVAS PESQUISADAS

GRÁFICO 03: POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELAS COOPERATIVAS ESTUDADAS

Lista de quadros

QUADRO 01: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES, DE 2003 A 2012, POR REGIÃO

QUADRO 02: TERRAS

QUADRO 03: BENFEITORIAS

QUADRO 04: MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

QUADRO 05: ANIMAIS

QUADRO 06: OUTROS BENS E DIREITOS

QUADRO 07: OBRIGAÇÕES

QUADRO 08: RESULTADO DO PATRIMÔNIO

QUADRO 09: CROQUI OU MAPA GEORREFERENCIADO

QUADRO 10: USO DO SOLO

QUADRO 11: USO DO SOLO NO DECORRER DO ANO (MESES)

QUADRO 12: FATOR TRABALHO EXISTENTE NO EMPREENDIMENTO

QUADRO 13: ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

QUADRO 14: ATIVIDADES AGRÍCOLAS E ATIVIDADES PECUÁRIAS

QUADRO 15: INSUMOS PARA PRODUÇÃO E ONDE É POSSÍVEL ENCONTRÁ-LOS

QUADRO 16: POSSÍVEIS CONSUMIDORES

QUADRO 17: ORÇAMENTOS DE INVESTIMENTOS

QUADRO 18: PERÍODO DE NECESSIDADE DE RECURSOS

QUADRO 19: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (ANOS OU PERÍODO)

QUADRO 20: PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENVOLVIDO

9

QUADRO 21: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

QUADRO 22: NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

QUADRO 23: INVERSÕES DO PROJETO

QUADRO 24: USOS E FONTES

QUADRO 25: CÁLCULO DO VALOR FINANCIADO

QUADRO 26: ELEMENTOS DE CUSTO FIXO

QUADRO 27: ELEMENTOS DE CUSTO VARIÁVEL

QUADRO 28: ITENS DE RECEITA OPERACIONAL

QUADRO 29: DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DAS ATIVIDADES DO PROJETO

Sumário

Contextualizando a agricultura familiar na região do Médio Alto Uruguai 13

Gelson Pelegrini

PARTE I

**Caminhos para a organização social e produtiva da agricultura familiar: a
cooperação e as políticas públicas**

**Contextualizando os caminhos para a organização social e produtiva da agricultura
familiar 22**

Jaqueline Patrícia Silveira

Aspectos conceituais e históricos do cooperativismo 27

Jaqueline Patrícia Silveira

Gelson Pelegrini

Políticas públicas e seus enfoques conceituais 39

Jaqueline Patrícia Silveira

Sandro Rogério Giacomelli

O cooperativismo e as políticas públicas na região do Corede Médio Alto Uruguai 60

Jaqueline Patrícia Silveira

Luis Pedro Hillesheim

Considerações finais 73

Jaqueline Patrícia Silveira

PARTE II

Caminhos metodológicos para elaboração e implantação prática de projetos em unidades de produção agropecuária de base familiar – UPA

| | |
|---|------------|
| Metodologia de elaboração e implantação prática de projetos agropecuários de base familiar | 82 |
| Luis Pedro Hillesheim | |
| Gelson Pelegrini | |
| Roteiro para elaboração e implantação prática de projetos agropecuários de base familiar | 97 |
| Luis Pedro Hillesheim | |
| Gelson Pelegrini | |
| Paulo de Tarso Lima Teixeira | |
| André Pellegrini | |
| Thiago Caetano Schmidt Cantarelli | |
| Caminhos a trilhar | 140 |
| Jaqueline Patrícia Silveira | |
| Luis Pedro Hillesheim | |
| Referências | 142 |

12

ANEXOS

| | |
|---|------------|
| Anexo 01: Plano simplificado de gestão em unidades de produção agropecuária de base familiar | 145 |
| Anexo 02: Sugestão para elaboração de custo de produção pomar de videira..... | 162 |
| Anexo 03: Sugestão para elaboração de custo de produção de bovinocultura de leite.. | 165 |
| Sobre os autores..... | 167 |

Contextualizando a agricultura familiar na região do Médio Alto Uruguai

Gelson Pelegrini

O debate atual em torno da agricultura familiar é muito intenso, existindo uma grande dificuldade de conceituar a agricultura familiar. Em termos teóricos a expressão, “agricultura familiar”, é originalmente muito genérica e polêmica, devido às diversidades e especificidades existentes no segmento. Apesar disso, algumas tentativas de conceituar a agricultura familiar apontam para o entendimento que é a agricultura onde a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1999).

Entretanto, uma simples conceituação não pode explicar toda a dimensão que a agricultura familiar abrange no seu interior. Atualmente, pode ser considerado agricultor familiar desde o agricultor moderno capitalista até o agricultor que produz especificamente para a sua subsistência, conservando elementos de um modelo de produção camponesa clássica. Wanderley (1999) assegura que mesmo na sociedade contemporânea permanecem formas do campesinato tradicional e a própria agricultura familiar moderna conserva traços deste campesinato, o que é muito característico na Região do Médio Alto Uruguai.

A importância da agricultura familiar no contexto nacional pode ser medida nos dados publicados através do Censo Agropecuário de 2006, onde foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de

hectares) da área dos Estabelecimentos Agropecuários (EA) brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área caracterizando a grande concentração fundiária (IBGE, 2006).

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 confirmaram que a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, cerca de 70% do total, demonstrando a grande importância para a soberania alimentar nacional.

A definição de agricultura familiar utilizada pelo IBGE segue a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no seu Artigo 3º, que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (a) não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais¹; (b) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (c) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (e) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Desta forma, entende-se agricultura familiar como sendo aquela que ocupa no trabalho da unidade de produção familiar os membros da família e eventualmente alguma mão de obra contratada, ocupando-se desta forma com a produção, gerenciamento e comercialização. Produzindo produtos para o autoconsumo e para a comercialização no mercado local, agroindústrias ou cooperativas. Mantendo um alto grau de relação entre o trabalho familiar e a terra onde a família vive (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Olhando para o Desenvolvimento regional, destaca-se que o Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul foi colonizado por descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães, poloneses, portugueses, dentre outras etnias. O processo de colonização aconteceu a partir da década de 1920, através da divisão de lotes de 25 hectares (em média) e a venda para famílias de camponeses. Esta característica fez com que este território desenvolvesse

¹ O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, sendo a média na Região 20 hectares.

sistemas produtivos com a predominância da lógica da agricultura familiar, como forma social de produção e trabalho.

Segundo Pelegrini e Gazolla (2008) o desenvolvimento da agricultura familiar neste território passou por um processo evolutivo marcante até chegarmos a fase atual. Fazendo-se uma caracterização deste processo pode-se dizer que foram três fases históricas. Uma primeira de colonização, desbravamento das matas e constituição das primeiras atividades agropecuárias desenvolvidas quase que exclusivamente visando o autoconsumo das famílias. Uma segunda que compreende uma maior integração ao mercado e o início do processo de especialização produtiva, que engloba o período de 1935 a 1960. E, uma última, que compreende o período de 1960 até o início dos anos 90, que se caracteriza pela intensa mercantilização da agricultura familiar e seu contínuo empobrecimento econômico e social.

Na fase atual constata-se que a agricultura familiar está em processo de afirmação dos seus sistemas de produção e das relações socioeconômicas que buscam fortalecer as suas organizações sociais e produtivas, destacando-se uma “disputa” entre a integração aos grandes complexos agroindustriais, onde Ploeg (2008) chamaria de Impérios Alimentares e a construção da autonomia da agricultura familiar, com a afirmação das organizações cooperativistas. Para tanto as políticas públicas possuem papel central no processo construtivo.

Nos últimos anos, por iniciativa dos próprios agricultores familiares do Médio Alto Uruguai, apoiados por instituições locais, foram criadas “novas” organização, destacam-se as cooperativas de agricultores familiares que trabalham com a atividade leiteira e produção de alimentos.

Estas cooperativas, que possuem uma característica mais de economia solidária, buscam agregar valor ao produto através da comercialização conjunta, assistência técnica e compras de insumos para a produção. Esta tendência também é verificada em outras regiões do Brasil com é o caso do Oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, onde já estão organizadas centrais de cooperativas.

Pelegrini e Oliveira (2010), em estudo realizado no sistema de cooperativas da agricultura familiar e solidário no TCMAU, num total de 16 cooperativas² pesquisadas, tendo como base o ano de 2009, o leite comercializado na forma *in natura* gerou R\$ 16.606.260,00 em valor bruto e agroindustrializado somente na forma de queijo R\$ 450.000,00. Os associados destas cooperativas quando perguntados sobre as atividades produtivas que os produtos são comercializados para obtenção de renda monetária, a produção de leite aparece em 75% das unidades de produção. Já a produção de subsistência destinada para a venda (excedente) aparece em 40% das unidades de produção.

Por outro lado, as grandes empresas agroindustriais ampliam seus investimentos no Brasil, principalmente, nos estados do sul, enfrentando uma forte concorrência entre estas empresas processadoras. Segundo Breitenbach (2012) esta concorrência centra-se, principalmente, na busca por matéria-prima em grande escala e baixo preço.

Segundo Kageyama (2008) o desenvolvimento rural implica na criação de novos serviços e produtos, associados a novos mercados, sendo que o sistema de produção deve procurar novas formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas. Sobretudo, tenta “reconstruir a agricultura” não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Para Ploeg et al. apud Kageyama (2008, p. 59) o Desenvolvimento rural é “[...] uma saída para as limitações e a falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe”.

Kageyama (2008) descreve as principais características do modelo de modernização dentro do processo de produção, que olha os agricultores como empresários agrícolas, sempre buscando a especialização, o aumento de escala, a intensificação de uso de insumos, produção orientada para a lógica de mercado, aumento do grau de *commoditização*, e a dependência crescente de poucos

² Este estudo foi realizado para fundamentar o planejamento das ações do CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial, e focou as cooperativas que faziam parte da Rede de Cooperativas Solidárias – RECOSOL. Estas cooperativas trabalham com a diversidade de produtos alimentares, incluindo as agroindústrias familiares.

mercados específicos. Conseqüentemente este modelo pressupõe um rural com poucos agricultores.

Por outro lado, o modelo do desenvolvimento rural dentro de um processo de produção possui como principais características o esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva, visando à redução de custos e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais, a introdução de novas atividades que permitam utilizar mais os recursos internos com produção ambientalmente mais adequada, a cooperação e a diversificação de produtos dentro de uma economia de escopo, sempre buscando um maior controle sobre o processo pelos agricultores.

Os “Impérios alimentares” para Ploeg (2008) são os modelos fortemente centralizados e construídos por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos, operando em escala mundial. O império, composto por um conjunto de expressões específicas, busca se tornar hegemônico e dominante. Utiliza-se de diversos mecanismos para implantar o seu domínio, tirando a identidade dos produtos alimentares, criando os “não lugares”, como é o caso da desintegração e a recomposição de alimentos. Um exemplo deste mecanismo é a indústria de leite da Nestlé em Palmeira das Missões que desidrata o leite e redireciona para São Paulo e Minas Gerais, sem nenhuma alusão a região e/ou aos agricultores de onde é originado o produto.

Por outro lado, destaca Ploeg (2008, p. 20), que existe outro modelo “[...] centrado na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de uma forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional”. Este modelo baseia-se, entre outros elementos, na construção da autonomia camponesa dentro de um processo de desenvolvimento rural.

Ploeg (2008) afirma que os dois principais processos de desenvolvimento atualmente são a industrialização e a recampesinização. Eles se interligam de forma evidente,

[...] uma vez que a industrialização visa à apropriação de percentagens crescentes do mercado, as economias empresariais irão entrar (lenta ou abruptamente) em crise, pois suas possibilidades de reprodução são reduzidas através da deterioração dos termos de troca. Por conseguinte, é

necessário procurar e construir novos graus, formas e espaços de autonomia. É dessa forma que o processo de recampesinização se inicia. Para reduzir os níveis de custos, uma parte da agricultura empresarial será reestruturada de acordo com formas de produção mais resistentes, semelhante às da agricultura camponesa (PLOEG, 2008, p. 24-25).

Para Ploeg (2008) a condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm que agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar relações de dependência, as privações e marginalização implícitas nesse ambiente. Salientando a importância do “princípio camponês” que é uma noção emancipatória. O “princípio camponês” tem como base a resistência e a construção de autonomia, cultivando “[...] a esperança de que, através do trabalho, da cooperação e de ações conjuntas e/ou lutas abertas, o desenvolvimento pode ser construído” (PLOEG, 2008, p. 299).

Polanyi apud Escher (2011, p. 175) argumenta que a mudança social numa sociedade de mercado é ocasionada através “[...] de um complexo ‘duplo movimento’, desencadeado pela ação coletiva dos atores sociais, no caso os agricultores familiares, em resposta às ameaças que a mercantilização impõem para a sua reprodução social e econômica”.

Para Escher (2011) é a partir deste processo que se pode entender o avanço do Cooperativismo da Agricultura Familiar e da Economia Solidária no Sudoeste Paranaense. Destacando o papel que o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação solidária (SISCLAF) desempenha na promoção desta atividade como estratégia territorial de desenvolvimento rural.

Segundo Magri e Correa (2012), nos últimos anos, toma força em meio a agricultura familiar o cooperativismo familiar e solidário que busca organizar as pessoas em torno de propósitos comuns, com formação de consciência, participação democrática e empoderamento para a autogestão. Buscando ampliar o acesso aos mercados, a distribuição de riquezas e a geração de desenvolvimento local com sustentabilidade.

A Essência não está na superestrutura da cooperativa e na implantação de projetos tradicionais, mas centraliza-se na cooperação entre as pessoas, na democracia, na produção de alternativas de desenvolvimento com inclusão, acreditando na construção de novas relações sociais e novas

estruturas, adaptadas às realidades e subordinadas aos interesses políticos da amplitude do quadro social (MAGRI; CORREA, 2012, p. 28).

As ações da cooperativa não podem ficar apenas no campo produtivo, como afirma Caldart et al. (2012, p. 161), “a cooperativa deve ser vista como instrumento de estabilização econômica, mas também contribuir como instrumento de transformação social”. Neste contexto, constata-se na região do Médio Alto Uruguai a participação e o envolvimento das cooperativas da agricultura familiar, que estão viabilizando renda para milhares de famílias de agricultores, e lançando mão de políticas públicas importantes para o fortalecimento destas organizações. As quais passam a ser estudadas e alguns resultados são apresentados a seguir nesta obra.

REFERÊNCIAS

BREITENBACH, R. **Estrutura, conduta e governança na cadeia produtiva do leite: um estudo multicaso no Rio Grande do Sul.** 2012f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

CALDART, R. S. et. al. **Dicionário da educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

ESCHER, F. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no sudoeste do Paraná.** 2011 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2011.

IBGE. **Censo Agropecuário,** Rio de Janeiro, p. 1-146, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/a_gropecuario.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2010.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro.** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008.

MAGRI, C. A.; CORREA, C. E. **Cooperativismo de crédito familiar e solidário: um instrumento de desenvolvimento e erradicação a pobreza.** Passo Fundo: IFIBE, 2012.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social.** Frederico Westphalen/RS: URI, 2008. 197 p.

_____.; OLIVEIRA. R. **Estudo da Rede de Comercialização Solidária – RECOSOL** do Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai. Relatório Final de Pesquisa. Edital 2009, Contrato nº322.763-36/2010/MDA/CAIXA. Frederico Westphalen, 28 p, Outubro de 2010.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p. (Coleção Estudos Rurais).

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

PARTE I

***Caminhos para a organização social e
produtiva da agricultura familiar:
a cooperação e as políticas públicas***

Contextualizando os caminhos para a organização social e produtiva da agricultura familiar

Jaqueline Patrícia Silveira

As tendências mundiais que norteiam o processo de globalização exigem novas formas e alternativas de organização da sociedade, que favoreçam a qualificação e reorganização local da produção familiar que parte da estruturação de cooperativas, “[...] trata-se de uma produção agrícola em que a ‘produção familiar’ é a base histórica de sua formação. Contudo, a própria expansão do capitalismo e sua recriação redimensionam e transformam a produção agrícola à qual se vincula o cooperativismo em questão” (CORADINI; FREDERICQ, 1982, p. 14).

O cooperativismo está sustentado no contexto dos governantes que viam e veem, nesta forma de organização, o elo que liga o bem estar social com o econômico, onde este processo de incorporação adquire subsídios sustentados no desenvolvimento e na educação do homem do campo como objetivos a serem alcançados através do cooperativismo.

O estímulo ao cooperativismo contribui para a consolidação da agricultura familiar e a elevação da renda dos produtores, assim, o sistema cooperativo constitui-se em um canal alternativo para a comercialização da produção agrícola. Observa-se que as cooperativas são as principais incentivadoras junto

aos agricultores familiares para a adoção de novas tecnologias, não se restringindo apenas à aquisição da produção, mas sim a diversificação desta.

O cooperativismo hoje é também sensível aos novos desafios que a economia globalizada traz. As cooperativas precisam estar em constante aprendizado, buscando novas capacidades e competências de interesse público e privado. Para tanto, têm se utilizado das políticas públicas criadas pelo Estado e propostas para o desenvolvimento local e regional para responder aos seus propósitos e objetivos perante a sociedade.

Neste contexto, nota-se que as organizações cooperativas vinculadas à cultura e ao desenvolvimento local têm desenvolvido e adotado novas estratégias e agrupado competências para atuar em ambientes de competitividade crescente, tendo como foco o direcionamento na apropriação de mecanismos de funcionamento do Estado e a melhoria da qualidade na formulação, entorno da gestão de políticas públicas, complementando diferentes papéis na sua atuação.

O Estado do Rio Grande do Sul possui, na agricultura e pecuária, dois pilares principais de sua economia. Nestes setores destacam-se as organizações cooperativas agropecuárias de economia familiar, as quais se originam do agrupamento de pequenos produtores rurais, que percebem na união uma forma de superar os obstáculos em comum, como custos de produção, dificuldades de comercialização de produtos e aquisição de novos mecanismos tecnológicos para a melhoria da produtividade.

Assim como ocorre no Estado, a Região do Corede Médio Alto Uruguai também se caracteriza por ter uma economia baseada na agricultura familiar, possuindo 21.287 unidades de produção com uma média de área de 16 ha, onde, por haver um relevo bastante acidentado, a média de área útil para o cultivo é de apenas 8 ha (GIRARDI et al., 2010). Desta forma, nos 22 municípios que compõem a região, há a presença intensa de agroindústrias e cooperativas, sobretudo por ser uma maneira que os pequenos agricultores encontraram de garantir maior renda e qualidade de vida para suas famílias.

A reestruturação do cooperativismo na região, consolidado nos valores tradicionais, esteve presente principalmente nas formas de organização da produção primária, ou seja, nas cooperativas mistas de produção e nas

cooperativas de crédito. Logo, novos modelos de cooperativismo foram se constituindo na esfera urbana, incorporando propostas e projetos de desenvolvimento local e cultural. Nos dias atuais, as cooperativas estão presentes, de forma organizada, nos âmbitos da sociedade local e regional, urbana e rural.

Neste sentido, Bialoskorski Neto (2006) conceitua uma cooperativa como uma organização de caráter permanente, criada por um agrupamento de indivíduos com interesse comum, visando à realização de atividades relacionadas com o progresso econômico e o bem-estar dos associados, que por sua vez, são os seus proprietários e usuários.

Assim, os objetivos deste estudo contribuem para a compreensão, reflexão e ampliação de políticas públicas de cooperativismo na Região do Médio Alto Uruguai, vinculadas ao contexto de cultura e de desenvolvimento local. A base desta pesquisa foi analisar de que forma as políticas públicas são incorporadas a pluralidade de saberes técnicos e populares que contribuam com a melhoria na eficácia e eficiência do papel do Estado junto as cooperativas agropecuárias da região.

A escolha deste estudo se justifica, necessariamente, por três principais aspectos: primeiro, pela relevância do trabalho dos fatores relativos ao cooperativismo, tendo em vista o desenvolvimento local desta região do Estado do Rio Grande do Sul; segundo, pela importância da apropriação de mecanismos de políticas públicas junto às cooperativas e sua contribuição no contexto da cultura e do desenvolvimento local; e, terceiro, como aporte de informações para sociedade acadêmica e demais interessados no cooperativismo regional, fortalecendo os saberes técnicos e populares com a melhoria na eficácia e eficiência do papel do Estado junto a estas cooperativas.

No que se refere à metodologia utilizada neste estudo, a pesquisa teve caráter exploratório, pois foi realizada em uma área na qual não há muito conhecimento organizado. A pesquisa de caráter exploratório, segundo Andrade (2010) corresponde à primeira etapa do trabalho científico, pois busca prover informações sobre o assunto, facilitando a escolha do tema de trabalho. Marconi e

Lakatos (2010) completam afirmando que a pesquisa exploratória busca desenvolver hipóteses e integrar o pesquisador com o ambiente do estudo.

Este estudo apresenta elementos de pesquisa participante ao fazer com que os pesquisados participassem na análise de sua própria realidade, conhecendo as causas dos seus problemas e construindo em conjunto com a pesquisadora as possíveis soluções. O estudo é ainda bibliográfico e de campo, permitindo aprofundar as questões propostas e construir conhecimentos. Neste sentido, Marconi e Lakatos (2010) contribuem afirmando que o objetivo da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com tudo que foi escrito e pesquisado sobre certo assunto. Os mesmos autores complementam dizendo que esse tipo de pesquisa não é simples repetição do que já foi escrito, mas sim, é a análise de um tema sobre novo enfoque, propiciando atingir conclusões inovadoras.

A delimitação da pesquisa contemplou as pequenas cooperativas agropecuárias de economia familiar, localizadas na Região do Corede Médio Alto Uruguai, pois através das características socioculturais, com base na agricultura familiar é que esta região se diferencia das demais, almejando olhares voltados para o desenvolvimento local baseado no cooperativismo. Ainda, acredita-se que existem saberes do campo que permanecem no anonimato, com vasto potencial, porém desassistidos pelo estado, e desta forma, busca-se fomentar essa região colocando-a em destaque por meio de pesquisas e de ações cooperativistas.

Visando coletar dados, foi elaborado um questionário composto somente de perguntas abertas, o qual foi aplicado às cooperativas, através de visitas que possibilitaram ainda que a pesquisadora utilizasse de métodos de observação. A aplicação dos questionários deu-se sob termo de consentimento livre e esclarecido, sendo mantidos em posse dos pesquisadores por um período de cinco anos.

A interpretação e reflexão acerca dos dados coletados envolveram as análises quantitativa e qualitativa, predominando esta última, pois considera a complexidade da realidade social. Segundo Gil (2007), a pesquisa quantitativa se concentra na objetividade, considerando que a realidade só pode ser compreendida por meio da análise dos dados brutos, coletados com a ajuda de ferramentas padronizadas e imparciais. Já a metodologia qualitativa, conforme

Marconi e Lakatos (2011), preocupa-se em interpretar fatores mais intensos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, possibilitando a análise minuciosa sobre as atitudes, hábitos e tendências de comportamento.

Para Goldenberg (2013), a integração da pesquisa qualitativa e quantitativa possibilita ao pesquisador a realização de um cruzamento de suas conclusões de forma que tenha maior confiança de que os resultados não são produto de um método específico ou de uma situação particular.

Ao final desta parte da obra, almeja-se ter colaborado para aumentar as discussões sobre o cooperativismo e sua relação com as políticas públicas, de maneira que os gestores, públicos ou privados, voltem ainda mais seu olhar para as pequenas cooperativas agropecuárias, pois as mesmas têm papel fundamental de impulsionar a economia local, abrangem várias famílias e entidades, e as diversas interações que as cooperativas proporcionam estão impregnadas de um conjunto de saberes, valores e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

CORADINI, O. L.; FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRARDI, Edemar; *Et al.* **Plano de Desenvolvimento da região do CODEMAU**. Frederico Westphalen: URI, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____; _____. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Aspectos conceituais e históricos do cooperativismo

**Jaqueline Patrícia Silveira
Gelson Pelegrini**

A cooperação existe desde que o homem precisou viver em conjunto, necessitando da ajuda de seus semelhantes para sobreviver. Mesmo sem um conceito definido, as pessoas uniam suas forças em prol de um objetivo comum, é o caso dos povos nômades, do cultivo das primeiras lavouras, dos indígenas que reuniam suas tribos para caçar, pescar e lutar.

Schneider (1998) afirma que ao longo da história humana, sempre existiu a cooperação, como processo social. Porém, devido ao sistema econômico vigente na Antiguidade, a cooperação era geralmente simples ou por meio de associações forçadas, tornando o processo instável.

Ainda diante de dificuldades, a cooperação já se mostrava eficiente desde a Idade Média onde os artesãos se reuniam para trabalhar em casa, fazendo com que a economia se desenvolvesse através de grupos profissionais. Com o passar dos anos, se manteve as dificuldades sociais enfrentadas pela classe operária e surge a Revolução Industrial, transformando o modo de produção das indústrias e alavancando o capitalismo (CENZI, 2009).

Segundo Cenzi (2009), graças às transformações impostas pela Revolução Industrial é que surge o comunismo, o sindicalismo e o cooperativismo, visto como forma democrática de produzir e distribuir riquezas e como resposta ao crescimento desenfreado do capital sobre o homem.

A cooperação e o próprio cooperativismo começam a ser discutidos, inicialmente, por um grupo de pensadores econômicos, denominados por Karl Marx como socialistas utópicos. Dentre os socialistas utópicos, destaca-se Robert Owen, considerado precursor do cooperativismo moderno e primeiro autor a usar a palavra “cooperação” (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

Os socialistas utópicos apostavam nas organizações do tipo cooperativas e acreditavam que elas seriam o meio para superar o modo de produção capitalista. Marx, por sua vez, afirmava que esse não seria o caminho para a superação das contradições da sociedade capitalista e propunha a revolução como caminho dessa superação (MARX; ENGELS, 1998).

O cooperativismo moderno ganha forma concreta, em 1844, quando surge na Inglaterra a “*Rochdale Society of Equitable Pionners*”, uma cooperativa de consumo fundada pela união de 28 operários tecelões que tentavam fugir da miséria (BIALOSKORSKI NETO, 2006). Conforme Cenzi (2009), esse fato é visto como a experiência matriz do cooperativismo moderno e marco histórico nas relações entre empregado e empregador, surgindo um novo modelo de sociedade, cujos princípios norteiam toda a organização cooperativa até hoje.

Frantz (2012) afirma que o movimento cooperativista não iniciou com a experiência de Rochdale, porém esta se tornou um modelo de organização que conseguiu superar as várias dificuldades práticas da cooperação, reconhecendo a necessidade de seguir determinados princípios para seu funcionamento.

Após esse momento histórico, as cooperativas começam a surgir em vários países, e como consequência tem-se a necessidade de criar uma entidade que unifique os interesses e o movimento cooperativista, nascendo assim, em 1895 a Aliança Cooperativa Internacional (BIALOSKORSKI NETO, 2006). Os princípios traçados em 1895 pela Aliança Cooperativa Internacional mantêm-se até hoje como fundamentais para a caracterização de uma sociedade como cooperativa.

Segundo Crúzio (2005), a Aliança Cooperativa Internacional, em sua última reunião em 1995, redefiniu os princípios básicos do cooperativismo, que seguem:

- a) Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as

- responsabilidades de sócio, sem discriminação social, étnica, política, religiosa e de gênero.
- b) Controle democrático pelos sócios: as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus associados, os quais participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes dos demais sócios, são responsáveis perante eles. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação; as cooperativas de outros graus são também organizadas de forma democrática.
 - c) Participação econômica dos sócios: os sócios contribuem para o capital de suas cooperativas de maneira equitativa e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os sócios recebem, usualmente, se houver juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios designam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção das suas operações com a cooperativa e apoio a outras atividades, desde que aprovadas pelos sócios.
 - d) Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas pelos seus sócios. Se firmarem acordo operacional com outras entidades, incluindo instituições governamentais, ou se receberem capital de origem externa, devem agir em condições que garantam o controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.
 - e) Educação, treinamento e informação: as cooperativas promovem educação e treinamento para os seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, a fim de que estes possam contribuir realmente para o seu desenvolvimento. Também deverão informar o público em geral, especialmente os jovens e os líderes formadores de opinião, quanto à natureza e os benefícios da cooperação.
 - f) Cooperação entre cooperativas: as cooperativas atendem a seus sócios mais eficazmente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando em conjunto, por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e

internacionais e também através de redes, centrais, federações e confederações.

- g) Preocupação com a comunidade: as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável das comunidades onde estão inseridas, por meio de políticas aprovadas pelos seus membros.

Nesta perspectiva, vários autores conceituam o tema cooperativismo visando facilitar sua compreensão. Cenzi (2009) diz que o termo cooperação tem origem no verbo latino *cooperari*, que significa operar juntamente com alguém. Nesse sentido, Pinho (1966, p. 8) afirma que:

Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos.

30

No entendimento de Gawlak (2010), o cooperativismo é uma doutrina cultural e socioeconômica, baseada na liberdade humana e nos princípios cooperativos. O autor explica que a cultura cooperativista procura desenvolver o intelecto das pessoas, visando a sua melhoria contínua, ao passo que seus princípios buscam através do resultado econômico o desenvolvimento social.

Já Crúzio (2005) define cooperativa como uma união de pessoas, cujas necessidades e interesses, fundem-se nos objetivos coletivos da associação. Desta forma, pode-se afirmar que as cooperativas têm o intuito de contribuir no aspecto econômico, social e cultural, pois ao mesmo tempo em que procuram incrementar a renda dos cooperados, também buscam melhorar a sua qualidade de vida e sua condição social.

1 COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, a cooperação ocorre desde o tempo anterior ao descobrimento, através dos sistemas coletivos indígenas, e é impulsionada com a “República dos

Guaranis”, experiência associativa promovida pelos padres jesuítas depois da chegada dos portugueses no país, por volta de 1610 (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

As reduções jesuíticas fundamentavam-se em um modelo de sociedade solidária entre os missionários, indígenas e colonizadores, baseado no trabalho coletivo, onde a qualidade de vida das famílias era mais importante que os interesses econômicos de produção. Esse modelo durou mais de 150 anos, dando exemplo de sociedade solidária, movido pelo amor cristão e pelo princípio do auxílio mútuo (SESCOOP, 2007).

Em 1841, o imigrante francês, Benoit Jules de Mure, tentou constituir uma cooperativa de produção e consumo em Palmital/SC. Contudo, é em 1847 que acontece o início do movimento cooperativista no Brasil, quando um grupo de europeus liderado pelo médico francês Jean Maurice Faivre criou a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas no estado do Paraná.

Já para Bialoskorski Neto (2006, p. 33),

[...] só com a chegada de imigrantes europeus que são introduzidas entre nós as primeiras ideias cooperativistas modernas, principalmente aquelas advindas da Alemanha e da Itália, sendo, por conseguinte, formadas as primeiras cooperativas.

Assim, com a vinda dos imigrantes começam nascer organizações comunitárias em todo o país, principalmente no sul, para resolver problemas de produção, consumo e crédito. Surgem em 1889 as sociedades solidárias da Comunidade do Rio dos Cedros em Santa Catarina e a de Ouro Preto em Minas Gerais, em 1891 é fundada a primeira cooperativa brasileira em Limeira, já em 1895 cria-se a Cooperativa de Consumo de Camaragibe em Pernambuco e em 1902 os colonos de origem alemã fundam uma cooperativa de crédito em Vila Imperial, hoje chamada Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, estimulados pelo padre jesuíta Theodor Amstadt (SESCOOP, 2007).

Alguns autores afirmam que é só a partir de 1902, com a fundação da cooperativa de crédito em Nova Petrópolis/RS, que o movimento cooperativista brasileiro ganha força e espaço. Nesse sentido, a própria OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (1973, p. 32) divulgava que:

Muito embora se assinalem cooperativas de outros tipos antes de 1902, como a dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira, em São Paulo, em 1891; a Cooperativa Militar de Consumo, na Guanabarra, em 1894, e outras, pode-se realmente considerar o início do movimento cooperativista brasileiro, a partir de 1902, com as cooperativas de crédito agrícola.

As cooperativas nasceram, primordialmente, nas cidades do Sul e Nordeste do Brasil, mantendo-se um cooperativismo urbano tradicional. Apenas depois de seu surgimento urbano, é que foram sendo constituídas experiências rurais, como cooperativas vinícolas, tritícolas, madeireiras, de laticínios e outras (VÉRAS NETO, 2002; CENZI, 2009).

Porém, o grande surto de cooperativas no Brasil ocorreu com o lançamento da lei básica do cooperativismo por meio do Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932 (OCB, 1973). Após esse Decreto vieram outros, até que em 16 de dezembro de 1971, criou-se a Lei 5.764, que revoga toda a legislação anterior, define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Para representar as cooperativas brasileiras, cria-se em 1969, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, que tem como missão promover, fomentar e defender o sistema cooperativista em todas as instâncias políticas e institucionais, no Brasil e no exterior. Hoje a OCB é composta por mais duas entidades: a Confederação Nacional das Cooperativas - CNCoop, órgão de representação sindical, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop, responsável pela educação, monitoramento e promoção social das cooperativas brasileiras desde 1999 (OCB, 2014).

As cooperativas brasileiras são classificadas de acordo com o segmento em que atuam, dividindo-se em 13 ramos econômicos que proporcionam maior visibilidade a cada tipo de negócio. Segundo a OCB (2014) e Gawlak (2010), os ramos do cooperativismo são:

- a) Agropecuário: formado por cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca, cujos meios de produção são do cooperado. Em geral, as cooperativas agropecuárias trabalham com toda a cadeia produtiva, desde

- o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos. É um dos ramos com maior número de cooperativas e associados no Brasil.
- b) Consumo: abrange as cooperativas que se destinam a compra em comum de artigos para consumo dos cooperados.
 - c) Crédito: composto por cooperativas dedicadas a promover a poupança e financiar necessidades e empreendimentos dos seus cooperados. O ramo está organizado em cooperativas de crédito rural, crédito mútuo e crédito luzzatti.
 - d) Educacional: compreende as cooperativas formadas por profissionais da educação, alunos, pais, professores e empreendedores.
 - e) Especial: cooperativas formadas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que estejam em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999.
 - f) Habitacional: constituído por cooperativas que visam à construção, à manutenção e à administração de conjuntos habitacionais para seus associados.
 - g) Infraestrutura: são as cooperativas que atendem diretamente seu quadro social com serviços essenciais, como energia elétrica e telefonia.
 - h) Mineral: abrange as cooperativas que pesquisam, extraem, lavram, industrializam, comercializam e exportam produtos minerais.
 - i) Produção: composto por cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, desde que detenham os meios de produção.
 - j) Saúde: formado por cooperativas que se destinam a promoção e a preservação da saúde humana. Subdivide-se em: Médicos, Psicólogos, Odontólogos e serviços afins, tal como usuários desses serviços.
 - k) Trabalho: compreende as cooperativas de trabalhadores de qualquer categoria profissional, para prestar serviços, organizados em um empreendimento próprio.
 - l) Transporte: cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e de passageiros.

- m) Turismo e lazer: formado por cooperativas que prestam ou atendem os seus associados com serviços de turismo, lazer, hotelaria, entretenimento, esportes, entre outros.

Há ramos de atuação para as mais variadas atividades econômicas e a cada dia que passa, o cooperativismo ganha mais adeptos, contando com mais de 11 milhões de associados em dezembro de 2013, número este que equivale a população de Portugal. Ao final do ano de 2013, existiam 6.603 cooperativas, onde 83% delas pertencem a cinco setores: agropecuário (1.561), transporte (1.095), crédito (1.042), trabalho (946) e saúde (848). Em 2013, as cooperativas brasileiras geraram 321,4 mil empregos diretos e movimentam a economia do país com mais US\$ 6 bilhões em exportações (OCB, 2014).

Estes dados confirmam que o cooperativismo é um movimento social realmente capaz de transformar as sociedades, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento dos municípios onde está inserido, melhorando a qualidade de vida das pessoas e a distribuição da renda.

2 O COOPERATIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL

A história do cooperativismo gaúcho está diretamente ligada ao seu surgimento no Brasil, quando em 1902 nasce no município de Nova Petrópolis/RS a primeira cooperativa de crédito brasileira, estimulada pelas ideias do padre jesuíta Theodor Amstadt.

Ao longo dos anos, percebe-se que o Rio Grande do Sul tem grande potencial para criação de cooperativas, principalmente as agropecuárias e de crédito. Segundo Pinheiro (2008), somente entre 1902 e 1964, surgiram 66 cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen no Rio Grande do Sul.

A partir da década de 1920, até meados do século, o cooperativismo assumiu destaque na economia do Rio Grande do Sul, foram fundadas cooperativas de produtores de leite, de suínos e de madeireiros. Entretanto, muitas destas cooperativas foram criadas não pela ação coletiva e sim pelas

ideias empreendedoras de algumas pessoas da época, o que fez com que a maioria delas desaparecesse junto com seus idealizadores (ALVES, 2003).

Com o apoio do governo de Vargas (1930-1945) foram criadas várias instituições públicas voltadas à promoção da prática cooperativista, como a Caixa de Crédito Cooperativo, fundada em 1943. Além disso, as organizações cooperativas foram contempladas com diversos benefícios fiscais.

Influenciados por esse ambiente político, econômico e institucional favorável ao associativismo, os produtores agropecuários passaram a confiar novamente no cooperativismo, criando cooperativas vinícolas, de madeireiros e de produtores de banha, de leite, de fumo e de cebola (SEIBEL, 1994).

Conforme Alves (2003), o período transcorrido desde o surgimento das primeiras cooperativas até meados da década de 1950 pode ser entendido como a “era romântica do cooperativismo”. As cooperativas, nesta época, possuíam como principal finalidade eliminar a figura do intermediário na comercialização da produção agrícola dos seus associados, procurando criar certa autonomia. Após esse período, o “cooperativismo romântico” começa, em passo acelerado, a dar lugar a um novo cooperativismo, chamado, de “cooperativismo empresarial”.

Dá-se início, então, a um marco decisivo na história do cooperativismo agrícola estadual e cooperativismo empresarial, com o surto de 23 cooperativas tritícolas, somente no final da década de 50 (BENETTI, 1992). Segundo Alves (2003), havia no Brasil, política de incentivo a produção de trigo, assim, as pequenas propriedades passaram por intensas transformações, abandonando a produção agrícola de vários produtos em troca da monocultura de grãos, utilizando ferramentas modernas e buscando assistência técnica das cooperativas.

As cooperativas agropecuárias gaúchas cresceram bastante nesta época, influenciadas, sobretudo pelas medidas governamentais voltadas ao setor agropecuário, visto que o Governo conferia à agricultura um papel de destaque para a economia.

Para Alves (2003), outro aspecto relevante para o cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul foi a organização de cooperativas singulares em torno de federações, tendo como principal função representar politicamente o

setor. Existiam, até 1997, as seguintes federações: FECOTRIGO, FEARROZ, FECOLÃ, FECOCARNE e FECOVINHO. Após esse ano, as federações citadas se fundiram, dando origem à Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul - FECOAGRO/RS.

Nos anos 80 e 90, as mudanças no ambiente macroeconômico interno e externo, tal como as políticas utilizadas pelo governo para se adequar a essa situação, ocasionaram as fragilidades estruturais das cooperativas agropecuárias, principalmente as de maior porte, levando-as a dificuldades financeiras e crises. Nesse sentido, Panzutti (1996) afirma que o crescimento das cooperativas gaúchas deu-se às custas de um crescente endividamento, o que explica a crise vivida pelo cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul nesse período.

Para auxiliar as cooperativas a superar as crises, foi criado em 1998 o RECOOP, que tinha como finalidade reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária (BIANCO et al 1998). Já no ano de 2002, foi instituído o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária - PRODECOOP, visando aumentar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, através da modernização (ALVES, 2003).

Em 2003, o governo do estado, atento ao potencial das cooperativas gaúchas e também aos seus problemas, lançou o Programa de Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul – Reestruturar/RS, buscando fortalecer e reorganizar o sistema e qualificar a gestão cooperativa, com vistas capacitar os cooperados e profissionais para melhoria do exercício de suas funções. (ALVES, 2003).

Desde então, o cooperativismo vem ganhando proporções maiores e representatividade no Estado, conforme dados do SESCOOP/RS (2013), atualmente existem 1.033 cooperativas, sendo que destas, 502 estão com cadastro ativo e 531 constam com o cadastro inativo registrado na OCERGS. Apesar disso, as cooperativas gaúchas possuem 2.297.150 associados, o que representa 20,5% do quadro de associados no Brasil, e, geram empregos diretos para 52.737 pessoas, colocando o Estado em segundo lugar no ranking nacional.

Dentre os diversos ramos de atividade das cooperativas gaúchas com cadastro ativo, destaca-se em primeiro lugar o Agropecuário, com 154 cooperativas, seguido do ramo de crédito com 107. É também o ramo Agropecuário que lidera na geração de empregos, possuindo 29.004 mil empregados (SESCOOP/RS, 2013).

Considerando estes dados, percebe-se que o cooperativismo no Rio Grande do Sul superou as crises vividas em 1980-1990, revelando-se com força econômica no Estado, através da criação de oportunidades de emprego e de negócios, bem como na geração de tributos para suas comunidades. Ademais, as cooperativas promovem o desenvolvimento, estimulam ações empreendedoras, trazem qualidade de vida e ajudam a construir um Estado melhor.

REFERÊNCIAS

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As Cooperativas Agropecuárias e o BRDE: Histórico, Situação Atual e Perspectivas**. [S. l.]: [S. l], 2003. Disponível em:

<http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf>. Acesso em 28 nov. 2013.

BENETTI, Mana Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980**. 1. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BIANCO, Jader et al. Revitalização do segmento cooperativista agropecuário – RECOOP. In: **Anais do XXXVI congresso brasileiro de economia e sociologia rural**, vol. 2. Poços de Caldas: SOBER, 1998.

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2009.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Unijuí, 2012.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo: primeiras lições**. 4. ed. Brasília: Sescop, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. In: Estudos Avançados, vol. 12, n. 34, set./dez. p. 7-46, 1998.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é, o que faz e o que pode fazer o cooperativismo no Brasil**. Brasília: [s. l.], 1973.

_____. **Relatório OCB 2013**. Brasília: [s. n.], 2014. Disponível em: <http://srvrepositorio.brasilcooperativo.coop.br/arquivos/gecom/relatorio_gestao_OCB_2013.pdf>. Acesso em: 31 maio 2014.

PANZUTTI, Rauph. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo: o caso da cooperativa de agricultores da região de Orlandia**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6 ed. Brasília: BCB, 2008.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1966.

SCHNEIDER, José Odelso. **As origens do cooperativismo**. In: MAY, Nilson Luiz (Coord.). **Compêndio de Cooperativismo Unimed**. Porto Alegre, WS, 1998.

SEIBEL, Erni J. **Estado e instituições públicas: caso do cooperativismo**. Perspectiva Econômica, vol. 19, n° 84, p. 23 -74, 1994.

SESCOOP. **Plantando a semente do Cooperativismo: [professor]**. Brasília: SESCOOP, 2007.

SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho**. Disponível em: <<http://intranet.sescoopr.rs.coop.br/arquivos/arqs/20120719102955.pdf>> Acesso em 09 dez. 2013.

VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2002.

Políticas públicas e seus enfoques conceituais

**Jaqueline Patrícia Silveira
Sandro Rogério Giacomelli**

O termo política deriva do grego antigo *politeía*, que por sua vez provém de *polis*, a cidade-Estado da Grécia clássica (TEIXEIRA, 2000). Da palavra *polis* derivam palavras como *politiké*, que seria a política em geral, e *politikós*, que significaria a política dos cidadãos. Já a expressão política pública é encontrada na literatura inglesa nos termos *politics* e *policy*. Quando no sentido de *politics*, consiste no conjunto de processos formais e informais que expressam relações de poder e que se designam a resolver de forma pacífica os conflitos (RUA, 1998). Já quando assume o sentido expresso pela terminação *policy*, a política, segundo Secchi (2010), tem relação com orientações para decisão e ação, e é a esse termo que as políticas públicas estão vinculadas.

Rua (2009) complementa afirmando que o termo *policy* refere-se à formulação e implementação de propostas, tendo como alvo questões que abrangem a coletividade e movimentam interesses e conflitos, ou seja, é o trabalho do governo de criar políticas públicas, através da ação política.

A política pública nasceu como um subcampo expressivo dentro da disciplina de Ciência Política entre os anos 1960 e 1970, conforme afirma Sabatier (1995) apud Lima (2012). Desde então, vários autores estudam e conceituam as políticas públicas, visando facilitar o entendimento desta prática tão importante para a sociedade.

Para Peters (1986) apud Souza (2006), política pública é um conjunto de ações e decisões que o governo emprega, diretamente ou por meio de delegação, visando resolver os conflitos e influenciar a vida das pessoas. Nessa mesma linha, Kehrig (2005) afirma que uma política pública envolve uma série de decisões e ações conduzidas para solucionar problemas políticos, que geram efeitos sociais e são viabilizadas com recursos públicos.

No entender de Teixeira (2002, p. 2),

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Ademais, as políticas públicas procedem da atividade política e representam os instrumentos de ação do Estado na sociedade ou “estado em ação”, onde suas decisões influenciam na vida dos cidadãos e no futuro de comunidades.

Nesse contexto, segundo Teixeira (2002) as políticas públicas têm como objetivos responder a demandas - sobretudo dos segmentos marginalizados da sociedade, entendido como vulneráveis -, aumentar e efetivar direitos de cidadania, promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda, e, resolver conflitos entre os diversos atores sociais que possuem interesses distintos.

Nota-se que os objetivos das políticas públicas resumem-se em atender as necessidades e as demandas sociais, sempre buscando melhorar a sociedade e a qualidade de vida dos cidadãos. Por conseguinte, observa-se também que para uma política pública ter legitimidade, o interesse público é fator primordial, sem o qual ela não é reconhecida como autêntica.

Flores (2010) destaca que as políticas públicas podem ser compreendidas e analisadas com base em enfoques teóricos que definem três etapas fundamentais: a formulação, a implementação e a avaliação, e que estas podem ser consideradas como o campo de Análise das Políticas Públicas. Conforme o autor, essa sequência deve estar presente para o sucesso daquelas políticas que os gestores públicos

elegerem como prioritárias em seu governo, tanto na esfera municipal, quanto estadual ou federal.

Segundo Kehrig (2005), a formulação de políticas públicas inicia pelo processo político, ou seja, pelas interações e relações sociais que conduzem a uma decisão política. A partir das necessidades sociais e respectivas demandas políticas organizadas que chegam até o governo, ocorre o processo político. Dele devem resultar decisões que ao serem transformadas em políticas públicas, precisam ter efeito sobre a situação existente modificando-a (KEHRIG, 2005).

Teixeira (2002, p. 2) afirma que “Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem.”. Para o autor, este processo decisório faz necessário formar uma agenda para ouvir a sociedade civil, pois nela há uma série de interesses que precisam ser debatidos e negociados, procurando obter um mínimo de consenso e assim tornar as decisões políticas em políticas públicas legitimadas e eficazes.

Nesse sentido, há bastante discussão em torno de quem participa efetivamente da formulação de políticas públicas. Rua (1998) afirma que os responsáveis por pensar as políticas públicas são todos os atores sociais e políticos do país, compreendendo-se como atores sociais todos os indivíduos, grupos, classes, organizações e outros envolvidos com a situação em questão e que tenham algum tipo de recurso ou poder sobre ela.

Neste contexto, destacam-se aqui duas abordagens no que se refere ao protagonismo na elaboração de políticas públicas. A primeira delas é a abordagem estatística que, segundo Rua (2009), envolve a dimensão pública de uma política dada pelo seu caráter jurídico imperativo, onde ações e decisões privadas, por mais que sejam de interesse público não se confundem com atividade política e nem com política pública. Nesse sentido, Secchi (2010) complementa que a abordagem estatística até aceita que atores não estatais tenham influência no processo de formulação de políticas públicas, mas não confere-lhes o direito de constituir e conduzir o processo.

Já a abordagem multicêntrica considera que o importante não é quem formula a política, mas a procedência do problema a ser enfrentado, assim, uma política ganha o adjetivo de “pública” se o problema que tenta enfrentar é público.

Desta forma, a abordagem multicêntrica vê organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas e atores estatais, como atores principais no estabelecimento de políticas públicas (SECCHI, 2010).

Bonnal, Delgado e Cazella (2011) apontam que “Na literatura recente, a conceituação de políticas públicas destaca que se trata de uma ação complexa dentro de uma lógica de sociedade cada vez mais ‘ingovernável’”. Bonnal, Delgado e Cazella (2011) explica que esta “ingovernabilidade da sociedade” refere-se à diversidade de atores sociais organizados, à pluralidade dos espaços de debate e de interação entre Estado e sociedade, e a crescente globalização na adequação dos problemas de sociedade. Para o autor, esta ingovernabilidade acaba questionando o papel de centralidade do Estado no processo de formulação das políticas públicas, caracterizando-o um ator como qualquer outro.

A abundância de abordagens existentes e o nível crescente de dificuldade dos processos em questão faz surgir o campo da Análise das Políticas Públicas, que procura proporcionar uma maior compreensão dos métodos de elaboração, implementação e avaliação dos resultados das políticas públicas (BONNAL, DELGADO E CAZELLA, 2011).

Por conseguinte, após a fase de elaboração, onde ocorre o processo político e a busca de alternativas de solução aos problemas existentes, que resultam em uma decisão política transformada em uma política pública, tem-se a etapa da implementação desta.

Segundo Rua (2009), a implementação abrange o conjunto de atividades ocorridas posteriormente à definição das diretrizes de uma política, que compreendem tanto o esforço para conduzi-la, como seus impactos sobre as pessoas. Em outras palavras, implementar uma política pública é tirá-la do papel e colocá-la em prática. Essa tarefa envolve uma série de ações que devem ser orientadas sempre para o cumprimento dos objetivos estipulados mediante as decisões anteriores sobre uma política.

Cabe destacar que “[...] nem sempre a implementação se distingue do próprio processo de formulação, e em muitos casos, a implementação acaba sendo algo como ‘a formulação em processo’” (RUA, 2009, p. 101). Isto ocorre, pois às

vezes decisões importantes acabam sendo tomadas somente na fase de implementação, onde a realidade é mais bem percebida. Assim, segundo Rua (2009) esta etapa envolve flexibilização, tratando-se de um sucessivo processo de interação e negociação entre os envolvidos com a política.

Contudo, esse processo é bastante complexo e por isso precisa ser acompanhado, para que seja possível apontar por que muitas coisas dão certo, enquanto muitas outras dão errado, desde a formulação da política até seu resultado real (RUA, 2009). A autora afirma ainda que este acompanhamento de implementação das políticas deve considerar também fatores como: o tipo de política e de arena política; a situação inter e intraorganizacional na qual a implementação acontece; e o mundo externo sobre o qual a política deverá exercer o seu impacto, porém seu caráter é de supervisão e fiscalização, não tendo natureza interativa, nem proativa.

Kehrig (2005) ressalta que a formulação e implementação de políticas públicas não ocorrem de forma linear e que se trata de um processo que vai se adaptando ao contexto da realidade na qual se insere. A autora afirma ainda que, quando há acompanhamento, análise e avaliação de forma continuada, este procedimento de adequações e reformulações das políticas públicas pode ser otimizado.

Quando se trata da avaliação de políticas públicas, é preciso saber que esta tem caráter estritamente formal. De acordo com Belloni, Magalhães e Souza (2000, p. 15) a avaliação formal caracteriza-se como “[...] um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas, que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento”.

Conforme Kehrig (2005), na avaliação de políticas públicas devem ser consideradas a eficiência, a eficácia e a efetividade social. Por eficiência entende-se a quantificação e avaliação dos recursos públicos utilizados na execução da política, já a eficácia diz respeito ao cumprimento dos objetivos propostos na formulação da mesma e a efetividade social trata do efeito que a política causou sobre os beneficiários e sua continuidade.

Segundo Rua (2009) a avaliação permite mostrar em que medida os governos atendem os anseios dos cidadãos, se as políticas estão sendo criadas de forma coordenada e inovadora, podendo identificar ainda, como estão sendo estabelecidas as parcerias entre governos, setores e sociedade.

Por fim, nota-se que a avaliação de políticas públicas é um instrumento de gestão do Estado, pois permite o aperfeiçoamento de suas ações, buscando continuamente pela eficiência e efetividade no atendimento às demandas da sociedade.

Ademais, entende-se que a compreensão das políticas públicas diante de desafios tão diversificados já avançou muito, seja pelo reconhecimento dos atores organizados da sociedade, pela legitimação da agricultura familiar como ator sociopolítico organizado ou pelo aumento dos espaços de debate. Desta forma, é possível afirmar que assim como a complexidade no ciclo das políticas públicas aumentou, a relação Estado-Sociedade também evoluiu positivamente.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS NO ÂMBITO DO COOPERATIVISMO

44

Neste item, serão abordados os programas e as políticas públicas federais que vem sendo utilizadas pelas cooperativas agropecuárias da Região do Corede Médio Alto Uruguai.

1.1 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA constitui-se de um mecanismo complementar ao Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf e uma das principais ações do Programa Fome Zero. Foi criado em 02 de julho de 2003, por meio da Lei nº 10.696, possibilitando aos órgãos públicos realizarem a aquisição de alimentos da agricultura familiar, dispensando o processo de licitação.

O contexto atual torna a agricultura familiar como setor estratégico na produção e fornecimento de alimentos para a população. Contudo, as condições impostas pela globalização dificultam o acesso aos mercados pelos agricultores,

que mesmo unidos em associações ou cooperativas, se defrontam com exigências que restringem a comercialização de sua produção.

Nesse sentido, o PAA se insere como alternativa para superar estes obstáculos, ao passo que estabelece uma nova relação entre órgãos públicos e agricultores e suas organizações, possibilitando o fornecimento de alimentos para populações em situação de insegurança alimentar.

O Programa PAA possui dois objetivos básicos: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para atingir essas finalidades, o Programa adquire gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, com isenção de licitação, e os designa às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (MDS, 2014).

O Programa busca promover a inclusão social no campo, pois oportuniza a comercialização da produção a preços justos, beneficiando os agricultores familiares que por vezes são esquecidos. Além disso, o PAA contribui para a distribuição de renda, a circulação do dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, a valorização da produção orgânica e agroecológica, a preservação da cultura alimentar regional e estimula o associativismo e o cooperativismo (MDS, 2014).

Para normatizar, orientar e acompanhar a execução do PAA existe um Grupo Gestor, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e formado ainda por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e Ministério da Educação.

Podem participar do Programa PAA os agricultores familiares individualmente ou organizados em cooperativas e/ou outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado. Para acessar o PAA individualmente, os agricultores familiares devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que classifica a família como da agricultura familiar. Já as cooperativas e associações devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Especial Pessoa Jurídica. (ASCOM/MDS, 2012).

Conforme o MDS (2014), atualmente o Programa PAA funciona através de cinco modalidades, descritas a seguir:

- 1) **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR-Doação ou Doação Simultânea:** Esta modalidade é operacionalizada pela CONAB ou pelos governos estaduais e municipais, que adquirem alimentos diretamente de agricultores familiares e/ou por meio de cooperativas e associações, enquadradas no Pronaf.
- 2) **Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF:** Voltada à compra de produtos diretamente da agricultura familiar quando o preço destes estiver menor que o preço de referência estimado pelo Governo Federal ou quando houver necessidade de suprir demandas. Destaca-se que são poucos os produtos amparados por esta modalidade.
- 3) **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque:** A CONAB disponibiliza recursos para que as organizações da agricultura familiar (cooperativas e associações) adquiram a produção dos agricultores familiares e organizem estoque para futura comercialização.
- 4) **Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite:** Esta modalidade é executada pelos estados do Nordeste e região norte de Minas Gerais e busca aumentar o consumo de leite pelas famílias em condições de insegurança alimentar e nutricional, além de estimular a produção leiteira nas propriedades rurais da agricultura familiar.
- 5) **Compra Institucional:** Trata-se de uma inovação no Decreto nº 7.775/2012 do Programa PAA, que possibilita que estados, Distrito Federal, municípios e órgãos federais comprem alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos, dispensando-se o processo de licitação. A operacionalização da Compra Institucional se dá através de Edital de Chamada Pública, onde os agricultores familiares ou as cooperativas e associações apresentam suas propostas de venda para seleção na Chamada.

Ressalta-se que há um limite de participação anual no Programa. O mesmo é determinado por Unidade Familiar e varia de acordo com a modalidade. O

beneficiário fornecedor pode participar de mais de uma modalidade simultaneamente, porém é preciso respeitar o limite total de comercialização de vinte e quatro mil reais (MDS, 2014).

De acordo com a CONAB (2014), um dos indicadores do sucesso do PAA é dado pela mensuração do número de famílias de agricultores familiares que participam do programa. Assim, o quadro a seguir mostra a quantidade de famílias que participaram do PAA ao longo dos anos de 2003 a 2012:

QUADRO 01: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES, DE 2003 A 2012, POR REGIÃO.

| ANO | REGIÕES | | | | | TOTAL |
|--------------|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | C.OESTE | NORDESTE | NORTE | SUDESTE | SUL | |
| 2003 | 5.887 | 19.030 | 6.022 | 3.100 | 7.302 | 41.341 |
| 2004 | 1.608 | 20.439 | 13.757 | 3.685 | 10.182 | 49.671 |
| 2005 | 2.656 | 16.315 | 8.544 | 6.091 | 18.369 | 51.975 |
| 2006 | 4.450 | 22.366 | 8.620 | 13.520 | 37.587 | 86.543 |
| 2007 | 2.881 | 22.334 | 9.036 | 18.608 | 39.513 | 92.372 |
| 2008 | 3.154 | 27.135 | 5.130 | 25.161 | 30.043 | 90.623 |
| 2009 | 3.855 | 29.064 | 5.386 | 22.041 | 37.994 | 98.340 |
| 2010 | 5.625 | 32.146 | 7.270 | 20.889 | 28.456 | 94.386 |
| 2011 | 7.480 | 38.595 | 7.175 | 26.935 | 26.415 | 106.600 |
| 2012 | 9.558 | 37.194 | 8.089 | 32.001 | 41.962 | 128.804 |
| TOTAL | 47.154 | 264.618 | 79.029 | 172.031 | 277.823 | 840.655 |

Fonte: CONAB/GECAF, 2014.

O quadro 01 demonstra que o Programa vem atingindo seus objetivos, pois nota-se o aumento gradativo do número de unidades familiares que fornecedoras de alimentos ao PAA. Pode-se afirmar, diante dos números, que houve oportunidades de acesso aos mercados, geração de renda, melhoria na qualidade de vida e incentivo à produção de alimentos para milhares de agricultores familiares, bem como, que o PAA contribui para a redução do êxodo rural.

Segundo o MDS (2014), desde sua implementação, o PAA teve um incremento de 670% na quantidade de recursos executados anualmente, chegando a 970 milhões de reais em 2012. Ao longo dos seus dez anos de atuação, o Programa já investiu 5,3 bilhões de reais na aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Atualmente, além da CONAB, as prefeituras e o governo do Estado também podem operar diretamente com o PAA, desempenhando funções

operacionais e de articulação com os atores envolvidos. No Rio Grande do Sul, a operacionalização do PAA é coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e pelo seu Departamento de Cooperativismo.

Por fim, pode-se afirmar que o Programa PAA é uma grande alternativa para os agricultores familiares e/ou as cooperativas comercializarem seus produtos, possibilitando escoamento de produção, geração de maior renda aos envolvidos e o desenvolvimento local, além de estarem contribuindo para a melhoria de vida das populações em situação de insegurança alimentar.

1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e busca transferir recursos aos estados e municípios para que estes forneçam merenda escolar aos estudantes, no intuito de suprir parcialmente suas necessidades nutricionais.

De acordo com Rodrigues (2004), a preocupação do governo brasileiro com a alimentação escolar surge na década de 30, instigada por um conjunto de nutricionistas sociais que defendiam o combate à desnutrição.

Já na década de 40, o Instituto de Nutrição defendia a ideia de que o Governo Federal deveria prover a alimentação escolar. Porém, pela falta de recursos financeiros, foi impossível efetivar esta proposta (FNDE, 2014).

Conforme Froehlich (2010), na década de 50 foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, intitulado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nesse plano que, pela primeira vez, se estruturou um programa de merenda escolar com abrangência nacional, sob responsabilidade do poder público.

Ainda segundo Froehlich (2010), em 1954 este plano começou a atender algumas escolas do Nordeste, e, paulatinamente foi ganhando amplitude nacional, assumindo diferentes nomes e dinâmicas ao longo deste período.

Em março de 1955, foi instituída a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. A CME em conjunto com outros programas assistencialistas, celebrou convênios com organizações internacionais

de ajuda alimentar, das quais provinham os recursos para a Campanha (FNDE, 2014).

Nos anos que se seguiram a Campanha ganhou outras denominações, tais como Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) e Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). A partir de 1976, o Programa passou a ser financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, integrando o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). É somente em 1979 que o Programa recebe o atual nome: Programa Nacional de Alimentação Escolar. (FNDE, 2014).

Com a publicação da Constituição Federal, em 1988, a alimentação escolar passa a ser um direito constitucional, ficando assegurada a todos os alunos do ensino fundamental através de programa a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (BRASIL, 1988). A nova Constituição trazia ainda, a possibilidade de descentralização de recursos e execução de programas públicos, incluindo a alimentação escolar.

Segundo FNDE (2014), desde sua criação até 1993, a execução do programa ocorreu de maneira centralizada, onde o órgão gerenciador era responsável por tudo, desde os cardápios e a aquisição dos alimentos até a distribuição destes em todo o país.

Somente em 1994, a descentralização dos recursos para execução do PNAE é oficializada, através da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994 e mediante assinatura de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal (FNDE, 2014).

Contudo, esta descentralização só foi consolidada em 1998, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação assumindo o gerenciamento do programa e com a Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998. Tal medida estabeleceu o repasse direto e automático dos recursos aos municípios e secretarias de educação, sem necessidade de celebrar convênios (FNDE, 2014).

Froehlich (2010) aponta que a descentralização na execução do PNAE veio com a finalidade de proporcionar maior agilidade ao processo de aquisição de alimentos, tal como diminuir os custos gerados pela perda de validade e degradação dos produtos que acontecia na modalidade centralizada.

Os anos que se seguiram propiciaram vários avanços ao PNAE, dentre eles destaca-se a reedição da Medida Provisória nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19, que instituiu em cada município brasileiro o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa (BRASIL, 2000). Esta Medida ainda estabeleceu que 70% dos recursos repassados pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e que os cardápios sejam definidos observando os hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município (BRASIL, 2000).

Esta Medida Provisória foi um importante avanço ao Programa PNAE, sobretudo porque abriu espaço para a discussão da participação dos pequenos agricultores familiares no mesmo e porque se deu início a uma verdadeira descentralização, com vistas a fomentar a economia e agricultura local.

Outro grande avanço ocorreu em 2009, quando o PNAE foi modificado através da Lei 11.947/2009, que instituiu como regra principal que as compras para a alimentação escolar dos municípios fossem voltadas, no mínimo, em 30% para agricultores e empreendimentos familiares, sem a necessidade de licitação. Além disso, esta lei estendeu o Programa para toda a rede pública de Ensino Fundamental e também aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos (BRASIL, 2009).

Antes desta descentralização bem como da nova Lei, as escolas e governos adquiriam os alimentos de intermediários, atacadistas, supermercados e empresas de gêneros alimentícios, que se caracteriza por ser um setor centralizado e que dominava as licitações públicas. A importante constatação do governo foi de que havia uma inadequação dos alimentos fornecidos aos alunos, além de desperdícios com perda de validade, preços altos e alimentos demasiadamente industrializados.

Atualmente, o PNAE busca contribuir para o crescimento, a aprendizagem e o desempenho escolar dos alunos, promovendo ainda a criação de hábitos alimentares saudáveis e o fortalecimento e valorização da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

O processo de execução do Programa se inicia com a transferência de recursos do FNDE aos municípios, destacando-se que o PNAE transfere valores per capita diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais de acordo com a faixa etária e a condição de vulnerabilidade social dos alunos (FNDE, 2014).

Depois, é publicada uma Chamada Pública de intenção de compra da agricultura familiar, dispensando assim o processo licitatório e facilitando a participação dos agricultores e suas organizações. Nesse sentido, os fornecedores do PNAE são basicamente os mesmos que atendem ao PAA, ou seja, agricultores familiares que possuam DAP física e cooperativas ou associações detentoras de DAP jurídica.

Segundo FNDE (2014), para o ano de 2014, o valor do orçamento do Programa é de R\$ 3,5 bilhões, beneficiando 43 milhões de estudantes. Deste valor, a quantia de 30% – ou seja, R\$ 1,05 bilhão – será destinado na compra direta de alimentos da agricultura familiar, o que representa a garantia da comercialização da produção dos agricultores e a promoção do desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Por fim, destaca-se que o PNAE vem sendo bastante incentivado e divulgado entre os agricultores familiares e suas organizações, pois é um programa que, além de fornecer uma alimentação saudável e adequada aos alunos, fortalece e valoriza a agricultura familiar por meio da comercialização de sua produção, estimulando a permanência do homem no campo, reconectando os agricultores com os consumidores locais e contribuindo para o desenvolvimento regional.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS NO ÂMBITO DO COOPERATIVISMO

Neste item, serão abordados os programas e as políticas públicas estaduais que vem sendo utilizadas pelas cooperativas agropecuárias da Região do Corede Médio Alto Uruguai.

2.1 Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural

O Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural surgiu através do debate do Grupo de Trabalho do Cooperativismo Rural do Rio Grande do Sul, constituído por representantes do setor e do governo do Estado e é um dos eixos da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, criada pela Lei nº 13.839, de 05 de dezembro de 2011.

O Programa, lançado no final de 2011, vem sendo desenvolvido e executado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), através de seu Departamento de Cooperativismo (DCOOP), em parceria com a Emater/RS-Ascar, e tem como objetivo melhorar as economias de base familiar e cooperativa, através de políticas tributárias e fiscais, de aperfeiçoamento da gestão, de modernização tecnológica e ajustamento de produtos e processos (DCOOP, 2013).

Segundo David (2011), pelo importante papel que as cooperativas gaúchas possuem no desenvolvimento econômico e social do Estado, faz-se necessário que tenham os mesmos incentivos fiscais da iniciativa privada, deixando de ficar à mercê do sistema capitalista de forma que o sistema cooperativista e a agricultura familiar possam crescer e se fortalecer.

O Programa beneficia principalmente as cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola e pesqueira, através de ações que proporcionam o acesso ao crédito e as políticas públicas estaduais, a isenção de ICMS, entre outros programas voltados a fortalecer o cooperativismo gaúcho.

O Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural é composto por uma série de políticas e ações voltadas ao benefício das cooperativas do Estado, com vistas a proporcionar condições para que a mesmas aumentem seu potencial, principalmente nas áreas de gestão e produção. Contudo, nota-se que algumas das suas políticas são inviáveis para as pequenas cooperativas, por exigirem estrutura e condições que estas não têm.

No entanto, destaca-se o Programa de Extensão Cooperativa – PEC-RS, como grande sucesso do Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural. O PEC-RS é

acessado por todas as cooperativas agropecuárias pesquisadas na região do Corede Médio Alto Uruguai e por isso, será melhor detalhado a seguir.

2.1.1 Programa de Extensão Cooperativa – PEC-RS

O Programa de Extensão Cooperativa – PEC-RS foi instituído através do Decreto nº 49.333, em 04 de julho de 2012 e faz parte do Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural, através da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação.

A finalidade do PEC-RS é colaborar para o aperfeiçoamento técnico, gerencial, produtivo e educacional das cooperativas, por meio de assistência e extensão técnicas, de forma que qualifique a gestão e desenvolva a competitividade do setor cooperativista (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

O Programa é voltado para a melhoria da gestão das cooperativas, pois se entende que esta é uma das áreas que mais apresenta gargalos e dificuldades, sobretudo por tratar-se de pequenos empreendimentos, onde os gestores geralmente têm poucos conhecimentos de ferramentas administrativas. Além disso, a gestão é um dos principais fatores que contribui para o sucesso e sobrevivência competente destas organizações e por isso deve ser qualificada.

Por meio da assistência técnica oferecida pelo PEC-RS, busca-se também gerar ambientes propícios a intercooperação, de forma que uma cooperativa possa auxiliar a outra e que ambas cresçam juntas. Através do aperfeiçoamento da gestão, o Programa contribui ainda para otimizar os sistemas de produção e para criar melhores condições de comercialização.

O programa PEC-RS atende as cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, já instituídas ou em processo de fundação, que possuam DAP Jurídica, dando prioridade àquelas cooperativas formadas com o maior número de associados, que industrializem produtos, participantes de outras políticas públicas, e as cooperativas que estiverem articuladas em redes produtivas ou comerciais. (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Cabe destacar que o acesso ao Programa de Extensão Cooperativa é de livre adesão, quando uma cooperativa demonstra interesse em participar é

firmado um Termo de Adesão. Após a assinatura deste termo, dá-se início ao processo de execução do PEC-RS, propriamente dito.

De acordo com o programa, a execução do PEC-RS acontece em etapas e conta com alguns instrumentos, quais sejam:

1 - Diagnóstico: realizam-se visitas nas cooperativas participantes do programa, com a finalidade de, por meio de entrevistas, questionários e observação direta, coletar dados para análise;

2 - Plano de Aprimoramento: baseado nos diagnósticos que demonstram a situação da cooperativa, são elaborados planos contendo medidas a serem implementadas para orientar a tomada de decisões e a ação dos gestores da cooperativa;

3 - Plano de Ação: a partir do plano de aprimoramento, elabora-se um plano de ação constando detalhadamente cada ação e o prazo para executá-la;

4 - Apoio e Acompanhamento: etapa de implantação de soluções a ser executada pelos próprios gestores das cooperativas, com apoio e orientação das equipes do PEC-RS, com base em: a) Soluções Individuais: as que venham de encontro às necessidades de assistência técnica e extensão rural; e b) Soluções de Conjunto: quando identificados desafios comuns que implicam em ações que podem beneficiar várias cooperativas.

Esse trabalho é realizado pela Emater/RS-Ascar, por meio das suas Unidades de Cooperativismo (UCP), presentes em sete municípios do Estado, sendo eles: Frederico Westphalen, Ijuí, Santa Cruz do Sul, Erechim, Pelotas, Porto Alegre e Santa Rosa. Cada UCP é formada por uma equipe multidisciplinar, constituída por engenheiros agrônomos, contadores, administradores, sociólogos e assistentes administrativos, que atendem as cooperativas de sua região de abrangência.

Conforme dados da SDR (2014), cento e cinquenta e uma cooperativas são atendidas pelo Programa de Extensão Cooperativa – PEC-RS, o que permite o aperfeiçoamento e qualificação da gestão das mesmas e a mudança da realidade do setor.

O Programa de Extensão Cooperativa – PEC-RS representa, em nível estadual, a retomada do trabalho de base do cooperativismo gaúcho. O programa

tem objetivos propostos e metodologia definida para tentar alavancar o verdadeiro cooperativismo, o qual tem viés tradicional e segue os princípios na busca de uma sociedade mais igual e solidária e não aquele cooperativismo empresarial e capitalista.

Nesse sentido, o PEC-RS contribui para a estratégia global de resgate deste modelo de cooperativismo solidário, vinculando-o a agricultura familiar e ao desenvolvimento local e regional. Cabe ressaltar que o PEC-RS não é suficiente, mas é um grande avanço no sentido de organizar as pequenas cooperativas, especialmente quando considerado o atual cenário globalizado e complexo.

2.2.2 Programa Leite Gaúcho

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado - SDR, entendendo que a produção de leite gaúcho é significativa em volume e, sobretudo em renda para os pequenos agricultores familiares, lançou no segundo semestre de 2011 o Programa Leite Gaúcho, com diversas ações que visam aumentar a quantidade e a qualidade do leite produzido no Rio Grande do Sul.

Conforme a SDR (2012), o objetivo geral do Programa Leite Gaúcho é aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, por meio da ampliação da produção e da qualidade do leite produzido pelos empreendimentos rurais do Estado, de forma que possa ser oferecido à população um alimento seguro e saudável.

A criação e as ações do Programa Leite Gaúcho foram baseadas em outros programas já existentes, como o Balde Cheio, Rede Leite, entre outros. Nesse sentido, o mesmo tem também o objetivo de fortalecer estes programas e iniciativas, através da formação de parcerias que só venham a somar para a agricultura familiar do Estado.

Segundo a SDR (2012), podem acessar o Programa os agricultores familiares, quilombolas, assentados da reforma agrária e do crédito fundiário e suas cooperativas, além daqueles produtores que desejam iniciar a atividade leiteira. Ainda conforme a SDR (2012), para atender seus objetivos o Programa Leite Gaúcho conta com quatro linhas de ação, quais sejam:

1 - Qualificação Profissional: aos agricultores, quilombolas e assentados que acessarem o programa serão oferecidos cursos de capacitação, ministrados pela Emater e abrangendo diversos conteúdos que envolvem a temática do leite. Destaca-se que aquelas cooperativas que firmarem o Termo de Cooperação Técnica com a SDR terão prioridade nas capacitações e ainda poderão criar grupos dentro das cooperativas para a realização dos cursos.

2 - Assistência Técnica e Extensão Rural: os serviços de ATER são desenvolvidos pelos técnicos da Emater em parceria com técnicos de outras entidades, como prefeituras, sindicatos e cooperativas. Este trabalho deve ser realizado de forma continuada, focando na produção, qualidade do leite e melhoramento genético do gado, buscando sempre conciliar o saber popular dos agricultores com o conhecimento técnico e científico.

3 - Aumento da Produção: os produtores de leite e as cooperativas assistidas pelo Programa podem acessar crédito subsidiado e sem juros, via FEAPER e BADESUL para: a) aquisição de sementes forrageiras de inverno e de verão a serem empregadas na formação de pastagens, através do Programa Sementes Forrageira e; b) aquisição de conjuntos de inseminação artificial, buscando alavancar a genética dos rebanhos gaúchos de leite, por meio do Programa de Melhoramento Genético.

4 - Melhoria da Qualidade do Leite: buscando atender os padrões de qualidade estipulados pela legislação (Instrução Normativa nº 51, de 2002, alterada pela Instrução Normativa nº 62) e de tal modo, oferecer leite de qualidade à população, o Programa Leite Gaúcho realiza ações de: a) diagnóstico e monitoramento da qualidade do leite das Cooperativas vinculadas ao Programa; b) apoio a projetos de erradicação da tuberculose e brucelose e; c) apoio a projetos de controle e indenização de animais encaminhados ao abate sanitário.

Todas essas ações visam atingir os objetivos do Programa e também a meta de aumentar 40% a produção de leite nas unidades de produção agropecuárias assistidas pelo Programa Leite Gaúcho, em um período de quatro anos. No final do ano de 2014, o Programa Leite Gaúcho completará seus quatro anos de atuação, então poderão ser medidos os seus resultados a fim de verificar se atendeu aos seus propósitos ou não. Contudo, por tratar-se de uma atividade que

possui retorno imediato, gera uma renda mensal e tem um mercado relativamente assegurado, pode-se afirmar que qualquer ação que vise melhorá-la terá sucesso.

REFERÊNCIAS

ASCOM. MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!**. 2012. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20cartilha_programa_de_agricultura%20familiar.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2014.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUZA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

BONNAL, Philippe; DELGADO, Nelson Giordano; CAZELLA, Ademir Antonio. **Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural**. In: LEITE, Sergio Pereira [et al]. Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11947-09>>. Acesso em 09 maio 2014.

_____. **Medida Provisória nº 1.979-19, de 2 de junho de 2000**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. 2000. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104565/medida-provisoria-1979-19-00>>. Acesso em 08 maio 2014.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_48_13_artigo_1.pdf>. Acesso em 29 abril 2014.

DAVID, Lino De. **Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural é lançado para qualificar agricultura familiar**. Porto Alegre/RS, 2011. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/noticias/1/97235/Artigo-Programa-Gaucha-de-Cooperativismo-Rural-e-lancado-para-qualificar-agricultura-familiar,-por-Lino-De-David-/6/269//>>>. Acesso em 14 fev. 2014.

DCOOP. Departamento de Cooperativismo. **Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural.** Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20111123174918folder_imagens_1.pdf>. Acesso em 19 dez. 2013.

FLORES, Antonio Joreci. **A contribuição do cooperativismo:** a experiência da CRELUZ no programa luz para todos. Frederico Westphalen: URI/FW, 2010.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em 11 fev. 2014.

FROEHLICH, Elisângela. **A capacidade de “fazer diferente”:** os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). 152 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

KEHRIG, Ruth Terezinha. **Administração pública gerencial:** livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2005.

58

LIMA, Waner Gonçalves. **Política pública:** discussão de conceitos. Revista Interface. 5 ed. 2012.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 28 abril 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 49.333, de 04 de julho de 2012.** Institui o Programa de Extensão Cooperativa – PEC-RS e o Programa de Acompanhamento à Gestão – PAG-RS, no âmbito da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação e do Programa do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado, nº 129, de 05 de julho de 2012.

RODRIGUES, N. **Almanaque histórico Josué de Castro:** por um mundo sem fome. São Paulo: Mercado Cultural, 2004.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas:** Conceitos Básicos. In: _____; VALADÃO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

_____. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. **Programa Leite Gaúcho**. Porto Alegre/RS, 2012. Disponível em: <[http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20121024134850programa_leite_gaucha_\[setembro_2012\].pdf](http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20121024134850programa_leite_gaucha_[setembro_2012].pdf)>. Acesso em 05 maio 2014.

_____. **Revista da SDR**. IN: Revista da SDR, ano II, Ed 2, Janeiro 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 12 mar. 2014.

TEIXEIRA, Aloisio. **Marx e a economia política: a crítica como conceito**. IN: Econômica. Niterói, n. 4, p. 85-109, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/5-aloisio.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATRBA, 2002. Disponível em: <<http://www.aatr.org.br/Programas/PP/papelpp.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2014.

O cooperativismo e as políticas públicas na região do Corede Médio Alto Uruguai

**Jaqueline Patrícia Silveira
Luis Pedro Hillesheim**

Este capítulo visa discutir como as pequenas cooperativas agropecuárias dos municípios da região do Corede Médio Alto Uruguai estão organizadas e qual a percepção das mesmas em relação às políticas públicas federais e estaduais.

Para tanto, as discussões teóricas anteriores acerca do cooperativismo e das políticas públicas serão de fundamental importância para entender as dinâmicas que ocorrem nas cooperativas estudadas.

Neste sentido, é importante esclarecer que foram encontradas na Região nove cooperativas que se enquadravam nos critérios delimitados pela pesquisa, e que destas, sete foram estudadas. No intuito de preservar a identidade das mesmas, elas serão intituladas nesta pesquisa como Cooperativa A, B, C, D, E, F e G.

Para conhecer melhor as cooperativas pesquisadas e entender seu funcionamento, é necessário entre outras coisas saber seu tamanho, medido pela quantidade de sócios que possuem, conforme demonstra o gráfico 01.

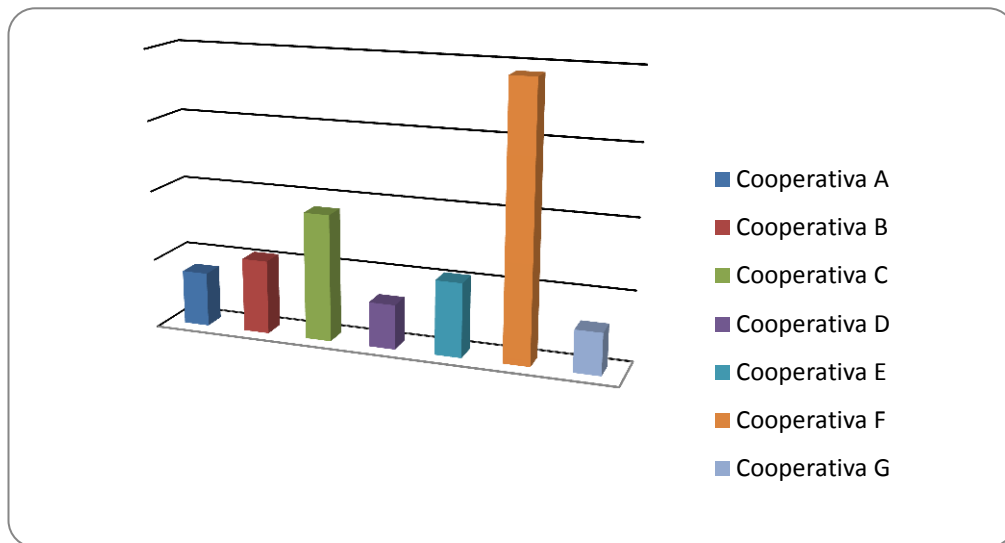


Gráfico 01: Número de cooperados por cooperativa

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se no gráfico 01 que todas as cooperativas pesquisadas são pequenas, apresentando a média de 70 associados cada uma. Contudo, esta média aumenta devido às cooperativas F e C possuírem maior número de sócios, pois as demais, representando 71% do total de cooperativas analisadas, possuem menos de 60 cooperados cada uma.

Sabe-se que quanto mais cooperados possuir, maiores precisam ser as ferramentas de controle e gestão das cooperativas, visto que o volume de produção aumenta proporcionalmente ao número de pessoas envolvidas. Por outro lado, ter poucos associados pode facilitar a gestão, mas também pode dificultar o atendimento à demanda pelos produtos e serviços que a cooperativa oferece ao mercado.

No gráfico 02, é apresentado o ano de fundação das cooperativas pesquisadas.

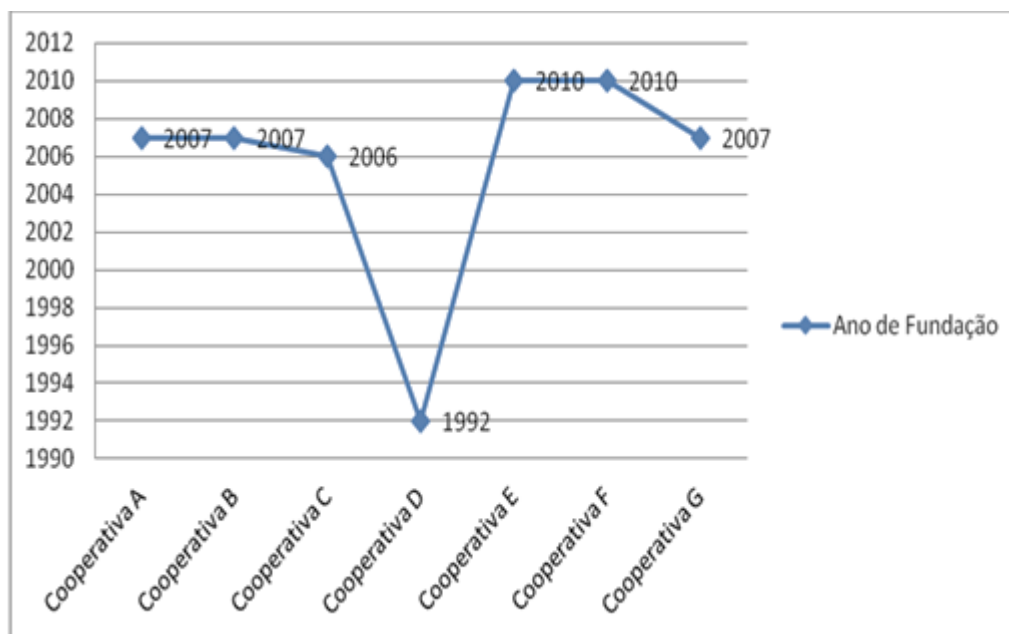


Gráfico 02: Ano de fundação das cooperativas pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos autores

O gráfico acima aponta um fato curioso: 58% das cooperativas pesquisadas surgiram entre os anos de 2006 e 2007. As demais foram criadas em 2010 e uma única na década de 90.

62

Neste sentido, todas as cooperativas criadas entre 2006 e 2007 trabalham principalmente com a comercialização de gêneros alimentícios, o que pode ter relação, mesmo que indiretamente, com o amadurecimento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

As cooperativas pesquisadas surgiram por diversos motivos, destacando-se que 58% delas foram fundadas para viabilizar a comercialização da produção de seus cooperados, seja através de políticas públicas ou de grandes empresas. Estas cooperativas viram que as produções individuais de cada associado quando somadas geravam um volume expressivo para ofertar ao mercado, o que por sua vez, facilita as negociações e o incremento nos preços pagos ao produtor.

Observou-se também, que 29% das cooperativas estudadas foram criadas a partir de muitos debates entre agricultores e da necessidade de organizar a produção, comercialização e agroindustrialização do município ao qual pertencem. Ainda, dentre todas as cooperativas pesquisadas, uma única afirmou ter surgido por ver na cooperação uma forma de garantir sobrevivência de seus

cooperados através da produção de alimentos para subsistência e da geração de renda.

Nota-se que aquelas cooperativas que surgiram por debates ou por entenderem o sentido da palavra cooperação, dominam bem os princípios que regem a doutrina cooperativista, não só por conhecerem, mas também por praticarem os mesmos na condução das suas atividades. Neste sentido, segundo Crúzio (2005) os princípios do cooperativismo são: adesão voluntária e livre; controle democrático pelos sócios; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade. As demais cooperativas pesquisadas, quando questionadas sobre os princípios, os desconheciam ou consideram somente parte deles no seu cotidiano.

Para exercer a representação sindical das cooperativas bem como defender seus interesses, existem diversos órgãos representativos, tanto em nível federal quanto estadual. A participação nestas instituições se dá através de filiação ou registro, mediante pagamento de anuidades. Neste sentido, algumas cooperativas estudadas nesta pesquisa são registradas no Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - OCERGS, na União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES, na Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária – CONCRAB e na Central Estadual das Cooperativas da Reforma Agrária – COCEARGS, e outras, não são filiadas a nenhum órgão.

Observa-se que as cooperativas mais maduras em relação ao entendimento do que é o cooperativismo, se preocupam em participar de uma organização maior que as represente, seja em convênios e projetos ou na defesa de seus interesses. Percebe-se ainda que há uma preocupação das mesmas em fortalecer o setor em que trabalham, através destes órgãos representativos.

Neste contexto, é importante destacar que, com exceção de uma cooperativa estudada, todas as demais participam ativamente do Fórum Regional do Cooperativismo das Regiões dos Coredes Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea. Este Fórum surgiu no ano de 2012, com o intuito de ser um espaço permanente de diálogo quanto aos rumos do cooperativismo e do desenvolvimento regional.

Para tanto, são realizados encontros trimestrais de forma itinerante, nos municípios sedes das cooperativas participantes, onde a cooperativa anfitriã é encarregada pela divulgação e organização da reunião, com o apoio da coordenação e da Unidade Regional de Cooperativismo (UCP/Emater) de Frederico Westphalen/RS.

Em sua sétima edição, realizada em maio de 2014, constatou-se que o Fórum além de ser um importante espaço de debate, está proporcionando a intercooperação e acabando com a ideia de concorrência que existia entre as cooperativas. Outro importante avanço que o Fórum Regional de Cooperativismo proporcionou às cooperativas participantes, foi a concretização de uma logomarca que as representa, gera visibilidade e fortalece o setor em âmbito regional e estadual.



Figura 01: Logomarca do Fórum Regional do Cooperativismo dos Coredes Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea

Fonte: Fórum Regional do Cooperativismo dos Coredes Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea, 2014.

Em se tratando de Políticas Públicas, todas as cooperativas estudadas participam de algum programa de governo, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

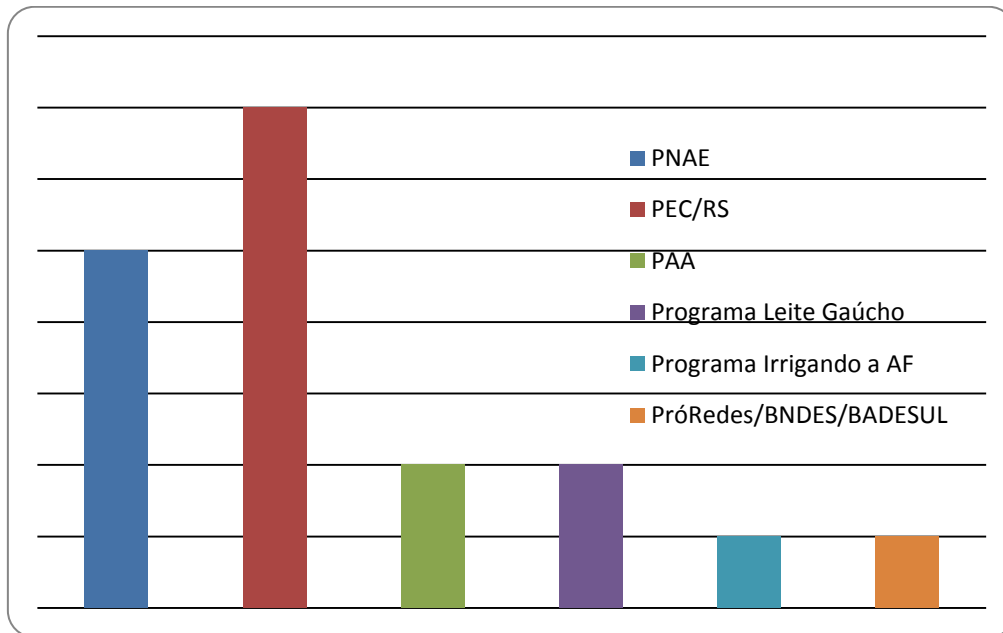


Gráfico 03: Políticas públicas acessadas pelas cooperativas estudadas

Fonte: Elaborado pelos autores

Analisando o gráfico 03, nota-se que há certa diversidade de políticas públicas acessadas pelas cooperativas estudadas, contudo, as mais representativas são o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com 71% de adesão e o Programa Extensão Cooperativa – PEC/RS, com 100% de participação das cooperativas. As demais políticas, apesar de menos acessadas, são de extrema importância para aquelas organizações beneficiárias.

O Programa de Extensão Cooperativa – PEC/RS, o qual todas as cooperativas acessam, é avaliado pelas mesmas de forma muito positiva. Neste sentido, os representantes das cooperativas entrevistados afirmam que o PEC/RS proporciona meios para o associado se tornar mais participativo, auxilia na organização da gestão da cooperativa e orienta as ações a serem tomadas para a melhoria da mesma. Apenas uma cooperativa vê o Programa de maneira diferente, alegando que somente são coletados dados e não é devolvido nenhum resultado à mesma.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, é visto pelas cooperativas analisadas como um importante canal de comercialização e escoamento da produção que, sobretudo, valoriza a produção local e motiva os agricultores a continuarem na sua atividade no meio rural, pois há a garantia de que seus produtos serão vendidos e gerarão incremento na renda.

De modo geral, todas as cooperativas pesquisadas afirmam que as políticas públicas trazem contribuições importantes, pois fomentam a produção, viabilizam a comercialização, garantem o pagamento e a continuidade da cooperativa e de seus associados.

Neste sentido, é preocupante o fato de que a maioria das cooperativas se mantém vivas devido às políticas públicas, pois se estas acabarem corre-se grande risco de a cooperativa também deixar de existir. Se o PNAE acabasse, por exemplo, onde estas cinco cooperativas apontadas no gráfico 03 iriam comercializar seus produtos?

É relevante ainda, o fato de que nas cooperativas estudadas que são beneficiárias do PNAE e PAA, observou-se que tais programas são os principais e/ou únicos canais de comercialização. Gazolla (2012) afirma que esta situação pode gerar dependência, levando a perda da autonomia e margens de manobra, já que estes agricultores envolvidos começam a se relacionar com poucos canais de comercialização.

Em termos de melhorias e desenvolvimento que as políticas públicas trazem para as cooperativas em longo prazo, nota-se que as mesmas percebem na política pública um meio de se viabilizar e de dar ânimo e motivação aos seus associados. Em relação aos Programas Leite Gaúcho e Irrigando a Agricultura Familiar, as cooperativas beneficiárias afirmam que estes projetos garantem a produção permanente, trazem a redução dos custos de produzir leite e conseqüentemente aumentam a lucratividade.

Já quanto ao PNAE e PAA, as cooperativas apontam que os mesmos tem tempo determinado e que quando acabam o produtor/agricultor fica sem garantias, ou seja, em curto prazo tais políticas são excelentes, enquanto que em longo prazo as mesmas deixam a desejar. Isto é visto por Muller (2007) como uma limitação dos programas, pois os agricultores só participam das vendas se

houverem projetos selecionados de compras, o que causa descontinuidades de vendas e expectativas junto às famílias beneficiadas.

Ainda tratando de comercialização, surge o processo de intercooperação como elemento importante para as cooperativas atenderem as demandas do mercado e das próprias políticas públicas. Neste contexto, nota-se que as cooperativas estudadas não se enxergam como concorrentes, contudo, são poucos os casos de intercooperações existentes entre as mesmas, devido, principalmente ao fato de que se localizam distantes umas das outras. Isto é comprovado, pois quando analisadas as cooperativas que cooperam entre si, observa-se que se localizam em municípios vizinhos, o que facilita a logística.

Há entre as cooperativas pesquisadas, uma em particular que realiza um processo de intercooperação natural, sem exigências e contratos, pois ela surgiu da união de diversas pequenas agroindústrias locais, onde cada uma produz algo específico e todos esses produtos, quando somados, geram uma diversidade e quantidade propícia para oferecer ao mercado consumidor e para atender as políticas públicas das quais participa.

As questões relacionadas à intercooperação são dialogadas de forma intensa no Fórum Regional do Cooperativismo já há algum tempo. As cooperativas têm interesse no tema e veem na união uma maneira de se manterem em atuação e fortalecerem o setor cooperativista na região. Isto é percebido principalmente nas cooperativas B, C, D e E, ao afirmarem que as discussões e as ideias sobre a intercooperação já estão muito claras e que só falta colocá-las em prática.

Neste sentido, as ideias que surgiram nos encontros do Fórum Regional de Cooperativismo, das quais as cooperativas se referem, dizem respeito à criação de uma Cooperativa Central que pudesse gerenciar esse processo de intercooperação entre as organizações interessadas. Esta Central, segundo seus idealizadores, deverá ter sede em um município de localização estratégica e deve funcionar de maneira virtual e rápida, através de um site que aproxime e interligue aqueles que querem vender daqueles que querem comprar. A página na internet será o mecanismo principal para efetivar a Central, onde as cooperativas participantes poderão ofertar seus produtos na quantidade que possuírem e assim, a Central ao

receber um pedido saberá se há oferta para atender a demanda e onde buscar os produtos para comercializar.

Ressalta-se aqui que a Cooperativa Central deve se utilizar dos mais modernos recursos tecnológicos para efetivar a comercialização e a intercooperação, e ainda que, face a importância desta Central para o desenvolvimento da região, deveria ser criada uma política para viabilizar a sua criação e estruturação.

A Cooperativa Central terá papel muito importante para as cooperativas e seus associados, pois trata-se de um canal alternativo de comercialização e de um mecanismo de sustentação para as mesmas, que não deixará que todo o sistema de produção, comercialização e renda criado com as políticas públicas termine caso a política deixe de existir.

Neste sentido, quando questionadas se este sistema continua sem a política pública, todas as cooperativas pesquisadas afirmam que não, pois não há outro espaço para comercializar e os cooperados ficam temerosos em investir e produzir sem a garantia que a política traz. Já aqueles programas como PróRedes, Leite Gaúcho e Irrigando a Agricultura Familiar tem maior continuidade, pois são financiamentos com crédito subsidiado para compra de equipamentos e para criação de sistemas de pastagens e irrigação, onde mesmo terminando o programa, o equipamento e o sistema permanecem. O mesmo ocorre com o PEC/RS, em que as ferramentas de gestão adotadas podem continuar e que para isso acontecer só depende da própria cooperativa. Ao falar-se tanto em políticas públicas, surgiu o interesse em saber se as próprias cooperativas oferecem algum tipo de incentivo ou programa para seus funcionários, cooperados ou para a sociedade. Contatou-se que, em três cooperativas estudadas não há nenhum tipo de incentivo específico, que uma cooperativa tem ideias quanto a isto, mas que estas ainda não foram postas em prática e que as demais cooperativas apresentam alguma forma de política.

Neste contexto, a cooperativa B considera que o serviço de assistência técnica que presta a agricultores não associados seja uma forma de retorno para a sociedade. Para a cooperativa C, a atualização, organização e acompanhamento dos projetos dos agricultores através da assistência técnica e extensão rural é

uma forma de política que a mesma oferece para a agricultura, já para a sociedade a cooperativa C representa um espaço de debate, o qual centraliza a discussão da política pública agrícola com os agricultores do município. E a cooperativa D afirma que, se a comunidade na qual está inserida possui uma igreja, um salão de festas e máquinas para trabalhar é devido à existência e atuação da cooperativa.

Desta forma, o fato de que a maioria das cooperativas analisadas não possui nenhum sistema de retorno ou incentivo, demonstra o quanto são frágeis, e essa fragilidade pode se traduzir em obstáculos para as mesmas continuar existindo no futuro. Nota-se ainda que há uma relação interessante, pois as cooperativas que consideram ter algum tipo de incentivo são as mesmas que surgiram por debates e que utilizam melhor os princípios do cooperativismo.

Em relação à existência de dificuldades que as cooperativas pesquisadas encontram para acessar as políticas públicas, cinco afirmam que o processo é muito burocrático e demorado, e que isto por vezes desmotiva a participação nas políticas. Duas cooperativas relatam que o que dificulta, no caso do PNAE e PAA, é a enorme quantidade de produtos solicitados, os quais muitas vezes a cooperativa não tem para fornecer, bem como o espaço físico demandado para estocagem. Ainda em relação ao PNAE, duas outras cooperativas apontam que os custos com transporte para fornecer são altos, pois tem que buscar o produto no agricultor e levar até a escola, e que esse deslocamento geralmente é realizado com carros particulares, pois as cooperativas em questão não possuem veículos próprios.

Diante disso, nota-se que falta estrutura física para que algumas cooperativas possam ter melhores condições de atender e executar as políticas públicas. Foi apontada ainda por algumas cooperativas que há nas políticas públicas muitos aspectos incoerentes, pois as mesmas são elaboradas por poucas pessoas que geralmente desconhecem a realidade das regiões para as quais a política está sendo pensada.

Neste sentido, Teixeira (2002) afirma que as políticas públicas são elaboradas num campo excessivamente contraditório, no qual há interesses e visões divergentes e opostas, sendo difícil definir os limites entre público e

privado, e que por isso, tem-se a necessidade do debate com a sociedade, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais.

Neste contexto, algumas cooperativas relatam que a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR, através do governo estadual, vem possibilitando grandes avanços na construção de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares e às cooperativas. O Fórum Regional de Cooperativismo é visto também como importante espaço de debate para vislumbrar propostas e alternativas de políticas públicas adequadas à realidade das cooperativas, sobretudo por contar com a participação de membros do Departamento de Cooperativismo da SDR.

O Fórum Regional do Cooperativismo e a própria SDR, neste contexto, ganham proposições maiores, pois representam a sociedade articulada em suas organizações cooperativas, e como afirma Teixeira (2002, p. 6) “[...] passa a exercer um papel político amplo de construir alternativas nos vários campos de atuação do Estado e de oferecê-las ao debate público, coparticipando, inclusive, na sua implementação e gestão.”.

Por fim, quando questionadas sobre quais políticas públicas deveriam ser criadas para o setor cooperativista, as respostas foram as mais diversas. Em geral, as cooperativas estudadas reconhecem que já se avançou muito em termos de políticas e que atualmente há recursos e programas para as mais distintas áreas, contudo, apontam algumas questões que gostariam que fossem analisadas, tais como:

- Criação de um programa de capital de giro especificamente para as pequenas cooperativas;
- Disponibilização ou custeio de um técnico por município para atender as demandas da cooperativa e seus associados;
- Criação de mais políticas que beneficiem e favoreçam a permanência dos agricultores no meio rural;
- Facilitar a legalização de agroindústrias;

- Valorização daquelas agroindústrias que estão em atividade e que realmente promovem renda e trazem melhorias à qualidade de vida de diversas famílias, ao invés das particulares;
- Oferecer subsídios no preço do leite e crédito subsidiado para todos aqueles agricultores familiares que trabalham com leite e não institucionalizado somente para alguns;
- Criação de política que pudesse viabilizar e/ou garantir os investimentos realizados pelos agricultores familiares;
- Criar um espaço onde as próprias cooperativas pudessem dizer o que realmente precisam, pois as políticas públicas não se adequam à realidade local e por vezes beneficiam só algumas cooperativas.

Diante do exposto, nota-se uma diversidade de interesses que precisam ser conciliados e observados, seja pelo Governo em seus níveis federal, estadual e municipal, seja pelos órgãos representativos e sindicais ou pelo próprio Fórum Regional de Cooperativismo que pode representar os anseios das cooperativas da região em debates maiores.

Finalmente, observa-se que as pequenas cooperativas trabalham com os excluídos e que destes proverá a segurança da produção de alimentos, por isto é tão importante fortalecer as cadeias produtivas das economias de base familiar e cooperativa, de forma a proporcionar meios que garantam a sua sustentabilidade e sobrevivência.

REFERÊNCIAS

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GAZOLLA, Marcio. **CONHECIMENTOS, PRODUÇÃO DE NOVIDADES E AÇÕES INSTITUCIONAIS: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 292 f. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 130 f. 2007. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATRBA, 2002. Disponível em: <<http://www.aatr.org.br/Programas/PP/papelpp.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2014.

Considerações finais

Jaqueline Patrícia Silveira

Esta parte da obra buscou contribuir para a compreensão, reflexão e ampliação de políticas públicas de cooperativismo na Região do Médio Alto Uruguai, vinculadas ao contexto de cultura e de desenvolvimento local. A base deste estudo foi analisar de que forma as políticas públicas são incorporadas à pluralidade de saberes técnicos e populares que contribuam com a melhoria na eficácia e eficiência do papel do Estado junto às cooperativas agropecuárias da região.

A partir das experiências analisadas nesta pesquisa, chamou atenção o fato de que as cooperativas mais evoluídas em termos do puro e verdadeiro cooperativismo são aquelas que nasceram através de debates, que buscam conhecer e aplicar os princípios da doutrina cooperativista, que são filiadas a órgãos maiores, que participam ativamente dos encontros do Fórum Regional de Cooperativismo e que, sobretudo, trabalham com os excluídos.

Ao longo desta pesquisa, verificou-se que este segmento de cooperativas pesquisado utiliza e precisa de incentivo e de políticas públicas para conduzir suas atividades. Notou-se que as políticas que beneficiam o cooperativismo são uma excelente forma de manter, ampliar e desenvolver a sociedade, pois as cooperativas auxiliam a manter laços de cultura, de responsabilidade social, estimulam a justiça e a cooperação entre as pessoas e a preservação de valores éticos.

Entretanto, constatou-se também que a maioria das cooperativas encontra-se em situação de dependência das políticas públicas. Algumas inclusive têm os

programas como principais ou únicos canais de comercialização de sua produção. Verificou-se que são as políticas públicas que dão sustentabilidade e mantêm vivas as cooperativas agropecuárias pesquisadas e que sem as políticas o cooperativismo rural da região Médio Alto Uruguai não sobrevive no sistema capitalista.

Neste sentido, a maioria dos programas tem tempo determinado e quando acabam os agricultores e as cooperativas ficam sem garantias. No caso do PNAE e PAA, é preciso todo ano executar o mesmo processo burocrático de juntar documentos e concorrer em uma chamada pública para comercializar os mesmos produtos. Esta sazonalidade das políticas gera descontinuidade de vendas e acaba desmotivando os agricultores cooperados.

Neste contexto, a dependência das políticas públicas gera uma situação perigosa para as cooperativas, pois se tais programas e políticas acabam corre-se o risco de a cooperativa também deixar de existir. Se o PNAE acabasse, por exemplo, onde as cinco cooperativas apontadas no estudo iriam comercializar seus produtos?

Por isso, há a necessidade de criar políticas públicas definitivas para este segmento de cooperativas, de forma que proporcione continuidade ao sistema. É necessário ainda que as cooperativas estudadas busquem outros espaços de comercialização, e neste sentido, a ideia que as mesmas têm de criar uma Cooperativa Central é extremamente importante e precisa ser posta em prática, pois trata-se de um canal alternativo de comercialização e de um mecanismo de sustentação para as mesmas, que não deixará que todo o sistema de produção, comercialização e renda criado com as políticas públicas termine caso a política deixe de existir.

Para tanto, a Cooperativa Central deve se utilizar dos mais modernos recursos tecnológicos para efetivar a comercialização e a intercooperação, e ainda, face à importância desta Central para o desenvolvimento da região, deveria ser criada uma política para viabilizar a sua criação e estruturação.

Ressalta-se que o sistema cooperativista e o sistema mercantil não andam juntos, e neste sentido as cooperativas precisam ir além da comercialização,

desenvolvendo mecanismos de entre ajuda, de troca de forças e de intercooperação, para assim poderem avançar.

Nesta perspectiva, surgiu o Fórum Regional Cooperativismo das Regiões dos Coredes Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea, dos qual as cooperativas analisadas participam, como elemento importante na construção do diálogo entre as cooperativas e do fortalecimento do setor, sobretudo nas referidas regiões. O Fórum representa a sociedade articulada em suas organizações cooperativas, e neste sentido, através do seu espaço de debate pode vislumbrar propostas e alternativas de políticas públicas adequadas à realidade das cooperativas.

Nota-se que é através das suas características socioculturais, com base na agricultura familiar que a Região do Corede Médio Alto Uruguai se diferencia das demais regiões. Neste sentido, o fortalecimento das cadeias produtivas, geração de trabalho e renda, por intermédio do cooperativismo, é um aporte importante para o desenvolvimento local e regional.

Para tanto, a ampliação e continuidade das políticas públicas federais e das ações e programas do governo do Estado, principalmente através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR, que beneficiam as cooperativas agropecuárias e as agroindústrias de economia familiar, são estratégias que fortalecem o crescimento e o desenvolvimento desta região e que constroem atores mais ativos no exercício da cidadania, com liberdade e autonomia.

Por fim, acredita-se que este estudo tenha demonstrado a relevância do papel do Estado para com as cooperativas analisadas e espera-se que o mesmo contribua para aumentar as discussões sobre o cooperativismo e sua relação com as políticas públicas, de maneira que os gestores voltem ainda mais seu olhar para as pequenas cooperativas agropecuárias.

REFERÊNCIAS

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As Cooperativas Agropecuárias e o BRDE: Histórico, Situação Atual e Perspectivas**. [s. l.]: [s. n], 2003. Disponível em:

<http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

ASCOM. MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!**. 2012. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20cartilha_programa_de_agricultura%20familiar.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2014.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUZA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

BENETTI, Mana Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980**. 1. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BIANCO, Jader et al. Revitalização do segmento cooperativista agropecuário – RECOOP. In: **Anais do XXXVI congresso brasileiro de economia e sociologia rural**, vol. 2. Poços de Caldas: SOBER, 1998.

BONNAL, Philippe; DELGADO, Nelson Giordano; CAZELLA, Ademir Antonio. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: LEITE, Sergio Pereira et al. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14)

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Medida Provisória nº 1.979-19, de 2 de junho de 2000**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. 2000. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104565/medida-provisoria-1979-19-00>>. Acesso em: 08 maio 2014.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11947-09>>. Acesso em: 09 maio 2014.

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2009.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_48_13_artigo_1.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2014.

CORADINI, O. L; FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego.** 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DAVID, Lino De. **Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural é lançado para qualificar agricultura familiar.** Porto Alegre/RS, 2011. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/noticias/1/97235/Artigo-Programa-Gaicho-de-Cooperativismo-Rural-e-lancado-para-qualificar-agricultura-familiar,-por-Lino-De-David-/6/269//>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

DCOOP. Departamento de Cooperativismo. **Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural.** Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20111123174918folder_imagens_1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2013.

FLORES, Antonio Joreci. **A contribuição do cooperativismo: a experiência da CRELUZ no programa luz para todos.** Frederico Westphalen: URI, 2010.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** Ijuí: Unijuí, 2012.

FROEHLICH, Elisângela. **A capacidade de “fazer diferente”:** os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). 152 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

GAZOLLA, Marcio. **CONHECIMENTOS, PRODUÇÃO DE NOVIDADES E AÇÕES INSTITUCIONAIS:** cadeias curtas das agroindústrias familiares. 292 f. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo:** primeiras lições. 4. ed. Brasília: Sescop, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRARDI, Edemar et al. **Plano de Desenvolvimento da região do CODEMAU**. Frederico Westphalen: URI, 2010.

KEHRIG, Ruth Terezinha. **Administração pública gerencial**: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2005.

LIMA, Waner Gonçalves. **Política pública**: discussão de conceitos. Revista Interface. 5 ed. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____; _____. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 34, p. 7-46, set./dez. 1998.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 28 abril 2014.

78

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 130 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é, o que faz e o que pode fazer o cooperativismo no Brasil**. Brasília: [s. n.], 1973.

_____. **Relatório OCB 2013**. Brasília: [s. n.], 2014. Disponível em: <http://srvrepositorio.brasilcooperativo.coop.br/arquivos/gecom/relatorio_gestao_OCB_2013.pdf>. Acesso em: 31 maio 2014.

PANZUTTI, Rauph. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo**: o caso da cooperativa de agricultores da região de Orlândia. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. 6 ed. Brasília: BCB, 2008.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1966.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 49.333, de 04 de julho de 2012.** Institui o Programa de Extensão Cooperativa – PEC-RS e o Programa de Acompanhamento à Gestão – PAG-RS, no âmbito da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação e do Programa do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado, nº 129, de 05 de julho de 2012.

RODRIGUES, N. **Almanaque histórico Josué de Castro: por um mundo sem fome.** São Paulo: Mercado Cultural, 2004.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

_____. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: _____; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Seleccionados.** Brasília: Paralelo 15, 1998.

SCHNEIDER, José Odelso. As origens do cooperativismo. In: MAY, Nilson Luiz (Coord.). **Compêndio de Cooperativismo Unimed.** Porto Alegre: WS, 1998.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEIBEL, Erni J. Estado e instituições públicas: caso do cooperativismo. **Perspectiva Econômica**, v. 19, n. 84, p. 23 -74, 1994

SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho.** 2013. Disponível em: <<http://intranet.sescoopr.rs.coop.br/arquivos/arqs/20120719102955.pdf>> Acesso em: 09 dez. 2013.

_____. **Plantando a semente do Cooperativismo: [professor].** Brasília: SESCOOP, 2007.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. **Programa Leite Gaúcho.** Porto Alegre/RS, 2012. Disponível em: <[http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20121024134850programa_leite_gaucho_\[setembro_2012\].pdf](http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20121024134850programa_leite_gaucho_[setembro_2012].pdf)>. Acesso em: 05 maio 2014.

_____. **Revista da SDR**, ano II, Ed 2, janeiro 2014.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

TEIXEIRA, Aloisio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. **Econômica**, Niterói, n. 4, p. 85-109, dezembro 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/5-aloisio.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATRBA, 2002. Disponível em: <<http://www.aatr.org.br/Programas/PP/papelpp.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2002.

PARTE II

***Caminhos metodológicos para elaboração
e implantação prática de projetos em
unidades de produção agropecuária de
base familiar – UPA***

Metodologia de elaboração e implantação prática de projetos agropecuários de base familiar

**Luis Pedro Hillesheim
Gelson Pelegrini**

Propomos a elaboração e implantação prática de projetos como atividade que perpassa o todo de um investimento, de uma ideia, de um curso, e a relação entre a elaboração e a implantação de projetos agropecuários com base familiar, se dá não apenas como uma atividade de conclusão, de atingir o objetivo que é de elaborar e implantar um projeto, mas sim a concepção dele com o mundo do trabalho, com as questões da vida real e profissional de um investimento produtivo seja ele na área primária, secundária ou terciária de desenvolvimento sustentável.

Um projeto no segmento de agricultura familiar deve estar orientado no entendimento de que todas as práticas humanas se dão num contexto teórico de vida, que é formulado, amadurecido e desenvolvido no próprio exercício da prática. Não existe, pois, teoria sem prática, nem prática sem teoria.

Conforme aponta o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária da Universidade Regional Integrada do Médio Alto Uruguai – Câmpus de Frederico Westphalen, um projeto para o desenvolvimento de Unidades de Produção Agropecuária - UPAs, “[...] vale-se da capacidade de pensar, coordenar, propor, orientar e executar o trabalho no âmbito da profissão

[...]” (PPC, 2012, p. 31). Precisamos pensar projetos a partir da realidade vivida, observada, existente e que quando traduzida em novos objetivos, metas, passam a orientar novos caminhos de desenvolvimento.

A elaboração de um projeto segue a ideia de viabilidade, porém precisamos orientar essa questão quanto a diversos elementos estruturantes e de futuro para qualquer área. Em se tratando do setor agropecuário de base familiar precisamos estar atentos para as seguintes dimensões: participativa, agroecológica, geração de renda e desenvolvimento humano. Um projeto precisa apontar caminhos de sustentabilidade e isso é definitivo no desenvolvimento da vida profissional dos que produzem, transformam e consomem alimentos.



Figura 02: Dimensões projetos agropecuários de base familiar

Fonte: Elaborado pelos autores

Um projeto profissional e de vida consiste na combinação de princípios básicos de humanidade, geração de renda, agroecologia e participação social e que deverão ser utilizados de forma colegiada para solução de problemas reais e que dificultam a sucessão das unidades de produção agropecuária.

Quando discutimos a elaboração e implementação de um projeto de desenvolvimento da família rural, precisamos ter em mente o envolvimento do poder público; entidades regionais; técnicos municipais/estaduais; sociedade organizada; educadores; famílias; associações; cooperativas; universidades;

escolas; sindicatos; instituições financeiras; diferentes ideologias; tecnologia existente, enfim observar a existência dos mais diversos potenciais com o propósito de sustentabilidade, porém sempre considerando a realidade existente.

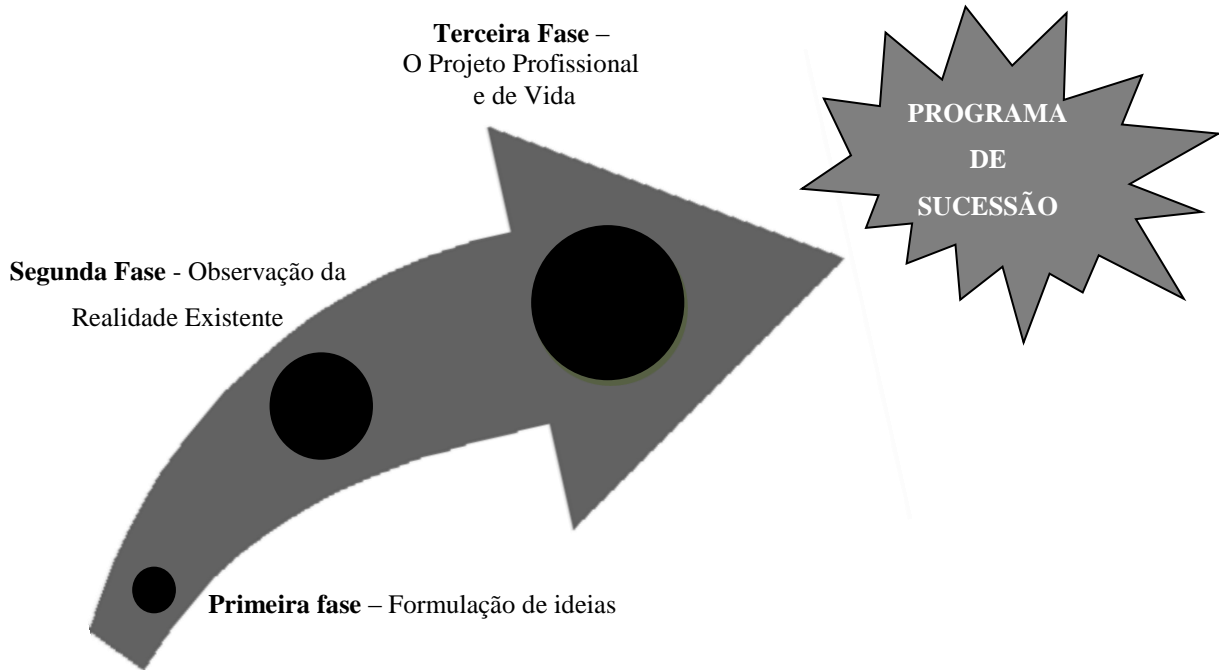


Figura 03: Três fases na elaboração de um projeto agropecuário de base familiar

Fonte: Elaborado pelos autores

1 PRIMEIRA FASE: FORMULAÇÃO DE IDEIAS

Esse momento inicial na elaboração de um projeto agropecuário, precisa contemplar a ideia do que se sonha, se deseja, que matriz produtiva se quer desenvolver, mas sem esquecer do que foi construído, do que já foi vivido, das dificuldades e facilidades encontradas, enfim, é necessário pensar qual a sociedade que se deseja. Para tanto, deve-se descrever os sonhos, o que efetivamente se quer, onde se almeja chegar, o que se deseja fazer e como implementar.

A formulação de ideia desperta as mais diversas possibilidades existentes, nesse momento, precisamos listar e separar por segmento de projeto. Apontamos no segmento agropecuário de base familiar, três setores de projetos: primário;

secundário e terciário. Projetos de produção, seja ele na área vegetal ou animal, são do setor primário, enquanto projetos de agregação de valor, que industrializam matéria-prima são do setor secundário e no setor terciário encontramos os projetos de prestação de serviço e de desenvolvimento em geral a exemplo de cooperativas, associações, redes inteligentes de comercialização entre outras.

Assim que organizamos as ideias, sonhos, em setores inicia-se o entendimento de como e o que precisamos ir buscar, entender na elaboração do projeto. Outro elemento importante no momento da formulação de ideias, é que estamos colocando em pauta o que desejamos, sonhamos e de certa forma estamos convencidos que isso fará bem para nós e para sociedade sem se desvincular da realidade.

Nessa fase é importante identificar problemas, algo que existe e que pode ser modificado, situação que pode ser resolvida (tecnologia, mercado, produtividade), enfim ordenar os problemas, as necessidades, as oportunidades considerando: opinião das pessoas que convivem com a realidade; descrevendo a realidade; criar situações positivas; prever interesses; assinalar momentos de êxito; evitar declarações negativas; aceitar opiniões; evitar comentários pessoais; valorizar a realidade e ter atitudes positivas diante dos erros.

Sugerimos nesse momento realizar uma lista descrevendo a realidade existente e a realidade sonhada. A matriz produtiva que desejo planejar, projetar, tem, é....., faz..... Sonho sempre aponta o ideal, o que faz bem, que dá certo, que é sustentável, o que acreditamos.

2 SEGUNDA FASE: OBSERVAÇÃO DA REALIDADE

A segunda fase propõe um olhar local, presente, atual de forma que possamos identificar a realidade, chamamos de diagnóstico, levantamento de dados. Onde estamos hoje e qual a nossa responsabilidade diante da realidade vivida.

Em se tratando de projetos do segmento agropecuário de base familiar, sugerimos um olhar no ambiente interno e outro externo para que possamos descrever a realidade com maior propriedade e para isso sugerimos uma abordagem simples, mas profunda, pois nesse momento estamos procurando o que nos fortalece e o que nos enfraquece, o que fragiliza o sonho e o que oportuniza o que desejamos na primeira fase.

Vejamos, é nesse momento que precisamos identificar o que nos fortalece e o que nos enfraquece, bem como o que oportuniza e o que nos ameaça, enfim que pode levar a sustentabilidade da proposta, para tanto sugerimos listar:

- a) Realidade visualizada no ambiente interno
 - Aspectos que superam as dificuldades existentes, quais são eles?
 - Debilidades que fragilizam a realidade existente, quais são?
- b) Realidade visualizada no ambiente externo
 - Oportunidades que fortalecem a ideia do projeto (cavalo encilhado);
 - Ameaças que enfraquecem o desejo do projeto sonhado (afundar o barco).

86

Após obter em mão a lista da realidade interna e externa, quanto as suas potencialidades e fragilidades, é necessário cruzar informações e tornar a perguntar:

- O que considera ameaça, faz, mas se sente fragilizado?
- O que sente ser oportunidade, percebe ser viável?

Esse momento já é possível iniciar uma análise do que realmente julga uma atividade produtiva importante para reprodução da unidade de produção agropecuária, essa segunda fase do projeto, aliamos o que sonhamos com o que de fato tem diante da realidade vivida, é a fase que iniciamos a delimitação do tema do projeto, das atividades que o projeto vai estudar e discutir a fim de buscar a sustentabilidade.

3 TERCEIRA FASE: O PROJETO PROFISSIONAL E DE VIDA

Elaborar e implantar projetos em unidades de produção agropecuária de base familiar significa na atualidade um olhar para “sucessão do campo”. Talvez

seja necessário iniciar desmistificando a palavra PROJETO, que para muitos técnicos, agricultores, instituições e sociedade, isso remete a crédito, realizar financiamento e que muitas vezes são implementados com simples plano de orientação do crédito e na ausência de um bom projeto acabam sendo insustentáveis. Quantos agricultores saíram do campo em função disso?

Para os agricultores a palavra projeto, muitas vezes representa algo complexo, e que deve ser realizado somente por especialistas, com isso vão postergando iniciativas de planejamento e gerenciando suas unidades de produção de forma simples e com poucas informações e que levam a indecisões ou a decisões, às vezes, em tempo errado.

Então, vemos a palavra projeto como a forma de planejar as atividades produtivas e organizá-las de forma a identificar a unidade de produção familiar com uma tipologia de agricultura, isto é, um sistema de produção que possa criar sinergia entre as atividades e o bem estar da família no campo, dentro de um sistema de produção, possui diversos subsistemas que juntos formam, constituem o projeto, é na junção desses subsistemas que está a sustentabilidade e a sucessão da unidade de produção agropecuária de base familiar.

O projeto surge de algo concreto, da realidade, do meio vivido, são as atividades que existem e as que se deseja possuir, aquelas sonhadas na primeira fase do projeto e alinhamos na segunda fase do projeto e que agora passam a constituir atividades definidas e para elas é necessário estabelecer objetivos específicos e que estes sejam facilmente analisados, e para cada um desses objetivos que tenhamos metas consistentes, para tanto sugerimos e que chamamos na língua portuguesa a formulação de um acróstico e que identificamos com a palavra MARTE e que possa realizar de forma visível, realista e transparente se ao efetuarmos as metas desejadas atingimos os objetivos propostos no projeto, vejamos:

| | |
|------------|------------------|
| M | ENSURÁVEL |
| A - | TINGÍVEL |
| R - | EALISTA |
| T - | EMPO |
| E - | SPECÍFICA |

**As metas devêm ser MARTE,
precisam efetivamente dizer o que se
deseja fazer, devem ser objetivas,
diretas e claras.**

Figura 04: Acróstico MARTE

Fonte: Elaborado pelos autores

Uma meta precisa ser mensurável, deve possibilitar medir, se é atingível, realista, possuir um tempo visível e que possa proporcionar um ponto de partida e outro de chegada. Além disso, é necessário poder implementar metas específicas que resolvam problemas e tracem um plano minucioso de cada atividade agropecuária, pois isso possibilita visualizar o projeto com mais clareza e tranquilidade.

Sugerimos para iniciar a elaboração do Projeto Profissional e de Vida a aplicação de um questionário que servirá no auxílio da elaboração do pré-projeto, vejamos a seguir:

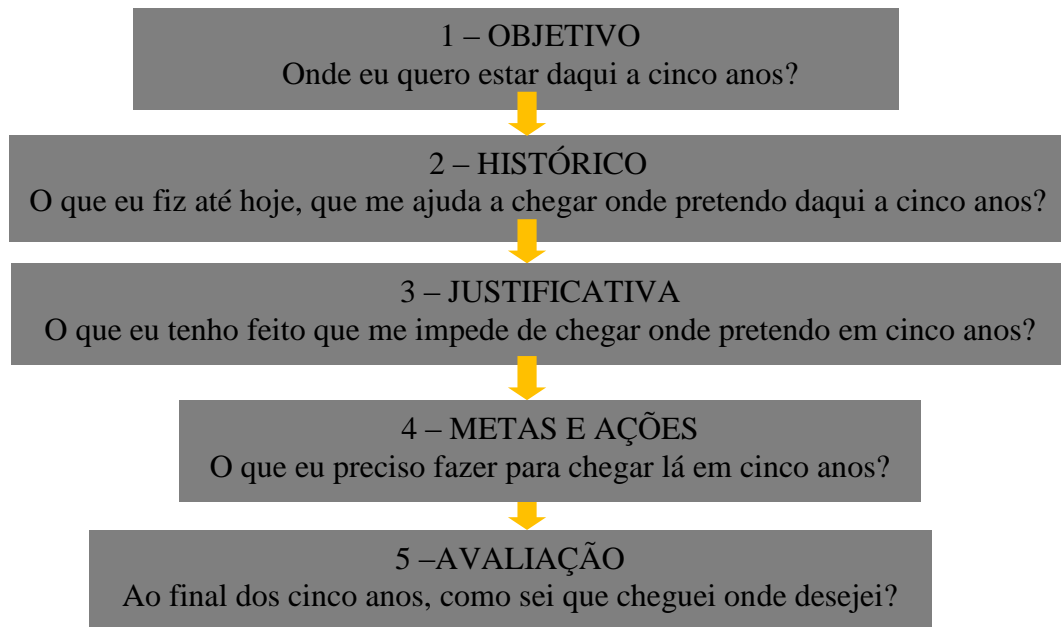


Figura 05: Questionário para elaboração do projeto profissional e de vida

Fonte: Elaborado pelos autores

Partindo de uma abordagem real e pessoal é que é possível iniciar a elaboração do projeto profissional e de vida, o projeto de uma unidade de produção agropecuária que possui junto de si pessoas, que possuem sonhos, que trabalham, que pensam e que sentem desejos. É nesse momento que será possível pensar na importância de um projeto.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS NA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO PRÁTICA DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS DE BASE FAMILIAR

Elaboração e implantação de projetos agropecuários têm duas grandes finalidades: a primeira é de servir de base sólida ao processo de construção de espaço de trabalho e renda de um profissional na área agropecuária de base

familiar, de um agricultor, portanto é dinâmico e um instrumento preponderante na vida profissional de um sujeito do campo. A segunda finalidade é servir de instrumento de planejamento das atividades produtivas e se necessário for buscar crédito agropecuário no sentido de ampliar atividades, melhorar tecnologias.

O setor agropecuário possui inúmeras oportunidades de geração de renda e trabalho e isso é que move a ideia de projeto, bem como as necessidades existentes no meio agropecuário que exigem planos de ações que possam conduzir melhor os diferentes sistemas de produção.

Sugerimos para melhor andamento da elaboração e implantação de projetos agropecuários de base familiar, elaborar primeiro um pré-projeto com três etapas complementares:

Primeira - Delimitação do tema – área de ação do projeto, atividades agropecuárias que englobam e o setor que estão situados, primário, secundário e terciário ou de prestação de serviço e desenvolvimento rural.

Segunda - Estudos Preliminares – revisão bibliográfica, momento de aproximação com o tema do projeto, as atividades que deverão ser desenvolvidas.

Terceira - Pré-projeto – momento de sistematizar o projeto, realizar um estudo prévio envolvendo a dimensão participativa, agroecológica, geração de renda e desenvolvimento humano, propor segurança ao projeto que será realizado e iniciar coleta de dados.



Figura 06: Elementos do pré-projeto

Fonte: Elaborado pelos autores

Um projeto quando, elaborado e implantado não simplesmente pelo fato do agricultor precisar de recurso financeiro, passa a ser algo mais completo, é a possibilidade de traçar horizontes de vida, de sucessão, de reprodução social para a família e as atividades em desenvolvimento e ou a ser desenvolvida. Para tanto, não existe um roteiro específico para elaboração de um pré-projeto o que recomendamos é apenas elementos de elaboração e que posteriormente serão implementados.

Independente do setor em que está situado o projeto é fundamental que exista a possibilidade de interpretação de dados. Neste sentido, quanto mais informações melhor e estas poderão estar também em anexo, desde que, estejam presentes. Os projetos de desenvolvimento rural, local e/ou regional devem ter informações que levem à análise do custo-benefício social. Já os projetos de produção agropecuária, industrialização ou prestação de serviços, deve-se levar em conta, principalmente, a capacidade de sucessão do campo, sustentabilidade

ambiental, social, geração de renda e trabalho, bem como retorno financeiro por fator de produção utilizado, observando a reprodução social do campo.

5 ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO PRÁTICA DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS DE BASE FAMILIAR

A seguir são demonstradas cinco etapas, intituladas de capítulos, detalhadas de forma a orientar a elaboração e implantação prática de projetos. Inicialmente apresenta-se uma figura que discute os cinco capítulos simultaneamente, onde, enquanto se elabora o projeto, vai também implementando-o. Esta metodologia é mais bem aplicada quando utilizada a PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, pois ao mesmo tempo em que é realizada a formação, alia-se a prática e a teoria, o tempo universidade/escola e o tempo comunidade, no meio socioprofissional.



Figura 07: Metodologia da elaboração e implantação prática de projetos

Fonte: Elaborado pelos autores

5.1 Capítulo I: observação da unidade de produção

O primeiro capítulo diz respeito à observação da unidade de produção agropecuária de base familiar. É o momento em que se descreve a realidade existente, a história da realidade vivida, o sistema de produção adotado atualmente bem como seus pontos fracos e fortes. No ambiente externo,

descrevem-se as oportunidades e as ameaças, ou seja, o que realmente é observado no meio externo à UPA.

É importante neste capítulo representar o valor da UPA, sua produção, o resultado do último triênio e elaborar um croqui da utilização dos fatores de produção, principalmente do uso do solo e do fator trabalho e ainda do capital existente.

5.2 Capítulo II: elaboração de objetivos e metas de desenvolvimento da unidade de produção

Nesta etapa é importante apresentar os objetivos e metas, levando em consideração o que foi observado e está descrito no capítulo anterior. É necessário entender a lógica do sistema de produção existente e realizar um rápido estudo de mercado a fim de visualizar a possibilidade de uma nova atividade, pois a partir desta serão traçados os objetivos, que por sua vez, originarão as metas e ações do projeto.

É das metas que surge a necessidade de investimentos, o cronograma físico-financeiro e a organização dos investimentos que deverão ser feitos a fim de atender o proposto e conseqüentemente os objetivos delineados no projeto.

5.3 Capítulo III: sistema de produção

Este capítulo trata da parte técnica de produção do projeto. É o local onde é demonstrado como será o itinerário de produção agropecuária. Devem estar descritas como cada atividade do projeto e do sistema de produção será executada, como serão realizadas as ações para alcançar as metas estipuladas no projeto.

Neste capítulo será necessário apresentar ainda, um sistema de produção técnico sustentável e que ofereça possibilidades de produção que não agridam o meio ambiente e proporcione o menor custo de produção.

5.4 Capítulo IV: aspectos de geração de renda

O capítulo quatro precisa apresentar o resultado do que foi produzido e investido. Nesta etapa o projeto demonstra o resultado financeiro, a renda que as atividades desenvolvidas no sistema de produção adotado apresentam e se esta é suficiente para cobrir os investimentos, bem como se possibilita que a família proprietária da UPA atenda suas necessidades básicas.

É importante observar o resultado do trabalho realizado, dos investimentos e a forma como o solo é utilizado. É a fase em que o projeto demonstra as atitudes que devem ser tomadas, pois evidencia se os resultados de renda são suficientes para sustentabilidade da unidade de produção agropecuária de base familiar.

95

5.5 Capítulo V: aspectos gerais de reprodução social

Os aspectos gerais de reprodução social consideram questões sociais, ambientais, tributárias, políticas e de reprodução da unidade de produção agropecuária de base familiar. Desta forma, neste capítulo deve ser apresentada a sustentabilidade ambiental, a legislação ambiental e as alternativas sustentáveis de produção. Outro elemento importante é a reprodução social da unidade de produção, bem como a participação da família na organização da sociedade e nos avanços das questões sociais. Também são expostas as possibilidades de geração de tributos, com vistas a investimentos públicos necessários ao segmento da agricultura familiar.

5.6 Capítulo VI: consolidação da unidade de produção

Em geral neste capítulo apresentam-se os resultados da reprodução social e demonstra-se a probabilidade de sucessão da unidade de produção agropecuária de base familiar. Os objetivos traçados no início do projeto precisam demonstrar a viabilidade da reprodução social, da possibilidade de renda e do desenvolvimento da sociedade local. É necessário apresentar também as metas futuras, as ampliações, os desejos futuros, onde investir mais energia financeira e trabalho, bem como os recursos naturais existentes.

Este capítulo apresenta a possibilidade de, ano após ano, ir amadurecendo os objetivos da unidade de produção e através de sistema de gestão, coletar informações que demonstrem os resultados de reprodução social da família, de forma que este sistema acompanhado e analisado frequentemente torne-se o programa de desenvolvimento da UPA.

REFERÊNCIAS

PPC. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: URI, 2012.

***Roteiro para elaboração e implantação
prática de projetos agropecuários de base
familiar***

**Luis Pedro Hillesheim
Gelson Pelegrini
Paulo De Tarso Lima Teixeira
André Pellegrini
Thiago Caetano Schmidt Cantarelli**

Um projeto profissional e de vida deve propor a possibilidade do sujeito compreender sua realidade, analisar e estabelecer objetivos claros e diretos, para tanto um roteiro pode contribuir na implementação deste projeto. É importante que a elaboração do projeto seja acompanhada de uma formação específica na área, quando se estuda e se trabalha, isto é, quando a teoria e a prática são relacionadas, torna-se fácil implementar um projeto de desenvolvimento pessoal, local e/ou regional.

A seguir, é apresentada uma sugestão para elaboração de projetos agropecuários de base familiar:

- **RESUMO**

Vem sempre antes de um projeto para visualizar o todo. É elaborado no final do projeto, pois demonstra uma ideia geral do projeto.

Proponente (nome da pessoa física ou jurídica); empreendimento (finalidade, atividades e localização); valor do projeto - propriedade (total do projeto a ser investido e do valor total a ser financiado se for o caso); investimentos próprios; agência financiadora (se for o caso); linha de crédito; prazo determinado; texto explicando os objetivos; viabilidade econômica, técnica, ambiental, geração de empregos, renda, fiscal.

- **INTRODUÇÃO**

A introdução precisa apresentar os objetivos do projeto, as atividades da unidade de produção bem como a justificativa pelo qual se pretende investir e buscar a reprodução social da unidade de produção familiar.

98

- **CAPÍTULO I**

OBSERVAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Descrever se o projeto será do setor primário (produção agropecuária), setor secundário (agroindústria familiar) ou setor terciário (prestação de serviço ou desenvolvimento rural). É fundamental caracterizar o projeto, descrevendo o tema a ser abordado.

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- Nome CPF ou CNPJ
- Endereço residencial Telefone e ou fax
- Data de nascimento Naturalidade
- Estado civil Nome do(a) cônjuge
- CPF do cônjuge
- Ramo de atividade (setor primário, produção de bens primários, secundários e ou terciários, prestação de serviço)
- Endereço do empreendimento Roteiro de acesso
- Confrontações Área em hectares (agropecuários)
- Título de domínio (INCRA) Sede, Fórum que pertence
- Cadastro de garantias (o que poderá ser oferecido como garantias no caso de financiamento de todo ou parte do projeto)
- Outras informações relevantes (legislação relacionada às atividades do projeto, contratos firmados ou a serem firmados, responsáveis do projeto, controle do capital, caso de associações, vínculos com outras organizações, estrutura do empreendimento, organograma administrativos, etc).

99

3 JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA DO PROJETO

Contextualização das atividades do projeto, justificando o por quê?
Descrição da situação-problema: elementos comparativos; elementos analítico-críticos e elementos teóricos.

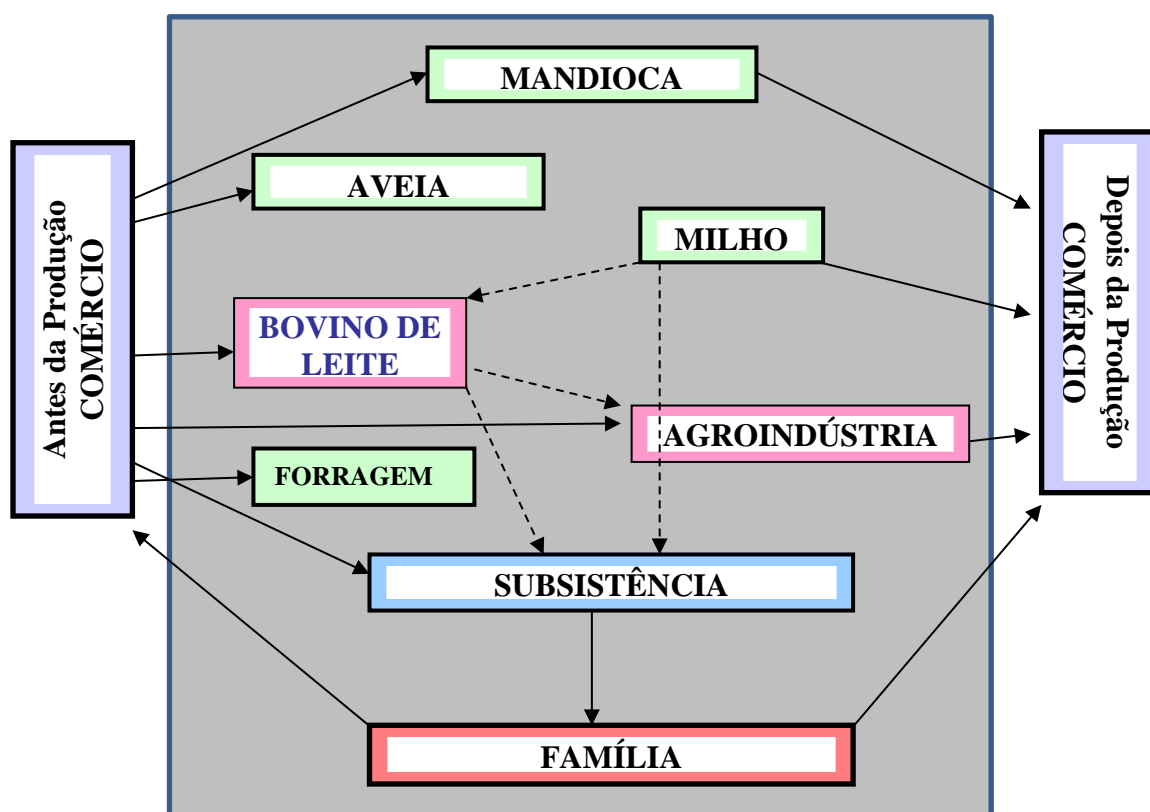
4 HISTÓRICO DO PROJETO

Histórico de todas as atividades que envolvem a unidade de produção agropecuária de base familiar em que está sendo realizado o projeto. Descrição

das atividades históricas relacionadas ao projeto e à história do sistema de produção da família.

5 SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIO

Conforme fluxograma abaixo, apresentamos a organização de uma unidade de produção agropecuária diversificada, a qual é composta por sub-sistemas que integram o sistema de produção. O funcionamento do sistema produtivo depende da família, que possui relações externas antes da produção, com a aquisição de insumos, e depois com a comercialização dos produtos, os quais são o resultado das atividades realizadas nos diferentes sub-sistemas e que estruturam o sistema de produção agropecuária como um todo.



100

Figura 08: Fluxograma de produção

Fonte: Elaborado pelos autores

Observar o sistema de produção agropecuário para:

- Descrever o sistema agroecológico de produção das culturas e criações;

- Apresentar um calendário de produção de alimentos de subsistência obedecendo as estações do ano;
- Elaborar um quadro com a renda não monetária da unidade de produção agropecuária.

6 LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

Descritivo da localização, observando:

- Localização ótima é aquela que assegura a maior possibilidade de renda e reprodução social.
- Fatores gerais – custo de transporte de matérias-primas, materiais secundários, produtos acabados, subprodutos e embalagens.
- Disponibilidade de custos relativos – a insumos, mão de obra e energia.
- Fatores especiais – água, clima, terras, serviços de terceiros e resíduos do processo de produção.
- Fatores de motivação tangíveis e intangíveis – recursos de capital de crédito, incentivos governamentais, isenções de impostos e taxas, política de desenvolvimento, bem estar social, apego à comunidade, liderança na comunidade, tradição familiar.

101

7 LEVANTAMENTO PATRIMONIAL

QUADRO 02: TERRAS

| Especificações | Quantidade | Valor Unitário (R\$/ha) | Valor Total R\$ |
|----------------------|------------|-------------------------|-----------------|
| Culturas anuais | | | |
| Culturas Permanentes | | | |
| Pastagens nativas | | | |
| Pastagens formadas | | | |
| Florestas nativas | | | |
| Reserva legal | | | |
| Florestas | | | |

| | | | |
|--------------------------|--|--|--|
| Regeneradas | | | |
| Ocupadas benfeitorias | | | |
| Outros usos | | | |
| Total | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 03: BENFEITORIAS

| Especificações | Quantidade | Características | Valor R\$ | Valor R\$ |
|----------------|------------|-----------------|-----------|-----------|
| | | | | |
| | | | | |
| Total | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 04: MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

| Especificações | Marca, modelo, ano de fabricação, estado de conservação | Valor R\$ |
|----------------|--|-----------|
| | | |
| | | |
| Total | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 05: ANIMAIS

| Especificação | N.º cabeças | Características | Valor um. R\$ | Valor total R\$ |
|---------------|-------------|-----------------|------------------|--------------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 06: OUTROS BENS E DIREITOS

| Especificação | Características | Valor R\$ |
|----------------------|-----------------|-----------|
| Insumos em estoque | | |
| Créditos existentes | | |
| Imóveis urbanos | | |
| Materiais em estoque | | |
| Total | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 07: OBRIGAÇÕES

| Especificação | Valor R\$ |
|---------------|-----------|
| | |
| | |
| Total | |

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 08: RESULTADO DO PATRIMÔNIO

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR R\$ |
|-----------------------------------|-----------|
| Terras | |
| Benfeitorias | |
| Máquinas, veículos e equipamentos | |
| Animais | |
| Outros bens e direitos | |
| Obrigações | |
| Total | |

Fonte: Elaborado pelos autores

8 CARACTERÍSTICAS E INFRAESTRUTURA

- Clima e localização geográfica (latitude, longitude, temperatura média anual, precipitação pluviométrica anual, mensal, luminosidade, etc).
- Recursos hídricos (qualitativos e quantitativos, método de proteção, conservação)
- Fonte de energia (quais as fontes de energia existentes, seu comportamento e garantias de serem sustentáveis, renováveis);
- Transporte e armazenagem (infraestrutura das estradas regionais e locais ligadas ao empreendimento);
- Meios de comunicação (telefone, internet, jornal, revista, etc);
- Outras informações relevantes ao projeto

Uso do solo (croqui da unidade de produção agropecuária, da localização do empreendimento, as explorações do solo durante os 12 meses do ano).

QUADRO 09: CROQUI OU MAPA GEORREFERENCIADO

Utilizar o espaço indicando, além do uso do solo, a localização das principais instalações, cursos d'água, acesso, energia elétrica, mata ciliar, reserva legal.

Importante Georreferenciar a unidade de produção agropecuária, de forma que cada área esteja quantificada.

QUADRO 10: USO DO SOLO

| Especificações | Ano XX | Ano XX | Ano XX | Ano XX | Ano XX |
|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A - Lavouras Periódicas | | | | | |
| B – Lavouras Permanentes | | | | | |
| C – Pastagens | | | | | |
| D – Arrendadas para terceiros | | | | | |
| E – Outros usos | | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 11: USO DO SOLO NO DECORRER DO ANO (MESES)

| Meses Atividade | Jan | Fev | Março | Abril | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|--------------------|-----|-----|-------|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Subsistência | | | | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | | | | |
| Saldo | | | | | | | | | | | | |

Total SAU – Superfície Agrícola Útil = _____

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 12: FATOR TRABALHO EXISTENTE NO EMPREENDIMENTO

Total de horas disponível = _____

Necessidade do fator Trabalho por mês

| Meses Atividade | Jan | Fev | Març o | Abri l | Mai o | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|--------------------|-----|-----|-----------|-----------|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Subsistênc ia | | | | | | | | | | | | |
| Gestão | | | | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | | | | |
| Saldo | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

9 PRODUÇÃO DO ÚLTIMO TRIÊNIO

Produção agrícola e pecuária; renda rural (outras atividades rurais/urbana); resumo de receitas dos últimos três anos.

105

QUADRO 13: ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

| Atividade | Ano agrícola | Área (Ha) | Produção | | Renda por Unidade/Ha | Valor R\$ |
|-----------|--------------|-----------|-------------|----------------|----------------------|-----------|
| | | | Unidad e | Quantida de | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Total | | | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

10 ÍNDICES AGROPECUÁRIOS (DAS ATIVIDADES DO PROJETO)

QUADRO 14: ATIVIDADES AGRÍCOLAS E ATIVIDADES PECUÁRIAS

| Bovinocultura | | | | | |
|-------------------------------------|-------------|---------------------------|--|--|--|
| Especificações | Coeficiente | Projetado (próximos anos) | | | |
| | | | | | |
| Idade de desmama | | | | | |
| Idade do 1º parto | | | | | |
| Intervalo entre partos | | | | | |
| Período de lactação | | | | | |
| Produção/vaca/dia | | | | | |
| Capacidade de suporte das pastagens | | | | | |
| Suinocultura | | | | | |
| Partos/porca/ano | | | | | |
| Leitões/porca/ano | | | | | |
| Terminados/porca/ano | | | | | |
| Conversão alimentar | | | | | |
| Idade do desmame | | | | | |
| Mortalidade/maternidade | | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

- **CAPÍTULO II**

**ELABORAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO
DA UNIDADE DE PRODUÇÃO**

1 ESTUDO DO MERCADO

Relação oferta/demanda (da matéria-prima e produto a ser produzido); elasticidade de preços – variação de preços (da matéria-prima e produto a ser produzido); mercado consumidor (fluxo de vendas); mercado de insumos, matéria-prima para produção (locais de aquisição); possíveis problemas de comercialização; tipos de insumos; existência de mão de obra; comercialização da produção; condições atuais do mercado; demanda e oferta potencial; mercado interno e externo (local, regional, exportação); canais de comercialização; grau de competitividade no mercado; área em potencial do mercado; bens, produtos e

serviços concorrentes; políticas públicas existentes; relação histórica de preços; análise – Consumo/renda dos consumidores; projeção das tendências; características dos consumidores.

QUADRO 15: INSUMOS PARA PRODUÇÃO E ONDE É POSSÍVEL ENCONTRÁ-LOS

| Produto | Fornecedor | Telefone/e-mail |
|---------|------------|-----------------|
| | | |
| | | |
| | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 16: POSSÍVEIS CONSUMIDORES

| Produto | Consumidor (região) | Quantidade | Telefone/ e-mail |
|---------|---------------------|------------|------------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

O estudo do mercado de um projeto pressupõe o conhecimento de alguns conceitos básicos de análise econômica, tais como procura e oferta, elasticidade de preço e elasticidade de renda.

Elasticidade de preço é a relação entre a variação relativa de quantidades procuradas e a variação relativa de preços. Elasticidade de renda é a relação entre a variação relativa das quantidades procuradas e a variação relativa da renda.

Estudo de mercado consiste em definir:

- a. Quem vai comprar, características da área do mercado;
- b. Que quantidade deverá corresponder ao volume total das transações comercializadas na área de atuação da unidade de produção agropecuária (mercado) acrescidas da produção das novas atividades implementadas;
- c. Qual o preço, pois a demanda está em função do preço.

1.1 Elementos básicos no estudo de mercado

1.1.1 COLETA DE ANTECEDENTES

1.1.1.1 Estatísticos e quantitativos: produção nacional, importação, exportação, consumo aparente e efetivo, preços para o produtor, atacadista, intermediário, renda nacional, renda pessoal, população em faixa etária, nível cultural.

1.1.1.2 Não estatísticos ou qualitativos: características técnicas, atitudes dos consumidores, bens de consumo final ou intermediário, área geográfica, competição do mercado, capacidade instalada, característica de produção, tarifas, incentivos fiscais.

Análise dos antecedentes e projeção das tendências: extrapolação da tendência histórica, análise da relação consumo/renda.

108

2 OBJETIVOS DO PROJETO

2.1 Objetivo Geral

Onde se pretende chegar com o projeto, intenção principal, o objetivo geral é único, aponta para o futuro, o pretendido, possível ponto de chegada.

2.2 Objetivos Específicos

Quando elaboramos um projeto agropecuário de base familiar, global, enfim de um empreendimento por completo, é fundamental elaborar objetivos específicos relacionados às atividades e que nos levem a metas, ações específicas.

OBS: Importante elaborar objetivos que levem à sustentabilidade da unidade de produção, envolvendo questões ambientais e sociais bem como de subsistência da família no campo.

3 ELABORAÇÃO DE METAS

As metas devem ser MARTE - mensuráveis, atingíveis, realistas, tempo determinado e específico das atividades do projeto. As metas têm origem nos objetivos específicos, cada objetivo específico deverá propor uma ou mais metas.

4 RECURSOS DE INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS

QUADRO 17: ORÇAMENTOS DE INVESTIMENTOS

| Discriminação | Unidade | Quantidade | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|---------------|---------|------------|--------------------|-----------------|
| | | | | |
| | | | | |
| TOTAL | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

OBS: o orçamento de tudo o que precisa para cumprir a meta estabelecida – por meta e/ou atividade

QUADRO 18: PERÍODO DE NECESSIDADE DE RECURSOS

| Discriminação dos serviços | Períodos de pagamento/valor | Total R\$ |
|----------------------------|-----------------------------|-----------|
| | | |
| | | |
| | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 19: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (ANOS OU PERÍODO)

| Discriminação dos Serviços | Período de Execução (em anos) | | | | | | Total R\$ |
|----------------------------|-------------------------------|--|--|--|--|--|-----------|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|-------|--|--|--|--|--|--|--|
| Total | | | | | | | |
|-------|--|--|--|--|--|--|--|

Fonte: Elaborado pelos autores

OBS: é a necessidade de recursos e o momento em que será necessário – por meta e/ou atividades

- **CAPÍTULO III**

SISTEMA DE PRODUÇÃO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO

Um projeto nada mais é que um sistema de produção concebido de forma integrada. Neste capítulo precisa contextualizar o sistema de produção e seus subsistemas de produção.

Esse processo está constituído por um conjunto de fatores fixos, que serve de base para combinação de fatores variáveis, através de etapas sucessivas de um fluxo ou processo produtivo, com vistas à obtenção de um determinado produto e ou alimento.

O objetivo do estudo do sistema de produção é definir e especificar tecnicamente os elementos que compõem este sistema, e as respectivas inter-relações, de forma suficientemente detalhada e precisa que permita a montagem e colocação em funcionamento da unidade produtiva.

Inter-relações entre o aspecto técnico e econômico podem ser evidenciadas pelo fato de que o projeto de engenharia deve partir da definição de um produto cujas características principais foram estabelecidas pelo estudo de mercado. O projeto deve conter informações sobre os seguintes aspectos principais: análise dos produtos (relação dos principais produtos a serem produzidos); projeção de novos produtos; comparação de produtos a serem produzidos; descrever as principais características dos produtos a serem produzidos; análise do processo de produção; descrição do processo de produção (parte técnica de produção do

projeto); comparação do processo de produção escolhido; justificativa do uso de certos equipamentos, enfim descrever o sistema de produção.

Nos sistemas de produção agropecuários de base familiar o solo tem sido o alicerce de desenvolvimento da reprodução social da família no campo. O solo é o maior patrimônio da família do campo, para tanto recomendamos total observação nesse fator de produção.

2 SOLOS: ALICERCE PARA IMPLANTAÇÃO E CONDUÇÃO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS

O solo é a base para a produção em atividades agropecuárias. Para utilizá-lo de forma produtiva e sem degradá-lo, é importante que continuamente sejam melhoradas as suas condições físicas, químicas e biológicas.

Para que o solo seja utilizado de forma correta em uma unidade de produção agropecuária, temos que entender aspectos de sua formação, conhecer as características para bem identificá-lo, aplicar o manejo correto e utilizá-lo dentro de sua capacidade e aptidão de uso. Seguindo estas premissas serão atingidas condições não limitantes para a produtividade ou níveis satisfatórios de sustentabilidade. Uma unidade de produção agropecuária (UPA) entendida como um agroecossistema pode ser caracterizada pela sua complexidade, pois neste ambiente, em que o homem interage poderão ser encontradas diferentes atividades, tais como: pomares, pastagens, estábulos, pocilgas, cultivos de grão, reflorestamentos, áreas de preservação permanente, mananciais hídricos, etc.

Diante deste cenário, esta abordagem visa traçar alguns fatores e aspectos de sustentabilidade de solo a serem observados, quanto: (i) a implantação de projetos agropecuários e (ii) a condução ou melhorias de sistemas de produção existentes.

2.1 Formação, classificação e uso dos solos em uma unidade de produção agropecuária

Existem vários aspectos de solo que devem ser observados dentro de um agroecossistema. Quanto à formação do solo, deve ser considerada a pequena taxa de formação, a qual pode gerar aproximadamente um centímetro de solo a cada 100 anos. Esta taxa poderá ser menor dependendo do posicionamento na paisagem e/ou até mesmo se não evitarmos as perdas.

O solo é considerado o produto da interação de cinco fatores que atuam na sua formação, que são: o material de origem (rocha), o clima, o relevo, os organismos e o tempo.

Na região do planalto do Rio Grande do Sul, temos o basalto como **rocha** predominante, depositada pelo processo de vulcanismo de fissura que separou o continente Africano da América. Neste episódio foi depositando uma grande camada de basalto com aproximadamente 500 metros, sendo mais espessa a norte e diminuindo para a região oeste do Estado. O período de atuação deste processo de vulcanismo se estendeu desde 240 a 65 milhões de anos (STRECK et al., 2008), caracterizando o **tempo** cronológico de início da formação dos solos desta região. O magma após ser depositado e se resfriar, deu origem à rocha denominada basalto, rica em ferro e magnésio, compreendendo as Rochas Máficas. Estas apresentam maior facilidade de intemperismo e formação de solos que as rochas graníticas, que são ricas em feldspato e quartzo (Félsicas).

O **clima** que atuou sobre o **materia de origem** de nossa região sofreu variações em temperatura e precipitação, ditado principalmente por Eras Glaciais (períodos de baixa temperatura). Sendo que a última ocorreu há 10 mil anos. Hoje, o **clima** é classificado como subtropical úmido, com inverno e verão bem definidos, com chuvas em torno de 1900 mm e distribuídas regularmente em todos os meses do ano. Contudo, eventualmente tem-se interferências de fenômenos climáticos denominados El Niño e La Niña, os quais se alternam acompanhados de anos considerados normais. O fenômeno do El Niño gera precipitações acima da média histórica, já o de La Niña proporciona grandes períodos de estiagens e precipitações abaixo do normal.

Os *organismos* que se desenvolveram sobre estas condições foram evoluindo segundo as teorias Darwinianas, aproveitando as condições do meio relacionadas ao clima, solo, etc. Inicialmente, microorganismos como bactérias, fungos e algas iniciaram a ocupação do substrato rochoso. Posteriormente outros organismos da microfauna, mesofauna, macrofauna, líquens e vegetais foram evoluindo à medida que o solo se formava.

Durante muito tempo, com as precipitações ocorridas, os solos sofreram muito com a erosão geológica, que é o processo natural de erosão hídrica. A medida que os solos eram formados a erosão o desgastava, principalmente próximo a rede de drenagem do rio Uruguai e seus afluentes. Este foi o principal fator que condicionou o *relevo* da região, ao passo que também influencia na taxa de formação e condiciona os diferentes tipos de solos existentes que conformam a paisagem da região. Isto pode ser observado à medida que distanciamos do planalto, da direção de Palmeira das Missões, com relevo suave a levemente ondulado, para o vale do rio Uruguai, que apresenta condições de maior declividade. Outra evidência da ocorrência da erosão geológica é a topossequência característica de planaltos remanescente e situações de alta declividade e várzeas pouco evoluídas existentes na região. Para exemplificar pode-se percorrer a topossequência que inicia em Três Passos, onde o relevo é levemente ondulado; desce as encostas inclinadas até chegar ao Rio Turvo; sobe até o platô que se localiza a cidade de Tenente Portela; desce encostas anteriores até encontrar o Rio Guarita; ao concluir a subida das encostas chega-se na sequência do pequeno planalto onde estão localizadas as cidades de Palmitinho, Vista Alegre, Taquaruçu do Sul e Frederico Westphalen. Na continuidade desta sequência pode-se observar o mesmo comportamento descendo-se até o Rio da Várzea e percorrendo o vale do rio Uruguai e seus afluentes. A modelagem deste relevo promovido pelo processo erosivo ao longo de milhões de anos transportou o solo que foi formado nestes vales para as planícies da Argentina, Uruguai e Oceano Atlântico. No entanto, a medida em que as florestas foram evoluindo e espalhando-se das margens dos rios para os planaltos, a taxa de formação do solo foi aumentando, assim como o conteúdo de matéria orgânica.

Diante destes fatores que condicionaram a formação dos solos de nossa região, podemos identificar forte correlação solo/paisagem, principalmente influenciada pelo relevo. Pois o material de origem é o mesmo (basalto), os microclimas pouco afetaram em diferir os tipos de solo, as florestas e organismos que ocupavam os solos antes da utilização pelos colonizadores eram similares.

Desta forma podemos identificar e caracterizar três principais condições e tipos de solos (CUNHA et al., 2009).

- *Solos profundos*, localizados em relevo suave a levemente ondulado. Os solos que predominam nestas condições de paisagem são identificados como Latossolos Vermelhos e Nitossolos Vermelhos. Estes solos possuem características morfológicas de coloração vermelha, estrutura de solo (agregados) granular com blocos subangulares, argila acima de 50 %, com mineralogia predominante de óxidos de ferro (hematita) e caulinita. Outras propriedades químicas serão trabalhadas posteriormente.
- *Solos pouco profundos* localizados em relevos levemente ondulados a ondulados. Os solos representativos nestas condições são os Cambissolos háplicos e Chernossolos argilúvicos. A coloração do solo é semelhante aos solos profundos, mas com menor intensidade na coloração vermelha, ressaltando as colorações mais escuras, principalmente nos Chernossolos, que são mais ricos em matéria orgânica. A profundidade mediana desses solos fica entre 50 a 100 cm, sendo que logo abaixo já pode ser encontrado o basalto (“cascalho”) em estágio avançado de intemperismo, o qual é identificado como horizonte C. Os teores de argila normalmente estão entre 20 a 50 %, com presença de óxidos de ferro, caulinita e argilominerais 2:1.
- *Solos rasos* presentes em relevos ondulados e fortemente ondulados (encostas declivosas), em locais característicos de forte erosão. Os solos predominantes deste grupo são os Neossolos regolíticos e Neossolos litólicos. A coloração vermelha perde a intensidade, ressaltando cores mais escuras (Bruno-vermelho-escuro), pois são solos que apresentam naturalmente maior conteúdo de matéria orgânica. Podem também, ser

encontrados solos com cores mais claras (bruno-amarelo). A profundidade não ultrapassa os 50 cm. Nos solos classificados como regolíticos ocorre a presença de horizonte C, com o material de origem em estágio avançado de intemperismo. Já os solos litólicos apresentam normalmente abaixo do horizonte A o contato direto com a rocha matriz. A quantidade de argila situa-se normalmente, entre 15 a 25 %, e ocorre maior pedregosidade na superfície. A mineralogia predominante nessa situação é de minerais primários, argilominerais 2:1, com menor quantidade de caulinita e óxidos de ferro.

- *Associação de solos:* quando observamos esses tipos de solos em uma pequena área, como em uma propriedade rural de nossa região, é nítido a associação entre eles. Por isso, inicialmente devem ser levantadas (identificadas) áreas predominantes e posteriormente coloca-se entre elas as associações.

Após conhecer as características principais de cada solo, passa-se para mais uma etapa importante: a elaboração de um croqui com os diferentes tipos de solos existentes na unidade de produção agropecuária.

A capacidade e aptidão de uso do solo utilizará este croqui para adequação dos sistemas ao tipo de solo. Solos profundos normalmente são utilizados para culturas anuais. Solos pouco profundos apresentam certa limitação para culturas anuais, necessitando o uso de várias práticas mecânicas para evitar erosão do solo tais como: terraceamento, semeadura em nível, cultivo em faixa, entre outras. A aptidão desse solo normalmente é para culturas perenes como: pomares, pastagens e reflorestamentos. Já os solos rasos apresentam limitações para os usos agropecuários, sendo áreas que devem ser destinadas para preservação permanentes e reserva legal. Em caso de menor declividade também podem ser utilizados com culturas perenes, implementando as práticas de conservação do solo.

2.1.1 Fertilidade do solo em agroecossistemas

A fertilidade do solo é um dos principais fatores limitantes para a produtividade dos sistemas agropecuários. Na região do Médio Alto Uruguai, assim como em todo o Brasil, o nutriente essencial que mais limita a produtividade é o fósforo (WEIRICH et al., 2008). Somado a este, está o nitrogênio, especialmente para gramíneas, pois em leguminosa há associação simbiótica com bactéria do gênero *rhizobium*, que fixam o nitrogênio do ar do solo tornando-o disponível na forma mineral para as plantas.

A elaboração do croqui com a identificação ou classificação dos solos contribui no entendimento das relações entre as propriedades do solo, como: possíveis limitações de acidez do solo (pH, saturação de bases e concentração de alumínio), teor de matéria orgânica, adsorção de fósforo, assim como toda a disponibilidade de nutrientes para às plantas.

Neste sentido, em solos rasos normalmente são encontradas condições adequadas de pH, alta saturação de bases e ausência de alumínio tóxico. Não havendo, nestas condições, necessidade de aplicações de calcário. Os teores de matéria orgânica nas áreas de cultivo ou ambientes naturais (florestas) normalmente são menores que 2,5 %, classificados como baixo, resultado da erosão geológica e antrópica. Essa situação reduz a disponibilidade da água, gera menor infiltração, resulta em menor porosidade de aeração (macroporosidade), além disso gera menor capacidade de troca de cátions (CTC). A adsorção de fósforo é menor, visto a pouca presença de óxidos de ferro e alumínio, o que favorece na disponibilidade deste nutriente.

Já para solos profundos, os quais são altamente intemperizados, as condições naturais são inversas, com baixo pH, baixa saturação de bases, presença de alumínio tóxico, necessitando alta quantidade de calcário para correção da acidez. Além da reação de neutralização da acidez ser mais lenta do que em solos arenosos, visto a alta área superficial promovida pelas argilas, o que caracteriza o chamado “poder tampão” desses solo. Os teores de matéria orgânica geralmente estão em níveis médios, variando de 2,6 a 5 %. Isto ocorre devido ao aumento no conteúdo de argila que promove maior proteção da matéria orgânica,

mediante a realização de ligações químicas entre as partículas, na chamada ligação organomineral. No entanto, se estas áreas em uso agropecuário, no passado foram utilizadas continuamente com sistemas convencionais de cultivo e sofreram com muita erosão, os possíveis teores de matéria orgânica ficarão entre 2 e 2,5 %.

Nos solos pouco profundos as condições encontradas podem ser intermediárias aos solos apresentados anteriormente; com maior fertilidade para os Chernossolos e menor para os Cambissolos, devido principalmente ao seu maior conteúdo de matéria orgânica.

Essas relações entre os tipos de solo com a fertilidade são mais diretas em situações naturais, onde os solos não sofreram grandes interferências do homem, como correções por meio de calagem e de adubações. No entanto, são as primeiras identificações que devem ser feitas em um agroecossistema, para se obter um bom planejamento e implementação de projetos agropecuários.

A partir do croqui inicial dos tipos de solo em uma UPA, associado ao croqui do sistema de uso (lavoura, pastagem, etc...) deve ser realizada a amostragem de solo. Para se obter uma amostra representativa de solo deve ser realizada a coleta de no mínimo 15 pontos por gleba. Posteriormente deve-se misturar bem a amostra e retirar aproximadamente 500 g, a qual será usada para envio ao laboratório. Quanto à profundidade de amostragem, esta será diferente entre sistemas de cultivo: no plantio direto o recomendado é amostrar na camada de 0-10 cm; em condições de implantações de sistemas ou em áreas de cultivo convencional a amostragem deverá ser realizada de 0-20 cm; e, em implantação de pomares esta deverá ser complementada também, com uma amostragem na camada de 20-40 cm. A interpretação do laudo de análise do solo e a recomendação das possíveis correções deverá ser feita por técnicos capacitados, seguindo as recomendações do Manual de Adubação e Calagem para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO, 2004).

Outro ponto a ser observado em uma UPA é a realização de análises periódicas, isto porque, a análise de solo tem validade para dois cultivos. E, considerando o baixo custo com análise por área, pode ser construído no decorrer

dos anos um histórico da situação da fertilidade. Assim, o agricultor e o técnico saberão se a forma de manejo e a fertilização estão sendo realizadas de forma correta.

2.1.2 Manejo sustentável do solo e água em agroecossistemas

O manejo do solo é de suma importância para se atingir níveis adequados de sustentabilidade dos agroecossistemas. Entre as principais propriedades de solo a ser melhorada está o teor de matéria orgânica do solo. Assim como, as propriedades físicas do solo que estão relacionadas com a disponibilidade de água para as culturas.

O plantio direto é um sistema de manejo do solo que segue essa premissa. No entanto, em pequenas propriedades rurais, com o uso intensivo do solo, nem sempre consegue-se atingir esses objetivos. Isto porque, para se aumentar o teor de matéria orgânica do solo a quantidade de matéria seca por meio de produção de palhada das culturas deve ser superior a 8 T/ha/ano (LOVATO et al., 2004). Em sistemas que não fazem rotação de cultura, que mantêm sucessões de soja e trigo, dificilmente são alcançados estes valores. Porém, quando inclui-se no sistema culturas como o milho, a aveia, a crotalária e o nabo, especialmente observando o consórcio entre espécies de leguminosas e gramíneas, pode-se atingir esse níveis de biomassa e protegendo o solo. A sustentabilidade do sistema tende a piorar se há a colheita de milho para silagem e/ou o pastejo intensivo pelo gado. Nesta situação além de não adicionar-se a quantidade de palha necessária, provoca-se um aumento na compactação do solo. Essa forma de manejo tende a limitar a produtividade dos cultivos, principalmente em períodos de estiagem.

Para contornar situações críticas de qualidade de solo em UPA deve ser feito um planejamento de utilização das áreas de cultivo priorizando a implementação de práticas tais como: rotação de culturas, piqueteamento das pastagens, adequação da carga animal, rotação de áreas com colheita de silagem, utilização de plantas de cobertura e, em situações de alta compactação, pode ser realizadas subsolagens do solo.

O manejo adequado do solo deve ser observado no longo prazo, pois as melhorias em matéria orgânica são lentas ao passo que a sua degradação pode ocorrer de forma mais acelerada, afetando as propriedades químicas, físicas e biológicas. Todas as melhorias feitas no solo repercutirão também em menor impacto na qualidade de água, além de aumentar as reservas de água na UPA.

Para que os sistemas produtivos sejam implantados com sucesso devem ser melhoradas as condições químicas, físicas e biológicas do solo.

O primeiro passo é conhecer quais os tipos de solo, identificá-los quanto a sua ocorrência na paisagem e representá-los esquematicamente através de um croqui. Neste, poder-se-á indicar as características naturais do solo e possíveis aspectos a serem melhorados.

A segunda etapa corresponde ao diagnóstico da situação da fertilidade do solo através da realização de amostragens e análises de solos das áreas cultivadas. Posteriormente deve-se realizar as correções dos possíveis fatores limitantes, seja, acidez ou nutricionais. É importante que paulatinamente se construa um histórico da fertilidade para cada uma das áreas da UPA.

A terceira etapa é construir um planejamento de longo prazo de utilização das áreas de cultivo dentro do contexto da UPA. É fundamental que sejam considerados aspectos que melhorem as propriedades de solo, tendo como referência os incrementos de matéria orgânica, redução de erosão e armazenamento de água no solo.

Estudar, conhecer, planejar e monitorar os fatores de solo limitantes para os sistemas produtivos são a chave para o sucesso na implantação e condução de projetos agropecuários. A visão holística (geral) da UPA é outro ponto necessário que permitirá alcançar a sustentabilidade econômica, social e ambiental. O planejamento das glebas destinadas aos cultivos e criações deve estar atrelado aos aspectos de adequação da UPA a legislação ambiental.

3 ITINERÁRIO DE SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIO COM BASE FAMILIAR

Apresenta um modelo de itinerário de produção agropecuário com base na atividade de bovinocultura de leite, um exemplo a ser observado na elaboração técnica de um sistema de produção na área animal. Em seguida, é exposto um modelo de itinerário técnico de um sistema de produção de fruticultura, possibilidade servir como base para elaboração de projetos com sistemas e subsistema na área de produção vegetal.

3.1 Exemplo de itinerário de produção na área de produção animal

3.1.1 BOVINOCULTURA

1. Raça
2. Sistema de produção: extensivo, intensivo, semi-intensivo
3. Infraestrutura (parede, piso, canaletas, canzais, corredores, bebedouros, comedouros, saleiro)
 - a. Sala de ordenha - tipos: neozelandês (bretes em paralelo), Tandem, túnel ou passagem, espinha de peixe, carrossel
 - b. Sala de alimentação
 - c. Esterqueira
 - d. Ternereiras ou bezerreiras, casinhas(cabanas)
 - e. Equipamentos (sistemas de ordenha)
 - f. Mangueira ou curral
 - g. Tronco de contenção
 - h. Armazéns
 - i. Silos: capacidade, tipos [trincheira, de superfície (torta, caixão)]
 - j. Contenção: cercas de arame e cercas elétricas
4. Abrigos naturais, quebra ventos, sombra
5. Alimentos e alimentação

- a. Processo digestivo dos ruminantes
 - b. Classificação e composição dos alimentos
 - c. Água
 - d. Suplementação mineral
 - e. Forragens: tipos, produção, semeadura, adubação
 - f. Concentrados
 - g. Fenos, pré-secados, silagem
6. Manejo
- a. Fatores que influenciam a produção leiteira
 - b. Escolha dos animais
 - c. Cuidados com o recém-nascido (higiene, desinfecção do umbigo, corte de tetas acessórias, identificação, descorna, castração)
 - d. Terneira: Manejo sanitário, alimentação (coloostro), sistemas de aleitamento, sistema digestivo, sistemas de desmame (gado corte), controle do crescimento (peso e altura)
 - e. Novilha: alimentação, sanidade
 - f. Vaca: alimentação, sanidade, reprodução, lactação (anatomia e fisiologia da glândula mamária), período seco, ordenha (tipos, passos, limpeza e desinfecção)
7. Melhoramento genético
8. Reprodução
- a. Biotécnicas da reprodução (IA, IATF, FIV, transferência de embriões, clonagem, genoma)
 - b. Anatomia e fisiologia do aparelho genital masculino e feminino
 - c. Puberdade, maturidade sexual e hormônios
9. Sanidade

- a. Calendário de vacinações
- b. Principais enfermidades (tuberculose, brucelose, IBR, BVD, leptospirose, febre aftosa, clostridioses, papilomatose, mamite, tristeza parasitaria): diagnóstico, tratamento, agentes causadores, prognóstico, profilaxia,
- c. Parasitas internos e externos: controle e prevenção

- 10. Doenças metabólicas
- 11. Intoxicações
- 12. Plantas tóxicas
- 13. Qualidade do leite: análises, composição
- 14. Registros: planilhas (individuais, do rebanho, controle leiteiro)

3.2 Exemplo de itinerário de produção na área vegetal

122

3.2.1 Fruticultura

1 **Planejamento do pomar** – Parâmetros que devem ser levados em consideração durante o planejamento do pomar:

a. **Clima**

- i. Temperatura - levar em consideração a soma térmica acumulada (graus dias) para citros e outras fruteiras de clima subtropical e número de horas de frio ($\leq 7,2$ °C) para as fruteiras de clima temperado (figueira, videira, pessegueiro, etc).
- ii. Umidade relativa do ar – grande influência na incidência de doenças.
- iii. Incidência de ventos – necessidade de instalação de quebra ventos para diminuir a disseminação de doenças propagadas pelo vento. Também para evitar quebra de ramos e queda de flores e frutos.
- iv. Consultar o Zoneamento Agroclimático da Cultura (citrus, videira, pessegueiro, ameixeira, macieira, oliveira, mirtileiro, etc.).

b. **Situação fitossanitária**

- i. Levantamento de quais as doenças e pragas predominantes na região alvo do projeto. Por exemplo, doenças de solo podem ser determinantes na escolha do porta-enxerto. É o caso da fusariose (*Fusarium oxysporum* Schl. F. sp. *herbemontis* Tocchetto) que pode inviabilizar o cultivo de videira, mas pode-se utilizar porta-enxertos resistentes ou tolerantes a fusariose, como o ‘Pausen 1103’ (*V. berlandieri* x *V. rupestris*).

c. **Tipo de mercado**

- i. Estudo prévio do mercado regional e da possibilidade de comercializar em outras regiões do Rio Grande do Sul ou até para outros Estados.
- ii. Influência do clima na época de colheita, devido à possibilidade de antecipação ou retardamento da colheita em relação a outras regiões produtoras, fazendo com que o produtor alcance melhor preço no mercado, possibilitando um incremento na renda.

d. **Solo**

- i. Relevo – evitar relevos acidentados
- ii. Divisão dos talhões, dependendo do tamanho da área.
- iii. Coletar amostras de solos e enviar para um laboratório credenciado a ROLAS (Laboratório de Solos do PMTec). A amostra de solo deve ser realizada com no mínimo 45 dias de antecedência. Enviar amostras coletada de 0 a 20 cm e de 20 a 40 cm de profundidade.

2 **Instalação Do Pomar** – descrever as práticas realizadas para instalação do pomar:

- e. **Aquisição das mudas** – as mudas devem ser adquiridas com antecedência e em viveiros idôneos e credenciados pelo MAPA e SAA.

- f. **Plantio do quebra-vento** – O plantio de quebra-ventos diminui a entrada de pragas e doenças, como o Cancro Cítrico, a Mosca das Frutas, Ácaros, Mofó da Videira (Míldio), e outras. Além de reduzir a ocorrência de danos mecânicos aos

ramos, flores e frutos, como também ajuda na redução da ocorrência de geadas. Devem-se utilizar espécies perenifólias como Grevílea (*Grevílea robusta*), Cipreste (*Cupressus lusitânica*) e Pinus (*Pinus* spp.) e como quebra-ventos temporários são recomendados o Capim Camerom (*Pennisetum purpureum*) e cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*).

g. **Preparo do terreno**

- i. Limpeza da área – destocamento e retirada de pedras, se necessário fazer o enleiramento.
- ii. Área total – Lavragem ou subsolagem profunda em toda área.
- iii. Em faixas - solo lavrado e gradeado anteriormente em faixas de mais ou menos 3,0 metros de largura.

h. **Correção da acidez e da fertilidade do solo**

- i. Aplicação de calcário - deve ser incorporado o mais profundo possível, caso a dose recomendada seja maior que 5,0 ton/ha, realizam-se em duas aplicações (calagem + lavração e calagem + gradagem).
- ii. O cálculo da necessidade de calagem, e da quantidade de fósforo e potássio necessário deve ser realizado de acordo com as recomendações da Comissão de Química e Fertilidade do Solo- RS/SC (2004).

i. **Instalação do sistema de sustentação**

- i. Para frutíferas com hábito de crescimento trepador, como a videira, o quivizeiro e o maracujazeiro, os mais utilizados pelos produtores são a Latada e a Espaldeira.

j. **Demarcação do pomar**

- i. Carreadores (ruas) de colheita e estradas de acesso para o escoamento das frutas colhidas.
- ii. Marcação das filas de plantas.

k. **Espaçamento** – levar em consideração a mecanização ou não da área, o porta-enxerto utilizado e o formato do pomar. Um exemplo é a laranja enxertada

sobre *Poncirus trifoliata*, onde se recomenda espaçamento, em metros, de 2,50 x 5,50 e quando enxertada sobre citrangeiros ('Troyer', 'Carrizo', 'C-13' e 'C-35') recomenda-se espaçamento de 3,00 x 6,00.

l. **Plantio das mudas**

- i. Cuidar o transporte e o recebimento das mudas, não expor ao sol e regar caso necessário.
- ii. Plantio em sulcos ou em covas do tamanho do sistema radicular, na área previamente corrigida e preparada.
- iii. Mudas de torrão (sacola plástica ou vaso) devem ter seu fundo cortado em 2 ou 3 cm para eliminar raízes enoveladas que crescerão de forma defeituosa.
- iv. Após o plantio fazer uma coroa ao redor da muda, cobrir com cobertura morta (palha) para manter a umidade dentro da coroa.
- v. Irrigar com 10 a 20 litros de água dentro da coroa.

m. **Cuidados iniciais**

- i. Irrigar a cada 2 ou 3 dias
- ii. Controle de formigas
- iii. Controle de plantas daninhas
- iv. Eliminação das brotações do porta-enxerto
- v. Controle fitossanitário
- vi. Poda de formação
- vii. Culturas intercalares (feijão e milho) de pequeno porte até o 3º ou 4º ano.

3 **Tratos Culturais** – descrever as práticas de manejo realizadas no pomar:

n. **Poda**

- i. Poda de produção ou frutificação realizada em fruteiras de clima temperado (pessegueiro, ameixeira, macieira, figueira e videira). Cuidar a necessidade de frio hibernal necessário para a cultivar produzida brotar e o risco de geadas tardias na região, estas informações estão disponíveis no Zoneamento Agroclimático da Videira, do Pessegueiro e da Ameixeira para o Estado do Rio Grande do Sul.

- ii. Poda de limpeza ou poda verde de verão, realizada em quase todas as fruteiras para controlar o crescimento e para retirar ramos com sintomas de ataque de pragas e doenças, como medida de profilaxia.

o. **Raleio**

- i. Raleio de flores (videira e tangerineiras).
- ii. Raleio de frutos (videira, pessegueiro, ameixeira e tangerineiras).

p. **Adubação**

- i. Adubação de plantio ou crescimento: Esta adubação tem por finalidade fornecer nitrogênio às plantas durante os dois a três primeiros anos após a implantação. Utiliza-se esterco e/ou fertilizante químico à base de nitrogênio. Adubação de crescimento, até o 4º ano em citros, pessegueiro, macieira, etc, e até o 2º ou 3º ano em videira.
- ii. Adubação de manutenção: Tem a finalidade de repor os nutrientes que são exportados na forma de frutos. A recomendação para nitrogênio, fósforo e potássio é feita na expectativa da produtividade a ser alcançada. A adubação de manutenção ou produção deve ser realizada a partir do 5º ano em citros, pessegueiro, macieira, etc, e a partir o 2º ou 3º ano em videira. Levar em consideração a análise de solo e análise de tecidos vegetais (foliar) para estipular a dose de fertilizante que deve ser aplicada de acordo com as recomendações da Comissão de Química e Fertilidade do Solo- RS/SC.

q. **Manejo de solo e de plantas invasoras**

- i. Preferir pelo manejo conservacionista do solo, que prega a cobertura do solo, seja com culturas intercalares, culturas para adubação verde ou pela manutenção da vegetação espontânea.
- ii. A vegetação deve ser roçada constantemente para evitar a competição com as plantas frutíferas. Os restos vegetais das roçadas podem ser colocados na linha de plantas frutíferas para abafar a emergência de plantas espontâneas e/ou invasoras.

4 **Manejo Fitossanitário** – identificar as pragas e doenças existentes no pomar, bem como os sintomas causados por estes e o sistema de controle utilizado.

r. **Manejo de pragas**

- i. A natureza perene das plantas, como as frutíferas em geral, o clima, o solo e a vegetação associada favorecem a existência de um número significativo de insetos e ácaros. Muitas vezes, a intensidade e a frequência com que as pragas ocorrem depende essencialmente do modo que o pomar está sendo conduzido. O aluno deve reconhecer as pragas, os danos que elas causam e identificar *o período mais apropriado para o controle*, assim como técnicas de controle mais adequadas e que causam menos riscos ao homem e ao ambiente.
- ii. O manejo integrado de pragas (MIP) deve ter prioridade, pois este leva em consideração o manejo ecológico das pragas no pomar, ou seja, considera a existência da praga, do predador, do manejo ambiental (quebra-ventos, cobertura verde do solo, adubação orgânica, entre outros), técnicas de amostragem, uso de produtos químicos seletivos, entre outros. Em alguns casos, a ocorrência da praga pode estar associada com desequilíbrios biológicos provocados por aplicações inadequadas de defensivos, com efeito seletivo negativo ao desejado pelo agricultor.

s. **Manejo de doenças**

- i. As doenças das fruteiras fazem parte do complexo frutífera-ecossistema, agindo isoladamente ou em conjunto, podem, em determinadas circunstâncias, se tornarem fatores limitantes da fruticultura. As práticas culturais recomendadas para cada cultura na produção integrada de frutas, nos sites <http://www.ufpel.tche.br/pif/> e relação de agroquímicos registrados no MAPA <http://www.agricultura.gov.br/>, antes e depois da instalação do pomar, podem ajudar a diminuir o aparecimento de doenças.
- ii. Assim como no manejo integrado de pragas (MIP), o produtor deve identificar o patógeno responsável pelo sintoma em questão, os danos potenciais que ele pode causar, *o período mais apropriado para o controle*, as técnicas de controle mais adequadas e que causam menos riscos ao homem e ao ambiente.

5 **Colheita** – Descrever todos os passos seguidos na colheita das frutas, bem como mencionar o destino dos frutos colhidos (consumo *in natura* ou indústria). Também deve mencionar se as frutas serão comercializadas para beneficiadores (atravessadores) ou é beneficiada na propriedade e depois comercializada.

a. Recomendações para colheita:

- i. O arranquio depende da fruta, utilizar tesouras ou alicates de colheita principalmente para uva de mesa e tangerinas.
- ii. Respeitar o intervalo de segurança dos agrotóxicos (período de carência).
- iii. Limpeza e higienação dos equipamentos e utensílios de colheita.
- iv. Usar luvas e vestimentas apropriadas.
- v. Aferir instrumentos: Refratômetro (grau brix) ou penetrômetro (pressão).
- vi. Transporte em veículos e equipamentos higienizados.
- vii. Evitar a colheita de frutos molhados (orvalho e chuva).
- viii. Não coletar frutos do chão (não misturar).
- ix. Evitar contato dos frutos com o solo.
- x. Evitar a exposição dos frutos ao sol e a chuva.
- xi. Evitar encher **excessivamente** as caixas para evitar danos mecânicos.

b. Exemplo: Critérios para colheita de citrus:

- i. Acidez total titulável (ATT)
- ii. Sólido solúvel total (SST) - Grau Brix
- iii. *Ratio* (SST/ATT): para indústria, espera-se um valor um mínimo entre 12 a 13 para processamento e para consumo *in natura* os consumidores preferem frutos com *ratio* superior a 15.

c. Exemplo: Critérios para colheita de videira:

- i. Consumo *in natura*: 14% a 16% de açúcar e acidez entre 6 a 9g/L, expressa em ácido tartárico (equilíbrio doce ↔ ácido).
- ii. Produção de passas: + de 20% de açúcar e – 10% de umidade → dessecamento natural (ao sol, no próprio pé ou depois de colhida) → dessecamento artificial (em estufas).
- iii. Produção de vinho: depende da região produtora e tipo de vinho (vinhos

finos e vinhos correntes). Vinhos de mesa → 10°GL a 13°GL → mínimo de 18% (180 g/L) de açúcar.

- iv. Produção de suco natural ou concentrado: teor de açúcar, balanço acidez/açúcar e cor.

6 Pós-Colheita – descrever os cuidados tomados com as frutas após a colheita.

a. Cuidados no transporte e beneficiamento das frutas.

- i. Embalagem em local protegido (choques, animais, abrasão).
- ii. Identificar e registrar os lotes → **Rastreabilidade**, no caso da Produção Integrada de Frutas (PIF) e da Produção Orgânica Certificada (PO).
- iii. Eliminar frutos danificados mecanicamente, frutos verdes, fraca coloração de suco, muito maduros e atacados por pragas e doenças.
- iv. Limpeza e higienação de câmaras frias, dos equipamentos e ambiente geral de beneficiamento.
- v. Lavagem das frutas com sanitizantes recomendados e registrados.
- vi. Classificação das frutas (tamanho, ausência de defeitos, etc.)
- vii. Embalagens → Paletes (tamanho: 1,0 x1,2 m)
- viii. Amostragem para análise de resíduos (pomar ou na empacotadora) → Laboratórios credenciados pelo MAPA. (PIF e PO).

b. Exemplo: Armazenamento das frutas

- i. **Citros**: Laranjas duram cerca de dois meses e tangerinas cerca de um mês, quando armazenadas a 5°C de temperatura e 90 a 95 % de umidade relativa do ar para. Já a Lima Ácida ‘Tahiti’, deve ser armazenada a 10°C de temperatura e 90 a 95 % de umidade relativa do ar.
- ii. **Videira**: Uva de mesa deve ser armazenada em câmaras frias a uma temperatura de -1,0°C a - 0,5°C podendo ser conservada de 1 a 6 meses. Quando armazenada em atmosfera controlada com temperatura variando entre 0 a 4,0 °C, concentração de oxigênio (O₂) de 2 a 5% e concentração de gás carbônico (CO₂) entre 1 a 3 %, pode ser armazenada entre 1 a 3 meses.

OBS: Caso o pomar seja mantido sob as normas da Produção Integrada de Frutas (PIF) ou Produção Orgânica com certificação, o aluno deve colocar o Itinerário Técnico sugerido pela entidade certificadora, além de anexar cópias das cadernetas de campo que comprovam as técnicas de manejo realizadas no pomar.

- **CAPÍTULO IV**

ASPECTOS DE GERAÇÃO DE RENDA

1 ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

1.1 Cronograma Físico-Financeiro

130

Apresentação de todo o capital que foi envolvido com o projeto, todo o patrimônio da unidade de produção agropecuária. Resumo do patrimônio.

QUADRO 20: PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENVOLVIDO

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR R\$ |
|--|------------------|
| Terras | |
| Benfeitorias | |
| Máquinas, veículos e equipamentos | |
| Animais | |
| Bens e direitos | |
| (-) Obrigações | |
| Total (bens e direitos menos obrigações) | |

Fonte: Elaborado pelos autores

Anos ou período, é o investimento que será feito em função das metas estabelecidas no capítulo II.

QUADRO 21: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

| Discriminação dos Serviços | Período de Execução | | | | | | Total R\$ |
|----------------------------|---------------------|--|--|--|--|--|-----------|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Total | | | | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

OBS: é a necessidade de recursos e o momento em que será necessário – por meta e/ou atividade.

1.2 Capital de Giro

São os recursos necessários para custear o sistema de produção, após sua implantação, é importante separar por atividade.

131

QUADRO 22: NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

| Discriminação | Valor em R\$ |
|--|--------------|
| Estoques de matérias-primas | |
| Pagamento de mão de obra | |
| Total de necessidade de capital de giro | |

Fonte: Elaborado pelos autores

1.3 Quadro de Inversões

É tudo o que terá que ser realizado, necessidade de capital de giro, enfim demonstração do investimento total. Todos os investimentos que derivam das metas estabelecidas e que será necessário fazer para cumpri-las.

QUADRO 23: INVERSÕES DO PROJETO

| Discriminação | Total existente R\$ | Total a realizar R\$ |
|--|---------------------|----------------------|
| Terreno | | |
| Benfeitorias | | |
| Máquinas, equipamentos | | |
| Veículos | | |
| Animais | | |
| Total existente | | |
| Total investimento fixo | | |
| Capital de giro | | |
| Total a realizar | | |
| Total do projeto (existente + a realizar) | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

1.4 Quadro de Usos e Fontes

Os usos são os investimentos totais a serem feitos, mais capital de giro o custeio das atividades de produção e as fontes que originarão o recurso para adquirir os investimentos, banco, capital próprio, terceiro. Se for financiado, planilha financeira, método de cálculo de acordo com características do financiador.

132

QUADRO 24: USOS E FONTES

| DISCRIMINAÇÃO | | TOTAL R\$ | REALIZADO R\$ | A REALIZAR R\$ |
|----------------------------|------------------------|-----------|---------------|----------------|
| U S O S | INVESTIMENTO FIXO | | | |
| | CAPITAL DE GIRO | | | |
| | | | | |
| | TOTAL DOS USOS | | | |
| F O N T E S | CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| | FINANCIAMENTO BANCO | | | |
| | | | | |
| | TOTAL DAS FONTES | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

1.4.1 Quadro para cálculo do valor financiado (este quadro é apenas um exemplo e que depende da linha de financiamento e da instituição financeira que disponibiliza recurso).

QUADRO 25: CÁLCULO DO VALOR FINANCIADO

| PERÍODO | PARCELAS | SALDO DEVEDOR | JUROS | AMORTIZAÇÃO | TOTAL A PAGAR |
|---------|----------|---------------|-------|-------------|---------------|
| | | | | | |
| | | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

1.5 Elementos De Custos

Estes deverão ser elaborados por atividade produtiva, cada atividade tem seu custeio.

133

1.5.1 Custos Fixos

São custos que não dependem da quantidade produzida, exemplo a depreciação das instalações, etc.

QUADRO 26: ELEMENTOS DE CUSTO FIXO

| ATIVIDADES | CUSTO UNITÁRIO R\$ | CUSTO TOTAL R\$ |
|--------------|--------------------|-----------------|
| | | |
| | | |
| TOTAL | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

OBS: deverá ser feito custo de produção de cada produto a ser produzido ou de cada atividade em separado, construindo quadros conforme a necessidade de cada projeto.

1.5.2 Custos Variáveis

São custos que dependem da quantidade produzida, exemplo rações, sementes, adubos etc. Também é necessário que sejam organizados quadros de custos separados por atividade e/ou produtos produzidos.

QUADRO 27: ELEMENTOS DE CUSTO VARIÁVEL

| ATIVIDADES | CUSTO UNITÁRIO R\$ | CUSTO TOTAL R\$ |
|--------------|--------------------|-----------------|
| | | |
| | | |
| TOTAL | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

OBS: caso a atividade produtiva exigir custeio com financiamento, pode-se seguir modelo de plano de crédito da agencia financiadora.

1.6 Receita

É a quantidade produzida multiplicada pelo preço de venda.

QUADRO 28: ITENS DE RECEITA OPERACIONAL

| ATIVIDADES | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|----------------------|------------|--------------------|-----------------|
| | | | |
| | | | |
| RECEITA TOTAL | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores

1.7 Demonstrativo de Resultado do Exercício - DRE

Neste quadro estarão descritas as receitas e os custos totais das atividades do projeto, dos produtos do projeto, é necessário ter em mãos os custos de

produção de cada produto e/ou atividade, seus custos fixos e variáveis bem como a produção, preço de venda enfim sua receita.

QUADRO 29: DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DAS ATIVIDADES DO PROJETO

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR TOTAL R\$ |
|---------------------------------|-----------------|
| RECEITA OPERACIONAL | |
| CUSTOS VARIÁVEIS DAS ATIVIDADES | |
| MARGEM BRUTA OPERACIONAL | |
| CUSTOS FIXOS DAS ATIVIDADES | |
| MARGEM LÍQUIDA OPERACIONAL | |
| PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA | |
| RENDA LÍQUIDA ANUAL | |
| RENDA LÍQUIDA MENSAL | |

Fonte: Elaborado pelos autores

1.8 Análise Econômica e Financeira do Projeto

1.8.1 Análise por Atividade e Fator de Produção

Com a Margem Bruta Operacional - MBO ou Margem Líquida Operacional - MLO, podem-se analisar os três fatores de produção, conforme segue. O exemplo a seguir é para calcular pela Margem Bruta por atividade e ou total do empreendimento.

a) FATOR TERRA

Dividindo-se a MBO pela área obtém-se a MBO por hectare ou alqueire.

$$\text{MBO por hectare ou alqueire} = \text{MBO} / \text{área}$$

b) FATOR CAPITAL

Dividindo-se a MBO pelo custo variável, obtém-se a MBO por real R\$ investido. Multiplicando este resultado por 100, observa-se o percentual de ganho com a atividade, que está sendo analisada.

$$\text{MBO por R\$} = (\text{MBO} / \text{CV}) \times 100$$

c) FATOR TRABALHO

Dividindo-se a MBO pelos dias totais de trabalho na atividade, obtém-se a MBO por dia trabalhado.

$$\text{MBO por hora ou dia} = \text{MBO} / \text{Total horas serviço}$$

Outras ANÁLISES também são importantes e podem ser realizadas como, por exemplo, a MBO por produto produzido.

$$\text{MBO pela unidade do produto} = \text{MBO} / \text{PRODUÇÃO}$$

- **CAPÍTULO V**

ASPECTOS GERAIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO

1 ASPECTOS SOCIAIS

Geração de empregos diretos e indiretos, desenvolvimento da comunidade, região, setor. Participação da família na comunidade, entidades, cooperativas, sindicatos, associações, enfim espaço social de vida e ajuda no desenvolvimento local.

2 ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

É a geração de tributos (federais, estaduais, municipais). Esse espaço é importante para entender a geração de impostos da unidade de produção agropecuária de base familiar.

3 ASPECTOS AMBIENTAIS

Questões ambientais relacionadas ao projeto de produção, industrialização e ou serviços (licenciamento ambiental das atividades). É necessário nesse espaço apresentar os projetos de licenciamento, os encaminhamentos e a liberação de funcionamento das atividades, bem como o enquadramento na legislação vigente da unidade de produção agropecuária como um todo.

4 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO PROJETADO

Descrever a trajetória do projeto, dificuldades, limites, erros, acertos, o que efetivamente aconteceu no decorrer do projeto. Enfim, precisa deixar claro os limites e os avanços encontrados.

5 AÇÕES FUTURAS DO PROJETO

Apontar as perspectivas do projeto, quanto a sua sustentabilidade social, participativa, agroecológica, de reprodução humana e geração de renda, como será idealizado o programa permanente de desenvolvimento da unidade de produção AGROPECUÁRIA DE BASE FAMILIAR.

138

- **CAPÍTULO VI**

PROGRAMA PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE BASE FAMILIAR RUMO À SUCESSÃO

1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO PROJETADO

Continuar a descrição da trajetória do projeto, dificuldades, limites, erros, acertos, o que efetivamente aconteceu no decorrer do projeto. Enfim, precisa deixar claro os limites e avanços encontrados.

2 AÇÕES FUTURAS DO PROJETO

Apontar as perspectivas do projeto, quanto a sua sustentabilidade social, participativa, agroecológica, de reprodução humana e geração de renda, como será idealizado o programa permanente de desenvolvimento da unidade de produção AGROPECUÁRIA DE BASE FAMILIAR.

Esse momento, precisamos deixar claro o sistema de gestão adotado pela unidade de produção agropecuária de base familiar a fim de que possa ter em mãos o maior número de informações a fim de tomar decisões apropriadas a sucessão da família no campo.

3 CONCLUSÕES

Apresentar o resultado do fluxo de renda do projeto, a responsabilidade ambiental e de reprodução social. As conclusões derivam da análise de viabilidade técnica, de geração de renda, do sistema de produção adotado, da sustentabilidade ambiental e reprodução social e que são apresentadas como justificativa dos financiamentos solicitados e/ou recursos próprios a serem investidos e também como elemento de tomada de decisão da Unidade de Produção Agropecuária.

Além do que deve constar nos seis capítulos anteriormente apresentados, ao final do projeto devem constar as referências que foram utilizadas e podem constar documentos anexados. As referências incluem todas as literaturas, livros, cartilhas, pesquisa da internet, enfim todas as fontes de pesquisa que auxiliaram na elaboração do projeto. Em relação aos anexos, em geral compõem-se pela equipe técnica, dados estatísticos e modelos teóricos, que podem ser: econômicos, matemáticos, de elaboração de custos de produção, mapas, fotografias, desenhos técnicos de engenharia (plantas), preços históricos, características regionais, informações técnicas de produção, legislação e informações de ordem social.

Caminhos a trilhar

**Jaqueline Patrícia Silveira
Luis Pedro Hillesheim**

A obra aponta alguns caminhos para efetivamente desenvolver a agricultura familiar, numa visão de desenvolvimento social, econômico, ambiental e humano.

Neste sentido, o caminho do cooperativismo aponta para a necessidade de melhoria e ampliação das políticas públicas a nível estadual e federal, observando que ao contribuir com uma cooperativa, várias famílias são beneficiadas. Há a necessidade de criar políticas públicas definitivas para as cooperativas agropecuárias de economia familiar, de forma que proporcionem continuidade ao sistema. Porém, é preciso observar que sozinhos, nem o Estado tão pouco o mercado conseguem superar todas as dificuldades, especialmente os problemas de desigualdade e justiça social.

Contudo, somente uma economia compartilhada, cooperativada, pode corrigir a tendência do mercado capitalista de apenas favorecer os monopólios e algumas pessoas. Para que esta economia cooperativada ocorra, é necessário articulação e fortalecimento da capacidade produtiva, captação e/ou geração de novos canais de comercialização ou mercados, e superar os problemas de ideologia dos cooperados.

Um caminho para fortalecer o cooperativismo e o associativismo é criar a consciência do que é o cooperativismo da forma que ele foi concebido, voltado para o social e para a sustentabilidade. Isto poderia acontecer através da inserção da

temática nos projetos pedagógicos da educação básica do país, devendo estar presente em no mínimo 50% das disciplinas.

O fortalecimento das cooperativas e da agricultura familiar perpassa também pela gestão e pelo planejamento adequado das atividades da unidade de produção familiar. Neste sentido, nota-se que existem projetos para os mais diversos segmentos da sociedade. Contudo, sendo a agricultura familiar um segmento da sociedade, pois perpassa pela ideia que se trata de um modo de vida, ainda vê-se que não se considera a necessidade de que a mesma precisa também de um projeto, uma vez que vincula diversas atividades. Neste contexto, é comum ver que o plano de crédito é entendido como projeto de agricultura familiar, isto precisa ser desmistificado.

Assim, o caminho é pensar um roteiro ou uma sistemática, onde se faça o projeto da unidade de produção familiar, buscando atender, impreterivelmente, os anseios da sustentabilidade econômica, social, ambiental e técnica. Elaborar e implantar um projeto em unidades de produção familiar significa pensar o sistema como um todo, de forma holística, dinâmica e acima de tudo real, ultrapassando a ideia de que projeto é simplesmente a busca por crédito.

Por fim, os caminhos possíveis para o desenvolvimento da agricultura familiar, quais sejam, devem proporcionar a permanência no campo com qualidade de vida e sustentabilidade...

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ANDRADE, T. P.R. de. **Manual de Citricultura**. Santa Catarina, 2. ed. [s.i.: s.n.], 2005.
- BUARQUE, C. **Avaliação Econômica de Projetos**: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Câmpus, 1991.
- CUNHA, N. G. da; et al. Estudo dos solos de municípios do Alto Uruguai, RS. Embrapa Clima Temperado. Circular técnica, 88. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2009.
- COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Manual de adubação e de calagem para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. 10. ed. Porto Alegre: CQFS/SBCS/NRS, 2004.
- _____. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária**: URI, 2012.
- FACHINELLO, J. C.; et al. **Fruticultura**: Fundamentos e Práticas. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2009. Disponível em <http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/livros/fundamentos-fruticultura/index.htm>. Acesso em: 13 maio 2014.
- FLORES, A. W. **Projetos e orçamentos agropecuários**. Guaíba: Agropecuária, 2001.
- KOLLER, O. C. Clima e Solo In: KOLLER, O.C. (Org.) **Citricultura**: 1. Laranja: Tecnologia de Produção, Pós-Colheita, Industrialização e Comercialização. Porto Alegre: Ed. Cinco Continentes, 2006.
- LOVATO, T.; et al. Adição de carbono e nitrogênio e sua relação com os estoques no solo com o rendimento do milho em sistemas de manejo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa-MG, v. 28, n. 1, p. 175-187, 2004.
- LÜCK, Heloísa. **Metodologia de projetos**: uma ferramenta de planejamento e gestão. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, Arlindo Prestes de. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 3. ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2005.

NEWTON, Richard. **O gestor de projetos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

OLIVEIRA, R. P. de. et al. **Produção de citros orgânico no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Embrapa de Clima Temperado, 2010.

OLIVEIRA, R. P. de. et al. **Zoneamento Agroclimático para a Cultura do Citros no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Embrapa de Clima Temperado, 2004.

PROTAS, José Fernando da Silva. Uvas Americanas e Híbridas para Processamento em Clima Temperado. **Sistemas de Produção**, 2, jan. 2003 Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/UvaAmericanaHibridaClimaTemperado/index.htm>>.

_____. Viníferas para Processamento em Regiões de Clima Temperado. **Sistemas de Produção**, 4, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/UvasViniferasRegioesClimaTemperado>>.

_____. **Tecnologias para produção de frutas cítricas sem sementes**: escolha de cultivares e planejamento do pomar. Pelotas: Embrapa de Clima Temperado, 2005.

STRECK, E. V.; et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Emater/RS; UFRGS, 2008.

WEIRICH, S. W.; DA ROS, C. O.; CHEROBIN, M. R. Situação da fertilidade dos solos da região do Médio Alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul. In: VII REUNIÃO SUL-BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO, 2008, Santa Maria. Reunião. Santa Maria: Núcleo Regional Sul - SBCS, 2008.

ANEXOS

Anexo 01

Plano simplificado de gestão em unidades de produção agropecuária de base familiar

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES - URI
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN - RS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROPECUÁRIA**

**GESTÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE BASE
FAMILIAR:
Sistema simples de Controle**

Frederico Westphalen RS, agosto de 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR:

Produtor rural: _____
 Telefone: _____
 Comunidade: _____
 Município: _____
 Data: _____ Ano agrícola (safra): _____
 Área total (ha): _____ Área Utilizada (ha): _____

Objetivos da Unidade de Produção Agropecuária:

APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROPRIEDADE

| ATIVIDADE | COMPONENTES | QUANTIDADE |
|---|-----------------------------|------------|
| Mão de obra em Unidade de Trabalho Familiar - UTF | Agricultor e esposa | |
| | Aposentado | |
| | Filhos, filhas, genro, nora | |
| TOTAL de UTF | | |
| Área de terra em Hectares | Na propriedade | |
| | Arrendada | |
| TOTAL de hectares | | |
| Cultivos – áreas em Hectares | Comerciáveis | |
| | Forragens/pastagens | |
| | Subsistência familiar | |
| TOTAL de hectares | | |
| Produções Integradas | Área de pomar em hectares | |
| | Nº cabeças / ano | |
| TOTAL de hectares/animais | | |
| Animais em cabeças | Vacas de leite | |
| | Outros bovinos | |
| | Suínos | |
| Outros Animais | | |
| | | |

INDICES TÉCNICOS DAS PRODUÇÕES**CULTURAS**

| Tipos de Cultivo | Área em Hectares | Rendimento por Hectare | Rendimento Total |
|--------------------------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------|
| Área Comerciável | | | |
| Agricultura – Milho | | | |
| Feijão | | | |
| Soja | | | |
| Fumo | | | |
| Outras: | | | |
| TOTAL COMERCIÁVEL | | | |
| Área de Forragem | | | |
| Pastagens - Área de Inverno | | | |
| - Área de Verão | | | |
| - Perenes | | | |
| TOTAL ÁREA DE FORRAGENS | | | |
| Milho para Silagem | | | |
| Mandioca | | | |
| Outras: | | | |

148

BOVINOCULTURA**Técnicos**

| | |
|---|--|
| - Número médio de vacas | |
| - Número médio de bezerros nascidos | |
| - Taxa de descarte (venda + morte / nºanimais ao início) | |
| - Taxa de reposição (próprios + comprados / nº animais ao início) | |
| - Produção de leite/vaca/ano | |
| - Idade média ao primeiro ano | |

Econômicos

| | |
|---|--|
| - Quantidade de ração / litros de leite | |
| - Preço médio do litro de leite | |
| - Preço médio das vacas para descarte | |
| - Renda bruta / ha de forragens | |
| - Despesas de remédio / vaca / ano | |
| - Nº de animais mortos/ano | |

SUINOCULTURA

Técnicos

| | |
|---|--|
| - Idade média na primeira cobertura | |
| - Número médio de matrizes / ano | |
| - Consumo de ração / ano | |
| - Número de leitões / matriz / ano | |
| - Número médio de partos / matriz / ano | |
| - Mortalidade leitões: % | |
| - Mortalidade de matrizes: % | |
| - Despesas de remédio por matriz/ano | |
| - Peso médio do leitão na venda | |
| - Idade média do leitão na venda | |

Econômicos

| | |
|------------------------------------|--|
| - Preço médio de venda / Kg leitão | |
| - Preço médio da ração (Kg) | |
| - Renda média / matriz /ano | |
| - Custo dos investimentos / matriz | |

SUÍNOS ENGORDA (para quem faz terminação)

| | |
|----------------------------------|--|
| - Número de suínos vendido / ano | |
| - Idade média na venda | |
| - Peso médio na venda | |
| - Consumo médio de ração / suíno | |
| - Preço médio do leitão comprado | |
| - Preço médio de venda | |
| - Renda bruta / suíno | |

BALANÇO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (INVENTÁRIO)

TERRA NUA

| DESCRIÇÃO | INÍCIO DO ANO | | FINAL DO ANO | |
|-----------------------|---------------|-------------|--------------|-------------|
| | Quantidade | Valor (R\$) | Quantidade | Valor (R\$) |
| Ocupação das áreas | | | | |
| Culturas anuais | | | | |
| Culturas permanentes | | | | |
| Campineiras | | | | |
| Campo nativo | | | | |
| Pastagens cultivadas | | | | |
| Matas e capoeiras | | | | |
| Reflorestamento | | | | |
| Inaproveitáveis | | | | |
| Reserva legal | | | | |
| Estradas, açudes, etc | | | | |
| Outras | | | | |
| TOTAL | | | | |

REBANHO E DE ANIMAIS DE TRABALHO

| DESCRIÇÃO | INÍCIO DO ANO | | FINAL DO ANO | |
|------------------------|---------------|-------------|--------------|-------------|
| | Quantidade | Valor (R\$) | Quantidade | Valor (R\$) |
| a) BOVINOS | | | | |
| Reprodutores (touro) | | | | |
| Vacas em lactação | | | | |
| Vacas secas | | | | |
| Novilhas de 2 a 3 anos | | | | |
| Novilhas de 1 a 2 anos | | | | |
| Novilhos de 2 a 3 anos | | | | |
| Novilhos de 1 a 2 anos | | | | |
| Bezerros/bezerras | | | | |
| Animais de trabalho | | | | |
| SUBTOTAL | | | | |
| b) OVINOS | | | | |
| Reprodutores | | | | |
| Ovelhas em lactação | | | | |
| Ovelhas secas | | | | |
| Borregas desmamadas | | | | |
| Borregos desmamados | | | | |
| Borregos nascidos | | | | |
| SUBTOTAL | | | | |
| c) SUÍNOS | | | | |
| Porcas criadeiras | | | | |
| Leitões | | | | |
| Engorda | | | | |
| Reprodutor | | | | |
| SUBTOTAL | | | | |
| d) OUTROS | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| TOTAL | | | | |

BENFEITORIAS

| DESCRIÇÃO | INÍCIO DO ANO | | DIFERENÇA | FINAL DO ANO | |
|--|---------------|-------------|-----------|--------------|--------|
| | Quant. | Valor (R\$) | | Em R\$ | Quant. |
| Especificação | | | | | |
| Casa sede c/m ² | | | | | |
| Galpõesm ² | | | | | |
| Estábulo para animais.....m ² | | | | | |
| Sala de ordenha.....m ² | | | | | |
| Unidade Produção de Suínosm ² | | | | | |
| Aviáriom ² | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

MÁQUINAS EQUIPAMENTO E VEÍCULOS

| Especificação | INÍCIO DO ANO | | DEPRECIAÇÃO | REFORMA | FINAL DO ANO | |
|-----------------|---------------|-------------|-----------------|-----------------|--------------|-------------|
| | Quant. | Valor (R\$) | Valor (R\$) (-) | Valor (R\$) (-) | Quant. | Valor (R\$) |
| Trator de pneus | | | | | | |
| Pulverizadores | | | | | | |
| Plantadeira | | | | | | |
| Arado de disco | | | | | | |
| Grade de disco | | | | | | |
| Subsolador | | | | | | |
| Carro | | | | | | |
| Moto | | | | | | |
| Batedeira | | | | | | |
| Outras: | | | | | | |
| | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | |

COLHEITAS PENDENTES

| DESCRIÇÃO | INÍCIO DO ANO | | FINAL DO ANO | |
|--------------|---------------|-------------|--------------|-------------|
| | Quant. (há) | Valor (R\$) | Quant. (há) | Valor (R\$) |
| Cultura | | | | |
| Fumo | | | | |
| Feijão | | | | |
| Milho | | | | |
| Soja | | | | |
| Trigo | | | | |
| Outras: | | | | |
| | | | | |
| TOTAL | | | | |

INSUMOS (que estão comprados e em estoque na propriedade ou na revenda)

| DESCRIÇÃO | INÍCIO DO ANO | | FINAL DO ANO | |
|-----------------------|---------------|-------------|--------------|-------------|
| | Quant.. | Valor (R\$) | Quant. | Valor (R\$) |
| Adubo químico | | | | |
| Ureia | | | | |
| Óleo Diesel | | | | |
| Lubrificantes | | | | |
| Herbicidas | | | | |
| Inseticidas | | | | |
| Produtos veterinários | | | | |
| Sal mineral | | | | |
| Outros: | | | | |
| TOTAL | | | | |

153

PRODUTOS EM ESTOQUE (na propriedade ou depósito de terceiros)

| DESCRIÇÃO | INÍCIO DO ANO | | FINAL DO ANO | |
|--------------|---------------|-------------|--------------|-------------|
| | Quant. | Valor (R\$) | Quant. | Valor (R\$) |
| Soja | | | | |
| Feijão | | | | |
| Milho | | | | |
| Outros: | | | | |
| | | | | |
| TOTAL | | | | |

Observação: Não só produtos agrícolas, mas também materiais como tijolos, tábuas, etc.

VALORES DE DIREITO (dinheiro ou espécies que tem a receber de outros)

| DESCRIÇÃO | INÍCIO DO ANO | | FINAL DO ANO | |
|-----------------------------|---------------|-------------|--------------|-------------|
| | Quant. | Valor (R\$) | Quant. | Valor (R\$) |
| Cotas partes na cooperativa | | | | |
| Caderneta de poupança | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| TOTAL | | | | |

OBRIGAÇÕES (Contas a pagar)

| DESCRIÇÃO | INÍCIO DO ANO | | FIM DO ANO | |
|--------------|---------------|--|------------|--|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| TOTAL | | | | |

RESUMO DO INVENTÁRIO

154

| ITENS | INÍCIO DO ANO (R\$) | FINAL DO ANO (R\$) |
|---|---------------------|--------------------|
| Terras nuas | | |
| Animais | | |
| Benfeitorias | | |
| Máquinas e equipamentos | | |
| Colheitas pendentes | | |
| Insumos | | |
| Produtos em estoque | | |
| Valores de direito | | |
| TOTAL BENS E DIREITOS | | |
| (-)Obrigações | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Bens e Direitos – Obrigações) | | |

CROQUI OU MAPA GEORREFERENCIADO

RELAÇÃO NECESSIDADE E DISPONIBILIDADE DO FATOR TRABALHO
(representada em gráfico de barras)

CALENDÁRIO DO USO DAS MÁQUINAS – TRATOR

Total de horas máquinas disponível = _____

| Meses Atividade | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|--------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Soja | | | | | | | | | | | | |
| Milho | | | | | | | | | | | | |
| Azevém | | | | | | | | | | | | |
| Subsistência | | | | | | | | | | | | |
| Leite | | | | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | | | | |
| Saldo | | | | | | | | | | | | |

CALENDÁRIO DA NECESSIDADE E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

| Atividades Meses | Soja | | Milho | | Trigo | | Leite | | Subsistência | | Saldo |
|---------------------|------|------|-------|------|-------|------|-------|------|--------------|------|-------|
| | Nec | Disp | Nec | Disp | Nec | Disp | Nec | Disp | Nec | Disp | |
| Janeiro | | | | | | | | | | | |
| Fevereiro | | | | | | | | | | | |
| Março | | | | | | | | | | | |
| Abril | | | | | | | | | | | |
| Mai | | | | | | | | | | | |
| Junho | | | | | | | | | | | |
| Julho | | | | | | | | | | | |
| Agosto | | | | | | | | | | | |
| Setembro | | | | | | | | | | | |
| Outubro | | | | | | | | | | | |
| Novembro | | | | | | | | | | | |
| Dezembro | | | | | | | | | | | |

NECESSIDADE E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (representada em gráfico de barras)

CALENDÁRIO DO USO DOS FATORES DE PRODUÇÃO

| Mês Atividade | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|--------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Subsistên cia | | | | | | | | | | | | |

LEGENDA:

UTF – Fator Trabalho Familiar

\$\$\$: Disponibilidade de capital

◆◆◆ : Uso de máquinas e equipamentos

NNN: Necessidade de capital

SAU – Superfície Agrícola Útil

Observação:

O fechamento do ano pode ser considerado ano civil (janeiro a dezembro), ano agrícola (julho a junho), ano contábil (qualquer mês, exemplo, abril a março) ou também por ciclo (exemplo: ciclo da cultura do milho, ciclo da cultura do fumo...).

Para que este sistema seja eficiente e que possa, ao final de um determinado tempo, fazer análise com objetivos de aperfeiçoar o sistema, replanejar a propriedade, melhorar índices de produção, entre outros, é necessário que seja levado a sério, anotando diariamente todas as entradas e saídas de valores da propriedade, no **LIVRO DIÁRIO**.

É necessário realizar um croqui da propriedade com a numeração dos lotes e organização da produção.

O quadro do fator trabalho e financeiros (necessidade e disponibilidade) deverão ser representados em gráficos anuais.

Ressalta-se a importância de acompanhar o projeto e as anotações, de modo que nada passe despercebido. Outros trabalhos complementares de GESTÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR poderão ser adotados no decorrer do ano.

Anexo 02

*Sugestão para elaboração de custo de
produção pomar de videira*

| Especificações (R\$) | Und | Plantio | | 1º ano | 2º ano | 3º ano |
|--------------------------------|------------|----------------|--|---------------|---------------|---------------|
| 1. INSUMOS | | | | | | |
| 1.1-Mudas | | | | | | |
| Sementes aveia Kg | | | | | | |
| 1.2 Adubos: | | | | | | |
| Calcário(t.) | | | | | | |
| Fosfato de Araxa (sc) | | | | | | |
| Superfosfato Triplo (sc) | | | | | | |
| Cloreto de Potássio(sc) | | | | | | |
| Ureia/Nitrato de Amônia (sc) | | | | | | |
| Sulfato de Zinco | | | | | | |
| Boro | | | | | | |
| Adubo orgânico (m3) | | | | | | |
| Adubo foliar | | | | | | |
| 1.3 Inseticida= | | | | | | |
| | | | | | | |
| 1.4 Fungicida= | | | | | | |
| | | | | | | |
| 1.5 Outros | | | | | | |
| Caixas(unid) | | | | | | |
| Post. Conc ou Eucal+ Supor. | | | | | | |
| Arame 500 mt.(rol) | | | | | | |
| Tesoura de Poda | | | | | | |
| Pulverizador | | | | | | |
| <i>SUB-TOTAL</i> | | | | | | |
| | | | | | | |
| Especificações (R\$) | | | | | | |
| 2. SERVIÇO | | | | | | |
| Limpeza do terreno (d/h) | | | | | | |
| Aplicação do corretivo(h/máq.) | | | | | | |
| Subsolagem (h/máq.) | | | | | | |
| Arração (h/máq.) | | | | | | |
| Gradagem (h/máq.) | | | | | | |
| Adubação verde (d/h) | | | | | | |
| Dessecação (d/h) | | | | | | |
| Adubação de plantio (h/máq.) | | | | | | |
| Demarcação(cav/sulc-d/h) | | | | | | |
| Plantio (d/h) | | | | | | |
| Desbrota/Poda (d/h) | | | | | | |
| Amarração (d/h) | | | | | | |
| Adubação de produção(d/h) | | | | | | |
| Tratos fitossanitários (d/h) | | | | | | |
| Inspeções (d/h) | | | | | | |
| Colheita (d/h) | | | | | | |
| Transporte (d/h) | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Classificação/embalagem(d/h) | | | | | | | | | |
| Construção de parreiral (d/h) | | | | | | | | | |
| <i>SUB - TOTAL</i> | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| 3. CUSTOS (R\$/ha) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| PRODUÇÃO (kg/planta/ha) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| 4. RECEITA (R\$/ha) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| SALDO (R\$/ha) | | | | | | | | | |
| Saldo cumulativo | | | | | | | | | |

Anexo 03

*Sugestão para elaboração de custo de
produção de bovinocultura de leite*

| MÊS/ANO | JAN/XX | FEV/XX | MAR/XX | | ACUMULADO ANO | MÉDIA MÊS |
|----------------------------------|--------|--------|--------|-------|---------------|-----------|
| QUANTIDADE DE LEITE (Lts) | | | | | | |
| Leite Laticínios | | | | | | |
| Leite Cru Venda Direta | | | | | | |
| Leite Destinado a Bezerros | | | | | | |
| Leite Consumido na Sede | | | | | | |
| Leite Descartado | | | | | | |
| PRODUÇÃO TOTAL | | | | | | |
| CADASTRO DE PREÇOS (R\$) | | | | | | |
| Leite Laticínios | | | | | | |
| Leite Cru Venda Direta | | | | | | |
| RECEITA DO LEITE | | | | | | |
| Leite Laticínios | | | | | | |
| Leite Cru Venda Direta | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS (R\$) | | | | | | |
| Venda de Derivados | | | | | | |
| Venda de Novilhas | | | | | | |
| Venda de Matrizes | | | | | | |
| Venda Descarte | | | | | | |
| Outras Receitas | | | | | | |
| RECEITA TOTAL | | | | | | |
| CUSTO VARIÁVEL | | | | | | |
| MARGEM BRUTA | | | | | | |
| CUSTO FIXO | | | | | | |
| Pró Labore | | | | | | |
| Terra (Valor Arrendamento) | | | | | | |
| Juros Mensais S/ Patrimônio | | | | | | |
| Depreciações | | | | | | |
| MARGEM LÍQUIDA | | | | | | |
| CUSTO POR LITRO DE LEITE | | | | | | |
| OUTRAS INFORMAÇÕES | | | | | | |
| 1) N° Vacas Plantel | | | | | | |
| 2) N° Vacas em Lactação | | | | | | |
| 3) N° Animais Plantel | | | | | | |
| 4) Área em hectares em Uso | | | | | | |

Sobre os autores

André Pellegrini

Engenheiro Agrônomo Possui Mestrado e Doutorado em Ciência do Solo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2003, 2006 e 2013, respectivamente). Atuou como professor, pesquisador e responsável técnico do Laboratório de Análises de Solo, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus de Frederico Westphalen (URI-FW), de 2006 a 2014. Atualmente é professor e pesquisador da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Dois Vizinhos, nos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal, na área de Física do Solo e Manejo de Bacias Hidrográficas.

E-mail: andrepellegrini@utfpr.edu.br

Gelson Pelegrini

Possui graduação em Agronomia e mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2003). Atualmente é doutorando em Extensão Rural pela Federal de Santa Maria. Atua como professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e Coordenador do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: agroindústria familiar, organização social, agricultura familiar, cooperativismo e movimentos sociais.

E-mail: gelsonpelegrini@uri.edu.br

Jaqueline Patrícia Silveira

Possui bacharelado em Administração pela URI - Câmpus de Frederico Westphalen/RS. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Foi bolsista do Programa de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação sobre gestão pública, da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, edital 016/2012, desenvolvendo o projeto "As políticas públicas de cooperativismo na região do Médio Alto Uruguai", que origina a parte inicial deste livro.

E-mail: jaquelinepsilveira@hotmail.com

Luis Pedro Hillesheim

Possui graduação em Tecnologia - Administração Rural pelas Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas (1993), e em Formação Pedagógica pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2006); Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pelo Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (1999). Atualmente é Coordenador de Área do Conhecimento em Ciências Agrárias, Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária e professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, membro da Comissão Nacional de Educação do Campo do Ministério de Educação. Tem experiência na área de Ciências Agrárias, atuando principalmente nos seguintes temas: economia e administração rural, metodologia de elaboração e implantação de projetos agropecuários, agricultura familiar e agroecologia, associativismo e cooperativismo, tecnologias em educação do campo e pedagogia da alternância.

E-mail: luispedro@uri.edu.br

Paulo de Tarso Lima Teixeira

Possui graduação em Agronomia pela Universidade de Cruz Alta (2001), mestrado em Recursos Genéticos Vegetais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e doutorado em Fitotecnia área de concentração Horticultura\Fruticultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Atualmente é professor nos cursos de Tecnologia em Agropecuária, Farmácia e Biologia na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Produção de Mudanças e na Produção de Frutíferas.

E-mail: teixeira@uri.edu.br

Sandro Rogério Giacomelli

Possui Graduação em Química Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (1998), mestrado em Química pela Universidade Federal de Santa Maria (2000) e doutorado em Química pela Universidade Federal de Santa Maria (2005). Atualmente é professor titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Câmpus de Frederico Westphalen, Gestor do Polo de Modernização Tecnológica do Médio Alto Uruguai – PMTec, Coordenador do Programa de Fortalecimento do Potencial Empreendedor e da Inovação Tecnológica do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU, Vice-presidente de Tecnologia e Inovação da Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – ADMAU, Coordena projetos de pesquisa voltados para o desenvolvimento regional, incluindo o que originou esta obra.

E-mail: srgiacomelli@uri.edu.br

Thiago Caetano Schmidt Cantarelli

Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (2004) e pós-graduação em Clínica e Técnica Cirúrgica Veterinária pela Universidade de Passo Fundo (2008). Atualmente é Médico Veterinário da Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen e professor na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen. Tem experiência na área de Medicina Veterinária, com ênfase em Clínica e Técnica Cirúrgica Veterinária, atuando principalmente nas seguintes áreas: clínica, cirurgia e extensão.

E-mail: cantarelli@uri.edu.br

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Century e Vijaya,
formato e-book, pdf, em maio de 2016.